UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO

Amilsem de Aguiar Muzer Junior

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DO PARQUENACIONAL DO ITATIAIA À LUZ DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Rio de Janeiro
2024

Amilsem de Aguiar Muzer Junior

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA: UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DO PARQUENACIONAL DO ITATIAIA À LUZ DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, como requisito à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.ª Dra.Valéria Vinha

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

M994p Muzer Junior, Amilsem de Aguiar.
Políticas públicas de proteção da natureza: um olhar sobre a gestão do Parque Nacional do Itatiaia à luz da história ambiental / Amilsem de Aguiar Muzer Junior. – 2024.
102 f.

Orientadora: Valéria Vinha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 95 - 102.

1. Política ambiental. 2. Unidades de conservação. 3. História ambiental. 4. Parque Nacional do Itatiaia (RJ e MG). I. Vinha, Valéria Gonçalves da, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 354.3

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA:
UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DO PARQUENACIONAL DO ITATIAIA À LUZ DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, como requisito à obtenção do grau de Mestre.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2024.

Prof.ª Dra.Valéria Vinha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.º Dr. Francisco Mendes Duarte – Membro interno

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.ª Dra. Mariana Clauzet – Membro externo

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof.º Dr. Peter May – Membro interno (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.ª Dra. Liandra Peres Caldasso (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande (UFRG)

Dedico à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por ser suporte e inspiração para tudo na minha vida. Em especial minha mãe, que se maravilha com o fato de eu estar concluindo o mestrado.

Agradeço à professora Valeria Vinha pelas orientações e debates enriquecedores. À banca formada pelo professora Francisco Duarte e pela professora Maria Clauzet pelas riquíssimas observações e sugestões.

Agradeço a universidade pública em especial a UFRJ e o Programa de Políticas Públicas, Estartégias e Desenvolvimento, por proporcionar um curso tão plural e inclusivo.

Agradeço aos amigos da SEPLAG que também me deram forças pra continuar e conciliar trabalho e estudo.

Agradeço também a mim, por me acreditar e não me deixar desistir.

RESUMO

A presente dissertação analisa a política de criação de áreas protegidas e usa como caso ilustrativo o Parque Nacional do Itatiaia. Como referencial teórica, adota-se a História Ambiental e o Neointistucionalismo. Primeiramente, analisa-se a trajetória da política ambiental e, mais especificamente, a criação de áreas protegidas no país e no mundo e como o tema foi tratado em cada período da História. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação ganha destaque como ponto culminante desta trajetória. O objetivo principal é examinar a criação do primeiro parque nacional do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, levando em consideração o contexto histórico de sua fundação e a degradação da Mata Atlântica. Os objetivos específicos incluem descrever a política de criação de parques no Brasil, com ênfase no modelo utilizado para o Parque Nacional do Itatiaia; detalhar o contexto histórico, ambiental e político em que o PNI foi concebido, utilizando os fundamentos teóricos da História Ambiental e do Neoinstitucionalismo; analisar a questão da regularização fundiária do PNI como uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, considerando a ocupação humana e a presença de propriedades particulares dentro dos limites do parque.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Política ambiental; História Ambiental; Parque Nacional Itatiaia

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the policy of creating protected areas, using the Itatiaia National Park as an illustrative case. To achieve this, it employs Environmental History and Neoinstitutionalism as theoretical frameworks. Initially, the study sought to examine the importance of establishing protected areas in the face of the global challenge of biodiversity loss.This research aimed to analyze the trajectory of environmental policy, specifically focusing on the creation of protected areas both in the country and worldwide, and how the topic has been addressed throughout different periods of history. The National System of Conservation Units stands out as the culmination of this trajectory. The main objective is to examine the establishment of Brazil's first national park, the Itatiaia National Park, taking into account the historical context of its foundation and the degradation of the Atlantic Forest. The specific objectives include describing the policy for creating parks in Brazil, with an emphasis on the model used for the Itatiaia National Park; detailing the historical, environmental, and political context in which the Itatiaia National Park was conceived, using the theoretical foundations of Environmental History and Neoinstitutionalism; and analyzing the issue of land regularization within the park as a full protection Conservation Unit, considering human occupation and the presence of private properties within the park's boundaries.

Keywords: Conservation Unit; Environmental Policy]; Environmental History; Itatiaia National Park.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de UCs e Percentual protegido no BIOMA 48
Figura 2 – Número de Parques Nacionais e Percentual protegido no BIOMA 49
Figura 3 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500 (Oscar Pereira da Silva, 1922) 52
Figura 4 – Engenho de Itamaracá (Frans Post, 1647) 57
Figura 5 – Vista sobre um vale (Frans Post, 1667) 57
Figura 6 – Exportação brasileira de café em milhares de sacas entre 1820 e 1890 67
Figura 7 – Colheita de café na Tijuca (Johann Moritz Rugendas, 1835) 68
Figura 8 – Derrubada de uma floresta (Johann Moritz Rugendas, 1835) 71
Figura 9 – Partida para a colheita de café (Marc Ferrez, 1882) 72
Figura 10 – Divisão ilustrativa da Parte Baixa e Parte Alta adotadas no diagnóstico da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia 77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à criação de Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000) 42
Tabela 2 – Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo SNUC 45
Tabela 3 – Situação Fundiária do Parque Nacional do Itatiaia 84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI – Associação dos Amigos do Itatiaia

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

ESEC – Estação Ecológica

ETEP – Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

FAO – Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas

GBF – Marco Global de Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUCN – União Mundial para a Natureza

JB – Jardim Botânico

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNRJ – Museu Nacional do Rio de Janeiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEG – Plano de Ação Econômica Do Governo

PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNI – Parque Nacional do Itatiaia

REBIO – Reserva Biológica

RESEX – Reserva Extrativista

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SCBD – Plano Estratégico para a Biodiversidade

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

UC – Unidade de Conservação

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

WDPA – Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas

Sumário

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 O problema de pesquisa, seu contexto e quadro teórico 16

1.2 Metodologia de pesquisa 25

2 BREVE HISTÓRICO: DA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS À INSTITUIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA 28

2.1 A trajetória da política ambiental e a criação de áreas protegidas como estratégia de proteção da natureza NO Brasil – breve histórico 30

2.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação 44

3 O PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA EM UM CONTEXTO HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E DO VALE DO PARAÍBA – UM BREVE HISTÓRICO 50

3.1 A chegada dos europeus e o impacto na Mata Atlântica – breve histórico 50

3.2 O papel do café na devastação da Mata Atlântica 62

4 O PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA EM UM CENÁRIO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR 76

4.1 A Gestão do Parque Nacional do Itatiaia e a Regularização Fundiária 81

5 CONCLUSÃO 90

REFERÊNCIAS 95

1 INTRODUÇÃO

Em cenário de crise civilizatória que se manifesta nas dimensões ambiental, social, econômica, política e ética, a proteção da natureza tem se expressado como uma demanda cada vez mais urgente. Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é frear o processo acelerado de perda de biodiversidade[1] global, que já coloca em risco de extinção cerca de um milhão de espécies no planeta (IPBES, 2019), apesar dos esforços envolvendo pactos internacionais dirigidos a essa agenda.

Nesse contexto, as áreas protegidas[2] vêm sendo reconhecidas, internacionalmente, como as estratégias de gestão mais importantes para a proteção da natureza e da biodiversidade, em especial, os Parques Nacionais, que assumem um papel chave para o alcance deste objetivo ao sensibilizar e engajar a sociedade por meio de práticas de turismo, lazer e educação ambiental.

No entanto, não se pode desconsiderar, nesse debate, que o processo de criação desses espaços legalmente protegidos, historicamente envolve inúmeras controvérsias. Isso porque as regras estabelecidas nos arcabouços legais dirigidos a essa agenda tendem a gerar tensões e conflitos, sobretudo com comunidades e populações locais, ocupantes ao longo de gerações dessas áreas que passam, em geral, a serem blindadas da presença humana. No Brasil, este cenário não é diferente, conforme referências dedicadas ao tema em questão como Diegues (2001), Bensusan (2014) e Irving (2010), entre outras.

Como país líder entre as nações megadiversas, sendo detentor de, pelo menos, 13% da biodiversidade do planeta, o que pode representar 1,8 milhão de espécies, segundo estimado por Lewinsohn e Prado (2005; 2006), o Brasil desempenha um papel fundamental na proteção desse patrimônio natural de valor inestimável e ainda pouco conhecido pela ciência como discutem os autores mencionados. Entretanto, devido às suas dimensões continentais e um histórico de passivos ambientais e desigualdades sociais, a missão de resguardar a natureza dos processos de exploração insustentável esbarra na oposição de grupos sociais com interesses divergentes dessa agenda. Essas arenas, com diferentes graus de capacidade de influência em tomadas de decisão governamentais, se enfrentam em contínuos jogos de força e disputas de poder (NEVES, 2012).

[1]Por definição da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (UN, 1992), a biodiversidade ou diversidade biológica representa "a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexosecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de diferentes ecossistemas".

[2]A União Mundial para a Natureza (IUCN, 1994) define áreas protegidas como áreas terrestres e/ou marinhas especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos.

Não por acaso, esta dissertação tem enfoque em questões que ilustram esse cenário, historicamente marcado por processos de devastação que têm impactado fortemente o bioma Mata Atlântica, tendo como objeto de interesse principal o Parque Nacional do Itatiaia (PNI). No âmbito desta pesquisa, essa unidade de conservação[3] é considerada emblemática pelo seu papel em uma região degradada ao longo do tempo por processos de exploração da natureza que se intensificaram, principalmente, a partir do ciclo do café e do avanço da urbanização. Da mesma forma, se destaca por ter sido o primeiro Parque Nacional, criado no Brasil, justamente para fazer frente a esses e outros dilemas vinculados ao modelo de desenvolvimento socioeconômico que se construiu ao longo de séculos, desde a colonização do país. Nesse panorama, problemas de regularização fundiária são parte dos desafios enfrentados desde a origem dessa unidade de conservação.

Considerando essa breve contextualização do tema, o objetivo geral desta dissertação é analisar a criação do primeiro parque nacional do país, o Parque Nacional do Itatiaia, considerando o contexto histórico de sua criação e a degradação da Mata Atlântica e demonstrando a importância da História Ambiental para as políticas públicas ambientais, principalmente na política de criação de áreas protegidas. Já os objetivos específicos envolvem descrever a política de criação de parques no Brasil, com destaque para o modelo adotado no Parque Nacional do Itatiaia; descrever o contexto histórico, ambiental e político no qual o PNI foi gestado à luz dos pressupostos teóricos da História Ambiental e do Neoinstitucionalismo; analisar a questão da regularização fundiária do PNI como uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral face à ocupação humana e à presença de lotes particulares existentes na área do parque, questão que se estende até os dias atuais

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA, SEU CONTEXTO E QUADRO TEÓRICO

A base teórico-metodológica que sustenta esta pesquisa é a história ambiental, que adota como um dos seus pressupostos o fato de não existir uma natureza intocada, isto é, a ação do ser humano sob a natureza não é estática nem contemplativa. Portanto, o processo de criação e gestão de uma Unidade de Conservação de proteção integral se expressa como tarefa complexa que exige uma governança que contemple esse desafio. Nesse sentido, se insere a gestão do

[3]Pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma Unidade de Conservação (UC) é definida como: "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (BRASIL, 2000, art. 2º).

primeiro Parque Nacional do país, localizado em uma área com histórico de grande pressão antrópica, o que tende a gerar conflitos relacionados principalmente à questão fundiária.

Para estudar os fatores socioeconômicos e políticos que influenciaram na devastação da Mata Atlântica Fluminense e a gênese da política de conservação no Brasil, sendo um dos marcos a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937, este trabalho recorreu ao campo da História Ambiental. Este campo da História surgiu na década de 1970, por ocasião do crescimento do movimento ambientalista e de amplos debates em fóruns internacionais sobre a crise ambiental já evidente àquela época, dentre os quais, os que se desenrolaram no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é considerada um marco histórico nas discussões sobre as interfaces em foco, tendo em vista o aumento das preocupações globais com questões relacionadas ao agravamento da poluição urbana, entre outros impactos ambientais com repercussões na natureza e na saúde pública, observados até então (LAGO, 2006).

Na perspectiva desse debate, a história ambiental se constituiu como ciência voltada a estudar de que forma, através dos tempos, a humanidade foi afetada pela natureza e vice-versa. O primeiro curso universitário de maior repercussão com o título de "História ambiental" foi ministrado em 1972, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, pelo historiador cultural Roderick Nash, que, em 1967, havia publicado o livro *Wilderness and the American Mind*, um clássico sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção das ideias sobre identidade nacional norte-americana.

Entretanto, alguns pensadores, inclusive brasileiros, produziram análises históricas que incorporaram os fatores ambientais anteriormente ao trabalho de Nash (1967). Segundo Pádua (2010, p. 92):

> no período anterior à década de 1970, podem-se mencionar algumas áreas que estimularam reflexões de base ambiental: a historiografia de regiões, como no caso de Nordeste, de Gilberto Freyre, e de O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II, de Fernand Braudel, e a historiografia da formação de fronteiras de expansão territorial, como no caso de *The great plains*, de Walter Prescott Webb, Caminhos e fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda, e *The grassland of North América,* de James Malin. Alguns outros trabalhos da diversificada produção da Escola dos Analles francesa são sempre mencionados, especialmente *La Terre et l'évolution humaine*, de Lucien Febvre, *Les caracteresoriginaux de l'histoire rurale française*, de Marc Bloch, e *Histoire du climat depuis l'An Mil*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Grove & Damodaran (2009) chamaram a atenção para a necessidade de ir além da produção especificamente historiográfica, mencionando a relevância de geógrafos históricos do século XX, como Carl Sauer, H. C. Darby e Gordon East, na construção de um diálogo fecundo entre história e ecologia. Um seminário interdisciplinar ocorrido na Universidade de Chicago, em 1955, também marcou época, dando origem ao volume coletivo *Man's role in changing the face of the Earth*, organizado por William Thomas Jr.

Cabe ressaltar que como os demais campos da História, a História Ambiental também sofreu influência do seu tempo, ou seja, os debates sobre a crise climática e a necessidade de proteção da natureza assumiram papel relevante com a centralidade adquirida pelo meio ambiente como objeto de pesquisa historiográfica.

Nesta breve retrospectiva é importante enfatizar que a escrita ocidental moderna começou com a história política, jurídica e constitucional; percorrendo a história econômica, entre meados e finais do século XIX; voltando-se para a história social e cultural, em meados do século XX; e culminando com a História Ambiental no final dele. Esta árvore genealógica da historiografia representa uma consequência lógica do próprio desenvolvimento do capitalismo. Primeiramente, vieram as reformas e as revoluções políticas, jurídicas e constitucionais que criaram, sob o quadro de referência da propriedade, os direitos de propriedade, além das liberdades civis e a igualdade formal perante a lei. Em segundo lugar, configurou-se a Revolução Industrial e Tecnológica no final do século XVIII e início do século XIX, desencadeada, em parte, pela reforma política e a revolução que criou a possibilidade da história econômica capitalista. Em um terceiro momento, consolidou-se o crescimento de uma sociedade e de uma cultura especificamente capitalistas, que surgiram da mercantilização fictícia da terra e do trabalho (POLANYI, 2000), da vida e da cultura social, da sociedade de massas, do consumismo e das lutas sociais, bem como do desenvolvimento de sociedades multiétnicas, que inspiraram uma história social e cultural. Por conseguinte, em um quarto plano, fortaleceu-se a capitalização da natureza, ou a criação de uma natureza especificamente capitalista, além das lutas pelos recursos naturais, que se desenvolveram no quadro da evolução dos sistemas jurídicos capitalistas e dos imperativos econômicos e socioculturais, e que "produziram" a história ambiental (O'CONNOR, 1997).

Segundo Pádua (2010, p. 83), três mudanças epistemológicas são importantes para explicar, além da cena política, o crescente interesse no enfoque ambiental na pesquisa histórica. São elas:

> 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

A História Ambiental busca entender como a natureza influencia na história humana. A questão cronológica focada na longínqua duração teve papel importante no estudo da humanidade e sua relação com a natureza (BRAUDEL, 1949). Nessa perspectiva, a natureza se apresenta cada vez mais como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do

tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada. Os historiadores ambientais trabalham com a dimensão ambiental, compartilhando conhecimentos e reflexões com antropólogos, economistas e demais cientistas sociais em uma busca de formas menos dualistas no estudo das relações entre cultura e natureza.

Considerando as suas bases epistemológicas, a História Ambiental busca incorporar o biofísico com as dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, partindo de uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. Nesse sentido, dialoga com as ciências naturais, principalmente, a ecologia, por estudar as interações entre os organismos e o ambiente físico, inclusive através do tempo.

A relação entre natureza e sociedade na análise da História Ambiental se dá em três níveis, como nos mostra Worster (1991), em que o primeiro nível consiste na natureza propriamente dita, inclusive o ser humano. O segundo nível trata da perspectiva socioeconômica interagindo com o ambiente, ou seja, as questões que envolvem as relações sociais e de produção a partir da exploração de recursos naturais. Este segundo nível inspira o foco desta dissertação que não pode desconsiderar o impacto do café, produto com demanda internacional plantado em território fluminense em um determinado período histórico, que com técnicas rudimentares de exploração do solo, oferta de mão-de-obra escrava e uma noção de fronteira aberta, sem preocupação com a conservação da natureza, impactou fortemente a Mata Atlântica. Nessa reflexão crítica como pano de fundo do debate em foco, não se pode perder de vista as configurações de poder, inclusive em processos de tomada de decisões. Nesse contexto se vislumbra um diálogo entre a História Ambiental com a Política, Econômica e Social, além da inegável interface temática com as ciências naturais. Já o terceiro nível proposto por Worster (1991) estaria no intangível, nas questões mais mentais, cognitivas, percepções, mitos, dialogando diretamente com a dimensão Cultural. Partindo dessa visão, é importante enfatizar a sua sintonia com o pensamento de Pádua (2010), para quem o comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana.

Cabe ressaltar que apesar dos três níveis descritos anteriormente serem distinguíveis, eles constituem os pilares da História Ambiental, ou seja, representam um estudo único com interações entre si, não sendo cabível, sob esta moldura, uma investigação isolada, sem considerar que natureza, organização sócioeconômica e pensamentos humanos são partes de um todo em uma relação dialética através do tempo.

Uma característica da História Ambiental, e que justifica seu uso como inspiração

central para esta dissertação, é que as análises sob esse campo do conhecimento focalizam uma região com alguma homogeneidade, tal como um vale de um rio ou uma ilha (DRUMMOND, 1991). Aqui, o enfoque é dirigido à região de Mata Atlântica Fluminense, analisando em um recorte político-institucional, o contexto de criação e gestão do Parque Nacional do Itatiaia, partindo de uma conexão com a história regional, além do diálogo permanente com as ciências naturais.

Considerando as inovações trazidas pela História Ambiental, considera-se que este campo do conhecimento se revela pertinente como fonte de reflexão crítica para gestores responsáveis por processos de tomadas de decisões relativas tanto às questões ambientais, como a agenda econômica e opções de modelo de desenvolvimento, uma vez que desvela a relação entre atividades predatórias de uso insustentável de recursos naturais, muitas vezes para satisfazer uma demanda tempestiva por determinado produto, levando à devastação de quase todo um bioma como ocorrido com a Mata Atlântica. O diálogo com as ciências naturais revela a importância de se conservar as florestas, fundamentais à proteção de áreas de mananciais de água, entre outros elementos naturais, além de se buscar mitigar os impactos gerados pela degradação dos ecossistemas. Não se pode perder de vista que a agenda econômica deve sempre considerar os efeitos dos modos de produção e do consumo no ambiente.

Partindo dessa perspectiva, compreende-se que um gestor pode valer-se da História Ambiental para propor políticas públicas de conservação e preservação da natureza. Ao adotar métodos político-econômicos, político-sociológicos e sociológico-econômicos, os historiadores ambientais estão descobrindo não apenas o que é a segunda natureza do capitalismo, mas, também, como e quando ela foi constituída. Estão, ainda, tomando consciência da responsabilidade das elites econômicas e políticas nos impactos materiais das revoluções econômicas, políticas e sociais sobre o meio ambiente, criando, assim, uma base essencial para movimentos de resistência, como a justiça ambiental e outros movimentos sociais preocupados com a "natureza como um todo" (O'CONNOR, 1997).

É preciso considerar também a possibilidade de implementação de políticas públicas de proteção da natureza, impedindo, por exemplo, que determinada atividade seja realizada numa segunda onda de demanda de determinado produto, tendo em vista que essa mesma atividade levou à degradação do ambiente, podendo inclusive ser base para propor a criação de áreas protegidas, determinando o limite de proteção necessária, como no caso da criação de um Parque Nacional.

No Brasil, a História Ambiental vem cada vez mais se consolidando como importante

campo de estudo. Os artigos, periódicos, livros autorais e coletivos vêm sendo produzidos, trazendo a análise da variável ambiental nos processos históricos. Um desses trabalhos de grande importância é o livro "A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira" (DEAN, 1996). Esta publicação é reconhecida pelo caráter inovador na Historiografia brasileira por ter como objeto de estudo a Mata Atlântica e sua relação com a sociedade. Warren Dean era um estudioso do Brasil e já tinha produzido dois importantes trabalhos: os livros "A Industrialização de São Paulo" (1967) e "Rio Claro: um sistema brasileiro de plantation" (1976). A originalidade e amplitude do tema, os diálogos interdisciplinares e o uso de uma vasta gama de fontes fizeram deste último um modelo teórico-metodológico dedicado a essa modalidade historiográfica, a História Ambiental. O autor é reconhecido como uma importante referência para aqueles que pretendem ter como objeto e tema de estudo as relações entre humanos e florestas, aqui, no caso, a Mata Atlântica, em conexão com o cultivo de café e as políticas de conservação historicamente instituídas.

O autor adota a perspectiva histórica de longa duração, ou seja, trata da floresta antes da chegada dos europeus e, até mesmo, dos indígenas. Sua obra representa um trabalho dos mais importantes sobre a Mata Atlântica e os impactos da presença humana, os ciclos econômicos e a forma de ocupação do espaço brasileiro. Dean optou por fazer um estudo de longa duração, desmistificando a visão, então predominante na História e nas Ciências Sociais, de que o objeto de estudo é centrado no ser humano e na sociedade, com suas contradições e especificidades em diferentes tempos, e que trata o ambiente como algo estático, passivo, que exerce pouca influência na História.

Dean (1996) retrata a Mata Atlântica, suas características, suas especificidades, sua história, como um fator fundamental da formação da sociedade brasileira. No capítulo que discute a introdução da cultura do café, a análise política está presente ao tratar a Independência como um fato que, apesar de ter produzido grandes mudanças políticas, não considerou a floresta, ainda vista apenas como um vasto espaço de mata nativa a dar lugar à exploração de produtos cobiçados pela Europa. No século XIX, foi a vez do café. Segundo o autor, "para a Mata Atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significaria uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento dos trezentos anos anteriores" (DEAN, 1996, p. 193).

Nesta breve retrospectiva histórica, o comércio do café logo se tornou a principal fonte de receita do Império. O referido autor discute como técnicas extremamente rudimentares de exploração da terra consumiam mais territórios de Mata Atlântica. Apesar de existir um sistema de cultivo menos predatório do que a simples expansão da fronteira agrícola, rumo ao interior

das matas de encosta no Vale do Rio Paraíba, os fazendeiros eram bastante resistentes a adotá-lo. Segundo a referência mencionada, a mentalidade arcaica dos proprietários de terra fazia com que mais e mais territórios de floresta primária fossem devastados pelas lavouras de café. Foi nesse contexto que o café representou o principal produto de exportação do Brasil no século XIX e o Império enxergava nos proprietários de terras fortes aliados para bancar custos do luxo da corte e sua burocracia "parasitária".

As técnicas rudimentares de exploração do solo levavam ao rápido esgotamento, tornando necessário a derrubada de floresta primária para suprir a demanda pelo produto. Passados vinte anos, a terra exaurida era abandonada e transformada em pasto, impossibilitando a sua regeneração.

No período de apogeu da cultura cafeeira, o Brasil produziu 10 milhões de toneladas do produto, o que consumiu, aproximadamente, 300 milhões de biomassa florestal (DEAN, 1996). O café foi o principal, porém, não o único, responsável pelo desflorestamento da Mata Atlântica. O chamado capital cafeeiro (SILVA, 1995; MARTINS, 2008) provocou um aumento demográfico, o consequente processo de urbanização e um outro fator bastante relevante: a ferrovia. Esta facilitava o acesso a áreas antes difíceis de se alcançar por mulas. Além disso, as ferrovias demandavam lenha e, no entorno desse tipo de infraestrutura de transporte, pequenas propriedades foram se especializando no fornecimento de madeira para ser queimada e transformada em combustível para manter o funcionamento das máquinas. Soma-se a isso, o fornecimento de dormentes para as linhas férreas, que demandaram madeira de lei de florestas primárias.

A obra de Dean (1996) é reconhecida como valiosa no sentido de dialogar com várias áreas do conhecimento, como economia, política, cultura, geografia, mas, também, com as demandas dos movimentos sociais. Exemplo disso é que o autor toma a floresta como objeto e vai refletindo sobre como fatores, inclusive globais, influenciaram na sua destruição. O imperativo do desenvolvimentismo no Brasil acelerou amplamente a devastação dos remanescentes de floresta primária, principalmente na Região Sudeste, onde concentrava-se a maior parte das atividades econômicas e grande contingente demográfico. Tudo isso impactava diretamente a floresta. Contudo, esta obra não esteve fora do alcance de algumas críticas, como apontado por Pádua (2020, p. 1314):

> pode-se mencionar a desigualdade estrutural da publicação, com a segunda metade do século XX e certos espaços regionais, como o Brasil meridional, recebendo menos atenção do autor. Uma crítica importante diz respeito ao fato de Dean ter adotado uma perspectiva declencionista, de certa forma colorida pela paixão política. Em outras palavras, o livro pode ser lido como um longo protesto contra a destruição de um tesouro ecológico, caracterizando a formação da sociedade brasileira como

> especialmente destrutiva em termos ambientais. Essa visão é um tanto enviesada, pois a história da destruição florestal no Brasil não foi tão diferente de outros grandes processos de desflorestamento ocorridos na mesma época.

Outro trabalho que serve como base para esta dissertação, e que representa um marco importante na História Ambiental no Brasil, é o livro "Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro" de José Augusto Drummond (1997) com ênfase nos processos tanto de devastação como de proteção da natureza, analisando de forma contundente o papel do café na degradação do Vale do Paraíba no século XIX. O mesmo território que abrigou a expansão cafeeira, foi palco de criação do primeiro Parque Nacional do país, já no século XX, o Parque Nacional do Itatiaia em 1937, objeto de estudo desta dissertação. Segundo o autor:

> as plantações de café nas terras fluminenses foram enormes operações agrícolas e comerciais nas quais os recursos naturais (árvores e outras plantas, solos, nascentes, rios etc.) foram consumidos numa escala voraz e sem qualquer dose de previdência. As terras fluminenses ficaram destruídas como um campo de batalha. As florestas nativas, primárias ou secundárias, foram quase que inteiramente erradicadas, com exceção de áreas extremamente inadequadas para o café, e por vezes até nessas áreas inadequadas (DRUMMOND, 1997, p. 117-118).

Após apresentar uma sequência com a trajetória da cultura do café em terras fluminenses e a consequente devastação provocada na Mata Atlântica, o autor aborda a importância da criação dos Parques Nacionais. O livro incorpora uma análise sobre a política de instituição de Parques no mundo e no Brasil, levantando o contexto político de implementação dessas áreas protegidas.

Segundo Drummond (1997), a criação de Parques no Brasil se deu na contramão do que ocorreu em outros países, onde os primeiros parques foram criados, principalmente, onde não havia muita alteração humana e, em geral, localizados no interior. No Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, o sentido foi totalmente contrário, já que o Parque Nacional do Itatiaia está localizado em um território que foi fortemente alterado pela ação humana. Como analisa a referência mencionada:

> Isso afetou negativamente a qualidade política e ecológica do sistema, pois privilegiou áreas com problemas fundiários complexos; incluiu áreas com recursos naturais desgastados e adiou a incorporação de áreas 'virgens'. O Rio de Janeiro, estado eminentemente litorâneo, foi beneficiado por essa opção brasileira de criar parques em regiões de ambiente muito alterado (DRUMMOND, 1997, p. 140-141).

Ainda que esta apresentação do panorama da História Ambiental não pretenda esgotar o assunto, objetiva valorizar este campo do saber como base teórica e metodológica para uma investigação que busca interpretar os fatores socioeconômicos vinculados, historicamente, à

devastação da Mata Atlântica a partir do século XIX. A expansão do ciclo do café no Vale do Paraíba, coincide com o processo de criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, durante o governo Vargas, período importante da institucionalidade de políticas ambientais no Brasil.

Para tanto, o Neoinstitucionalismo foi escolhido, como base teórica no contexto desta dissertação, com o intuito de dialogar com a História Ambiental, ainda que esta discussão também tenha interfaces com outras correntes de pensamento em diferentes áreas do conhecimento. Isso ocorre porque o tema abordado se fundamenta na interdisciplinaridade, exigindo uma abordagem multifacetada que contemple as várias dimensões da questão ambiental e institucional. Com essa perspectiva, esta dissertação explora e analisa criticamente as políticas de criação e gestão de parques no Brasil, mais especificamente, o Parque Nacional do Itatiaia.

Para balizamento da escolha teórica no contexto desta pesquisa, é importante enfatizar que o Neoinstitucionalismo não constitui uma corrente de pensamento única, sendo composto por três escolas: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. O institucionalismo histórico, em particular, foi considerado importante para analisar a trajetória da institucionalização das políticas de proteção à natureza no Brasil, uma vez que por essa perspectiva teórica, o Estado não seria mais um agente neutro arbitrando interesses concorrentes, mas sim um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre diferentes grupos (HALL, TAYLOR, 2003). Esta corrente de pensamento se revelou uma alternativa interessante para apoiar as reflexões críticas propostas por esta pesquisa, tendo em vista o enfoque analítico adotado visando a interpretação, em especial, do contexto de institucionalização das políticas ambientais no país, que culminaram com a criação do primeiro Parque Nacional do país.

Considerando a perspectiva cultural do institucionalismo histórico no âmbito desta dissertação, buscou-se argumentar que a criação de áreas protegidas, quando posta em análise, sugere que estratégias induzidas em um determinado contexto institucional podem tornar-se visão de mundo e perpetuar-se no tempo. Outro aspecto importante do institucionalismo histórico diz respeito à assimetria de poder, sendo pertinente inclusive para estudos sobre governança do parque, principalmente, no que se refere aos conflitos existentes nessa UC. Nesse sentido, cabe ainda enfatizar que as políticas ambientais de criação dos Parques não se construíram somente pela degradação desenfreada do bioma Mata Atlântica, mas, sim, com a ação do Estado, que não é um ente neutro, e que atores e forças agiram para que essa política se efetivasse. O próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

(BRASIL, 2000), considerado um grande avanço na política de áreas protegidas no Brasil, teve uma década de discussão antes de ser aprovado em Lei Federal em 2000 e ser regulamentado em 2002.

Tendo em vista a complexidade envolvida nesse debate, é importante reafirmar que a análise de políticas públicas e governança não dispõe de uma teoria uniforme. Para avançar nesse objetivo, referências nesse campo do conhecimento recomendam combinar arcabouços teóricos e metodológicos para um efetivo estudo envolvendo essa temática, sobretudo, em um país com grande fluidez das estruturas institucionais como o Brasil, fato este observado também ou, principalmente, nos entes subnacionais.

No Brasil, arranjos institucionais e os processos de negociação entre os poderes Executivo e Legislativo e, ainda, a sociedade civil são considerados pouco formalizados. Nesse sentido, as estruturas e processos estão sujeitos à dinâmicas peculiares e os pesquisadores envolvidos com essa temática podem enfrentar mudanças significativas durante o processo de pesquisa, segundo advoga Frey (2000). Essa foi uma questão considerada nesta investigação sobre processos de gestão de áreas protegidas na perspectiva institucional, tendo como ilustração para tal, o Parque Nacional do Itatiaia, mais amplamente discutido no capítulo apresentado a seguir.

1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa interdisciplinar de viés qualitativo e caráter descritivo-exploratório que visa analisar brevemente a trajetória da política ambiental no Brasil, mais precisamente a criação de áreas protegidas dialogando com o contexto histórico e a agenda econômica vigente em cada período estudado. Na parte do estudo da criação do Parque Nacional do Itatiaia, caberá uma análise basedada na bibliografia principalmente da história ambiental, da devastação da Mata Atlântica fluminense com enfoque maior no Vale do Paraíba e posterior criação e efetividade do Parque Nacional do Itatiaia com base no objetivo de proteção ambiental integral.

Tendo em vista a amplitude e a complexidade envolvidas da temática, serão analisadas as questões referentes ao papel da introdução da lavoura de café da região do Vale do Paraíba e a criação de Núcleos Coloniais que gerou a questão dos lotes que se arrasta até hoje, além do cenário político à época da criação do parque e desses núcleos.

Para o alcance dos objetivos propostos, esta pesquisa está ancorada nas etapas metodológicas apresentadas e descritas a seguir.

Na etapa de pesquisa bibliográfica, iniciada em dezembro de 2022, se buscou mapear

referências dedicadas aos estudos sobre a trajetória da política ambiental e da criação de áreas protegidas assim como dos processos tanto de devastação como de proteção do bioma Mata Atlântica no Brasil, além da problemática envolvida historicamente com a implantação da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba.

Como parte da pesquisa bibliográfica realizada foram mapeadas importantes referências que contribuem para o debate do tema em foco como Dean (1996) e Drummond (1997), autores que aportam o panorama histórico do tema, sobretudo, em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

Em busca de aprofundamento nessa temática, os trabalhos de Rajão *et al.* (2021) e Medeiros (2004) contribuem para o entendimento da trajetória da institucionalização das políticas de proteção à natureza, assim como da evolução institucional das políticas de áreas protegidas no mundo e no Brasil.

A partir dessa imersão, a primeira etapa serviu para permitir familiaridade com o tema em foco, tendo contribuído com o embasamento teórico que optou pelo suporte teórico da História ambiental e também de clássicos do estudo socioeconômico da formação do Brasil como Furtado (2007) e Prado Júnior (2011). Tendo em vista o seu viés interdisciplinar, esta pesquisa apresenta um diálogo entre inúmeras referências teóricas, sobretudo das Ciências Humanas e Sociais, que discutem questões relacionadas à temática em foco nesta investigação.

Na etapa da pesquisa documental, a investigação se apoiou em dados secundários para uma leitura crítica de marcos legais e institucionais, além de documentos e relatórios disponibilizados, principalmente, nos *websites* do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e do Ministério do Meio Ambiente, tais como as Atas dos conselhos, boletins informativos e o próprio Plano de Manejo do Parque nacional do Itatiaia, além do envio de questionamentos para a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, o Fala. BR.

Nesta perspectiva, foi considerado que uma política pública não se constrói de forma isolada, mas, sim, de acordo com o que é estabelecido no contexto histórico das instâncias de governo e, no caso em foco, deve-se considerar, também, a sinergia com a legislação vigente, a exemplo, na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e do SNUC (BRASIL, 2000). É importante enfatizar a orientação de Muller (2018) sobre a variedade de estratégias de pesquisa documental de uma política pública:

> Toda política pública produz, de maneira direta ou indireta, uma grande quantidade de documentos escritos que devem ser considerados: notas e documentos internos à administração pública, discursos e declarações de ministros ou responsáveis políticos, circulares, projetos de lei, decretos, relatórios dos debates parlamentares, relatórios de

> comissão. Igualmente é necessário analisar, de maneira sistemática, a imprensa especializada: imprensa ministerial, imprensa profissional ou paraprofissional, imprensa militante ou associativa. Neste caso, também, o recurso à internet pode ser muito eficaz (MULLER, 2018, p. 43).

Considerando os procedimentos metodológicos mencionados anteriormente, todos os dados obtidos a partir da investigação proposta serão sistematizados de forma a serem analisados na etapa seguinte, segundo o percurso escolhido para tal.

Considerando a orientação de Bardin (2011) sobre a importância de imersão nos resultados da investigação realizada para a interpretação de todos os dados obtidos, a partir das etapas planejadas, esses serão analisados qualitativamente e criticamente.

2 BREVE HISTÓRICO: DA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS À INSTITUIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

Apesar de o primeiro Parque Natural ter sido criado no século XIX, nos Estados Unidos, mais precisamente, o Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, a criação de áreas protegidas remonta à Antiguidade, no século IV a.c. Os Assírios, Persas, Indianos e Russos já criavam reservas de caça e florestas sagradas, sendo essa iniciativa amplamente difundida na Idade Média. Mas foi somente no século XIX que começaram a ser criados os Parques de relevante beleza cênica e com cobertura florestal importante para o equilíbrio ecológico, abertos à visitação. Historicamente, existiam duas correntes do movimento ambiental que exerceram influência nessa agenda: os preservacionistas, segmento que defendia a criação de Parques para conter a degradação decorrente de uma série de atividades humanas, e os conservacionistas que defendiam a racionalização do uso dos recursos naturais (LEUZINGER, CAMPANHA, SOUZA, 2020).

O movimento conhecido como conservacionismo tem seu início com Gifford Pinchot, um engenheiro especializado em florestas que defendia o uso racional dos recursos nacionais e sua conservação num contexto em que a natureza estava sendo transformada cada vez mais como insumo produtivo. Em sua visão, a natureza muitas vezes é lenta, mas os processos de manejo podem torná-la mais eficaz; acreditava ainda que a conservação deveria se basear em três princípios: a utilização dos recursos naturais pela geração atual; a prevenção do desperdício; e a utilização dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. Esses conceitos antecederam o que hoje conhecemos como "desenvolvimento sustentável". Nessa corrente de pensamento está contida a ideia de que devemos buscar o maior benefício para a maioria, incluindo as gerações futuras, reduzindo o desperdício e a ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não renováveis, garantindo uma produção sustentável máxima (DIEGUES, 2001).

A corrente oposta, preservacionista, pode ser descrita como a valorização da natureza em termos de sua beleza estética e significado espiritual, especialmente em relação à vida selvagem. Seu objetivo é proteger a natureza contra o avanço do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental dos Estados Unidos (EUA), o conflito entre os autores dessas correntes é frequentemente considerado um exemplo paradigmático das distinções entre a conservação dos recursos e a preservação intransigente da natureza (DIEGUES, 2001).

Cabe ressaltar que não se tem a intenção de esgotar o debate sobre as duas correntes

supracitadas, mas apenas mostrar as principais características das correntes envolvidas no debate sobre áreas protegidas nos EUA.

Historicamente, a ideia de criação de Parques Nacionais tinha inspiração na filosofia romântica. Segundo esta perspectiva, nessas áreas não deveria haver presença humana. Pelo contrário, deveriam ser vastos os territórios preservados e cercados. Para tal, os habitantes dessas áreas que passariam a ser legalmente protegidas, deveriam ser expulsos para que os animais pudessem viver em um contexto de natureza selvagem. Esse modelo de Parque se difundiu ainda no século XIX, tendo alguns países como precursores: Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1887) e África do Sul (1926) (LEUZINGER, CAMPANHA, SOUZA, 2020).

Do fim do século XIX até os dias atuais, os Parques Nacionais multiplicaram-se por todo o planeta, tendo essa tipologia de área protegida se tornado a mais tradicional e conhecida (DRUMMOND, FRANCO, OLIVEIRA, 2010). Historicamente, essas áreas foram vinculadas à preservação de beleza cênica, raridade em termos de espécies e ecossistemas, grandiosidade, entre outros fatores com enfoque na blindagem da natureza da presença humana. Esta perspectiva foi cunhada como o *mito moderno da natureza intocada,* título de uma obra de referência crítica sobre o tema (DIEGUES, 2001).

Neste sentido, fortaleceu-se uma visão equivocada de que as áreas naturais a serem preservadas por sua beleza cênica eram lugares desabitados, como se fossem florestas vazias de presença humana. Desde os primórdios, este debate desconsiderou a existência de populações nativas que, historicamente, habitavam determinadas áreas sem degradá-las e outros grupos sociais que vieram com o passar dos anos, em diferentes contextos de ocupação. Ao longo do tempo, e diante da emergência de se estabelecer novos prismas à discussão sobre a conservação da biodiversidade e, consequentemente, das áreas protegidas, pactos e convenções internacionais foram sendo construídos.

Nessa breve retrospectiva histórica não se pode desconsiderar a importância da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (UN, 1992), principal tratado internacional, no qual se inserem diretrizes sobre áreas protegidas e seu papel estratégico na salvaguarda de ecossistemas de importância global e as diferentes formas de vida existentes na natureza.

No âmbito da CDB, alguns acordos foram estabelecidos, nas últimas décadas, com o propósito de impulsionar a expansão das áreas protegidas globais. Cabe destacar o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 (SCBD, 2010), ao qual se vinculavam as 20 Metas de Aichi, pactuadas em 2010 para fazer frente à perda de biodiversidade planetária. Dentre as

quais, a Meta 11 foi dirigida aos esforços de cobertura de 10% de áreas marinhas e costeiras e 17% de ecossistemas terrestres resguardados por meio de áreas protegidas, até 2020. Entretanto, nenhuma dessas metas foi alcançada integralmente, segundo o relatório *Global Biodiversity Outlook 5* (SCBD, 2020). A mesma fonte informa que apenas seis metas foram atingidas parcialmente, dentre as quais, a Meta 11.

Como desdobramento desse pacto, e considerando o processo de perda acelerada de biodiversidade planetária, apesar dos esforços da CDB, os signatários dessa Convenção acordaram, em 2022, em Montreal, o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) (SCBD, 2022), ao qual se vinculam quatro objetivos para alcance no horizonte de 2050, além de 23 metas para serem atingidas até 2030. Dentre as quais, a Meta 3, se refere ao compromisso de resguardar, sob a forma de áreas protegidas, até 30% de ecossistemas marinhos, costeiros e terrestres globais, razão pela qual foi denominada popularmente de 30x30. Para tal, deverão ser reconhecidos e respeitados os territórios e os modos de vida de povos e populações tradicionais.

Globalmente, estão instituídas 295.530 áreas protegidas terrestres e marinhas, abrangendo 244 países e territórios, segundo informações disponíveis na Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA[4]).

Após essa breve contextualização, o tópico a seguir discute o histórico de criação de áreas protegidas como estratégia de proteção da natureza, no Brasil, tendo os Parques como categoria de grande importância para o alcance desse objetivo e o Parque Nacional do Itatiaia como exemplo.

2.1 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO

No presente tópico analisa-se a trajetória das políticas ambientais e a criação de áreas protegidas no Brasil até a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Pretende-se fazer um diálogo com o contexto histórico e a agenda de desenvolvimento de cada período. Contudo, pela especificidade do período, dar-se-á um pouco mais de atenção à Era Vargas, por ser um momento da História do país de plena reconfiguração

[4]*World Database on Protected Areas* (WDPA) é o banco de dados global mais abrangente de áreas protegidas marinhas e terrestres, atualizado mensalmente, e é um dos principais conjuntos de dados de biodiversidade global sendo amplamente utilizado por cientistas, empresas, governos, secretarias internacionais e outros para informar o planejamento, decisões políticas e gerenciamento.

do papel do Estado no Brasil, inclusive na área ambiental.

A partir do fim da segunda metade do século XIX, a criação de áreas protegidas firmou-se, no mundo, como a principal e mais amplamente disseminada estratégia de proteção da natureza. No Brasil, não foi diferente. A primeira proposta de criação de Parques Nacionais no país foi registrada em 1876 pelo engenheiro André Rebouças (1838-1898), quando esse intelectual sugeriu a criação de dois Parques Nacionais: um na Ilha do Bananal e outro em Sete Quedas.

Contudo, os primeiros esforços para proteger áreas e recursos naturais em território brasileiro remontam ao período colonial. Essas medidas visavam principalmente assegurar o controle sobre a exploração de recursos como madeira e água, em linha com práticas já adotadas em partes da Europa desde o século XV. Diversos Estados europeus atuavam diretamente na proteção, controle e acesso a recursos naturais, como a madeira, fundamental tanto militarmente (para construção naval) quanto economicamente (para construção civil e como combustível). Exemplos disso incluem as ordenações reais francesas, durante o reinado de Luís XIV, e as ordenações portuguesas de D. Manuel I, conhecidas como "manuelinas", que incluíam dispositivos de proteção das florestas e recursos hídricos, posteriormente aplicados também no Brasil (MEDEIROS, 2006).

Os portugueses tinham uma legislação florestal fragmentada, como as Ordenações Afonsinas (1443), Ordenações Manuelinas (1514), entre outras. Com a colonização, essas leis foram aplicadas na então colônia brasileira, sendo consideradas como os embriões jurídicos da tutela dos recursos naturais. A legislação no Brasil visava principalmente regular o uso de espécies de madeira de grande importância comercial.

Há um debate na historiografia do Brasil colonial sobre a efetividade dessa legislação na gestão dos recursos florestais. Alguns autores, como Miller (2000) e Dean (1996), argumentam que o monopólio real sobre a exploração de certas árvores levava ao desperdício, já que os proprietários preferiam queimar a floresta para liberar espaço para a atividade agrícola.

Por outro lado, autores como Cabral e Cesco (2007) e Castro (2002) afirmam, por sua vez, que a política florestal não era rígida em sua intenção e que houve um acesso preferencial, mas não exclusivo, à exploração das madeiras nobres. O alto custo logístico para a exploração dos recursos naturais e o acesso limitado aos contratos régios fizeram com que a riqueza florestal fosse mais utilizada como nutriente agrícola do que como matéria-prima para a indústria madeireira (RAJÃO *et al.*, 2021).

Podemos destacar como uma das primeiras iniciativas de proteção ambiental, a Carta Régia de 1797, um decreto real que, dentre outras providências, visava coibir o corte não autorizado pela coroa de determinadas espécies de árvores cuja madeira, considerada nobre, representava importante recurso para a metrópole (MEDEIROS, 2006).

No século XIX, a legislação florestal sofreu grande influência das ideias liberais. Contudo, a descentralização e a desregulação, apenas legitimou o domínio da exploração florestal por parte das elites locais. Já havia preocupação com a degradação dos recursos naturais por parte de intelectuais progressistas, como José Bonifácio que no período imperial já demonstrava preocupação com a destruição das matas virgens (PÁDUA, 2002).

Para os intelectuais do século XIX o que solucionaria o problema da degradação ambiental seria o modelo agrícola moderno com mão-de-obra assalariada e incorporação de máquinas na atividade agrícola. A destruição ambiental era vista por esses intelectuais como um preço do atraso. Com a instituição da Primeira República, a descentralização e políticas liberais enfraqueceram ainda mais a legislação florestal com a gestão florestal vinculada ainda mais aos interesses das elites locais (RAJÃO *et al.,* 2021).

De acordo com Medeiros (2004, p. 44), todos os instrumentos visavam recursos naturais específicos, sem delimitar territórios.

> Entretanto, todos os instrumentos adotados tanto pela metrópole portuguesa quanto, mais tarde, pelo Império, tinham seu foco de proteção essencialmente centrado em determinados recursos naturais sem necessariamente haver a demarcação de áreas ou territórios específicos – característica essa que confere sentido e significado ao termo "área protegida". Essa noção só começou a ser modificada e praticada, não apenas no Brasil, à medida que os efeitos oriundos dos impactos decorrentes da devastação de extensas áreas, seja pela exploração e corte da madeira, seja pelo empobrecimento dos solos, fizeram-se mais evidentes.

Com a crise de 29, o paradigma liberal perdeu sua hegemonia, trazendo para o debate o papel de um Estado forte que pudesse "proteger" a nação desses choques externos. A crise trouxe consequências políticas e econômicas para o Brasil. O paradigma agrário liberal sofreu reveses, assim como a política fragmentária de governadores. Vargas então chega ao poder e promove importantes mudanças no Estado brasileiro, tais como centralização política e uma reforma burocrática inclusive com uma administração pública profissional.

Na década de 1930, o Governo Vargas promoveu uma série de reformas institucionais visando viabilizar a ideia de desenvolvimento através da industrialização. Ainda que não tenha sido criado, naquela época, nenhum órgão ou instituição dedicada exclusivamente ao meio

ambiente, foram desenvolvidas medidas administrativas e construída uma série de códigos que serviram como base regulatória para o uso dos recursos naturais no país. A criação do Código Florestal (BRASIL, 1934a) e do Código de Águas (BRASIL, 1934b), em 1934, marcou o início da atuação do Estado na gestão dos recursos naturais de modo a compatibilizar essa estratégia de proteção da natureza com a agenda econômica do período. O Código de Águas visava regular a questão hidrelétrica, tanto que era vinculado ao Ministério de Minas e Energia, e eliminava o chamado direito de acessão, que conferia ao proprietário do solo a propriedade de cursos e quedas d'água, transferindo-o ao Estado (BASTOS, 2012).

De 1934 a 1937, a legislação ambiental brasileira testemunhou uma mudança significativa, marcando um ponto de virada no papel do Estado em relação à proteção ambiental. Esse período foi caracterizado por um avanço considerável na promulgação de instrumentos legais que viabilizaram a criação efetiva de áreas protegidas em território nacional. Tal movimento representou uma ruptura com décadas de inércia, que haviam definido a postura do governo central desde os primórdios da República em 1889.

Diversos fatores contribuíram para essa transformação. Um dos mais notáveis foi o aumento da pressão e influência exercidas por movimentos organizados dedicados à preservação da natureza. Estes grupos estavam ganhando força e se tornando mais articulados, exercendo um impacto direto sobre a agenda política e institucional. Além disso, a necessidade de reorganizar a exploração dos recursos florestais no Brasil desempenhou um papel crucial nesse processo. O reconhecimento crescente dos impactos ambientais adversos decorrentes da exploração desordenada dos recursos naturais levou à busca por uma abordagem que conciliasse o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental (MEDEIROS, 2006).

Dessa forma, esse período foi marcado pela emergência de um ambiente político e institucional favorável a mudanças substanciais na política ambiental brasileira. A legislação promulgada durante esse período estabeleceu marcos importantes para a proteção do meio ambiente e a criação de áreas protegidas, pavimentando o caminho para iniciativas e políticas de conservação futuras. Esses esforços iniciais refletiram uma crescente conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais e a necessidade de políticas públicas mais voltadas para a sustentabilidade ambiental (MEDEIROS, 2006).

Alguns intelectuais preocupados com a ação humana sobre o meio ambiente influenciaram a construção do Código Florestal, como dito acima, nos primeiros anos do governo Vargas. Porém, perderam espaço para assessores militares menos sensíveis à questão ambiental.

O ambiente político-intelectual brasileiro nas décadas de 1920-1940 definia-se por um

> intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado. Diversos temas foram objeto de debate no período: o trabalho, a indústria, a educação, a saúde, o arcabouço jurídico-institucional, as manifestações culturais, o patrimônio histórico e a proteção à natureza. Setores significativos da sociedade mobilizaram-se em torno dessas questões, que preocupavam também o Estado. Com o governo de Getulio Vargas, uma série de políticas públicas foi elaborada para atender às demandas emergentes nesses campos, sobretudo quando estas coincidiam com o seu projeto político nacional-corporativista.
> No caso da proteção à natureza, houve um grupo razoavelmente organizado, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que defendeu a formulação e a execução de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro. Sustentamos que a maneira como esse grupo se inseriu no contexto político-intelectual da época e o seu relativo sucesso são explicados pelo fato de ele ter relacionado a proteção da natureza com a questão da identidade nacional (DRUMMOND, FRANCO, 2009, p. 25-26).

A geração anterior a Era Vargas já possuía uma preocupação com a conservação do meio ambiente. Instituições no Rio de Janeiro, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) e o Jardim Botânico (JB), emergiam como centros importantes de pesquisa sobre a natureza no Brasil, graças às gestões de Ladislau de Souza Neto e João Barbosa Rodrigues. Ambos se empenharam em equilibrar e direcionar essas instituições para a pesquisa científica. O Instituto de Manguinhos, fundado em 1900 e reorganizado a partir de 1902 por Oswaldo Cruz, também desempenhou um papel significativo na biologia aplicada.

Além do interesse científico, havia preocupações com a proteção de um vasto patrimônio natural, tanto econômico quanto estético. Em São Paulo, durante a República Velha, membros do Partido Republicano começaram a reconhecer os riscos da agricultura de *plantation* e do crescimento desordenado das cidades. As ferrovias paulistas, em rápida expansão, eram vistas como símbolos de modernização, mas também permitiam que observadores atentos notassem os danos ambientais ao longo de suas margens e áreas de influência, registrando essas marcas (DEAN, 1996).

O Código Florestal pode ser considerado uma ideia fora do lugar (DRUMMOND, 1998), uma vez que não havia no Brasil grupos de pressão para fazer valer a lei, em um país ainda rural, autoritário e patriarcal. Foi justamente a essa elite que o Código passou a impor novas obrigações.

Contudo, não se pode negar que havia um poder simbólico no Código, um aspecto modernizador, uma vez que esse arcabouço legal, apesar de ter aspectos preservacionistas, tinha um caráter muito mais produtivista, regulando as atividades ligadas ao uso do solo, das florestas e dos rios. De fato o Código Florestal foi um marco importante para proteção das florestas. Ele definia quatro tipologias de florestas:

> eram do tipo protetoras as florestas que tivessem finalidade de conservar os regimes das águas, evitar a erosão, fixar dunas, assegurar a salubridade pública, proteger sítios, asilar espécimes da fauna, ou proteger, do ponto de vista militar, as fronteiras.

> Florestas remanescentes eram aquelas declaradas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a criação de parques, inclusive pequenos bosques de gozo público e reservas de proteção biológica ou estética. As florestas modelo e de rendimento eram aquelas que poderiam ser submetidas a manejo de recursos naturais, visando o extrativismo de madeira. Nelas figuravam as Florestas Nacionais (MEDEIROS, 2006, p. 50).

A institucionalização política e administrativa da política de proteção da natureza no Brasil foi um processo que se desenvolveu de forma lenta e gradual e a evolução das políticas de proteção de áreas protegidas dialoga com os diferentes contextos históricos. A década de 1930 representa, sem dúvida, um marco na institucionalização das políticas ambientais no Brasil e está relacionada, diretamente, ao fortalecimento do Estado e ao projeto de nação que estava se desenvolvendo àquela época. Foi neste contexto político que, em 1937, foi criado no Rio de Janeiro o primeiro Parque Nacional brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia, sendo esse o primeiro grande eixo de proteção ambiental da Mata Atlântica no país (IRVING *et al.*, 2007).

Pode-se dizer que a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937 demonstra de fato uma ação do Estado no sentido de preservar remanescentes de áreas degradadas que sofreram grande intervenção humana. Pode-se também considerar a criação dos Parques Nacionais como uma ação de cunho conservacionista e uma contradição, uma vez que demarcados os territórios dos Parques todo o resto poderia ficar submetido à devastação desordenada apara atender a agenda de desenvolvimento econômico, que tinha um apelo muito forte na época. No entanto, a criação das Unidades de Conservação demostra já uma racionalidade no sentido de tratar, ainda que de forma diferente do que se tem hoje, áreas ambientais de grande relevância.

É de fato algo bastante simbólico que o Código Floretal e o Código das Águas estivessem diretamente ligados a Ministérios com papel expressivo na proposta desenvolvimentista da época e não a um órgão exclusivamente voltado para as questões ambientais. Pode-se inferir que os custos e impactos ao ambiente eram colocados em segundo plano quando das decisões relativas à agenda econômica. Vargas procurou não desagradar a elite cafeeira e fez uma política expansionista de gastos principalmente com a aquisição de estoques de café e que seriam queimados.

Durante o governo Vargas, o Brasil passou por um período marcado por medidas como restrições às importações e a imposição de sucessivas moratórias sobre as dívidas em moedas estrangeiras. Essas ações refletem uma intensificação da intervenção estatal na economia do país. A Era Vargas, portanto, inaugurou um período histórico conhecido como desenvolvimentismo, no qual o Estado assumiu um papel central na orientação do crescimento econômico. Essa orientação estatal envolvia a captação e alocação de recursos financeiros, bem como a realização de investimentos diretos, especialmente em setores nos quais a iniciativa

privada não conseguia atuar de forma suficiente e eficaz (BIELSCHOWSKY, 2010).

A administração dos recursos naturais no Brasil, com o objetivo de maximizar seu uso em prol da política desenvolvimentista, foi uma diretriz central até a década de 1960. Esse período abrangeu o governo de Juscelino Kubitschek, especialmente durante a implementação de seu ambicioso Plano de Metas nos anos 1950. O Plano de Metas, principal instrumento de planejamento do governo Kubitschek, foi responsável por impulsionar uma considerável expansão e diversificação da indústria brasileira em um intervalo de tempo relativamente curto. Esse esforço resultou na instalação de indústrias que fortaleceram significativamente o setor de bens de capital, proporcionando ao país uma base industrial mais robusta e diversificada (SERRA, 1982).

Para viabilizar esses projetos, o governo criou grupos executivos especializados, encarregados de supervisionar e acelerar a implementação das iniciativas. A estratégia adotada foi marcadamente expansionista, refletindo-se em investimentos maciços que, embora tenham impulsionado o crescimento econômico, também geraram um cenário de alta inflação. Essa política de expansão econômica, com seus altos custos e desafios inflacionários, representou um marco na história do desenvolvimento brasileiro, deixando um legado de transformações estruturais profundas.

Em 1953, o governo brasileiro deu um passo significativo na direção do desenvolvimento da Amazônia ao criar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Reconhecendo a importância estratégica da região e os desafios associados à sua vastidão e diversidade ecológica, o governo solicitou o auxílio da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) para a realização de estudos que visassem o desenvolvimento rural da Amazônia. Esses estudos, apesar de pretenderem identificar alternativas mais sustentáveis para o uso dos abundantes recursos florestais da região, acabaram por adotar uma abordagem predominantemente produtivista (FERREIRA, 2017).

A intenção subjacente a esses estudos era transformar a densa e diversificada floresta amazônica em áreas economicamente produtivas, homogeneizando, assim, um ecossistema caracterizado por sua rica variedade de espécies. Este enfoque produtivista, contudo, negligenciava as implicações ambientais e os impactos a longo prazo decorrentes do aumento da produção industrial de base. As considerações sobre a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais foram, em grande medida, secundarizadas diante da urgência de promover o crescimento econômico e a industrialização.

À medida que os desafios impostos pela industrialização se tornavam mais evidentes,

novos órgãos governamentais foram criados com o objetivo de abordar as questões ambientais emergentes. No campo dos dispositivos legais, destaca-se a promulgação do Estatuto da Terra em 1964, que trouxe diretrizes para o uso e ocupação do solo rural no Brasil. Além disso, surgiram agências setoriais como o Ministério de Minas e Energia, criado em 1960, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), estabelecido em 1967. É importante ressaltar que, embora essas agências tivessem como objetivo tratar de aspectos específicos do desenvolvimento e da preservação ambiental, suas ações eram, frequentemente, descoordenadas e até mesmo conflitantes, refletindo a complexidade e os desafios de se gerir um território tão vasto e diversificado quanto a Amazônia (FERREIRA, 2017).

Entre 1961 e 1964, o Brasil passou por um período de intensa crise do desenvolvimentismo, um modelo que havia sustentado o crescimento econômico do país desde a década de 1930. Esse período foi caracterizado por uma grave crise política, marcada por instabilidades e tensões que culminaram no Golpe Militar de 1964. No plano econômico, o cenário foi igualmente desfavorável, com o país experimentando uma taxa menor de crescimento, rompendo, assim, uma tendência de expansão econômica que vinha se consolidando desde os anos 1930. A crise econômica, por sua vez, intensificava as tensões políticas, criando um ciclo de retroalimentação entre ambas as esferas.

Durante esse período, o debate sobre o desenvolvimento brasileiro tornou-se central nas discussões políticas e acadêmicas. Havia uma percepção crescente de que o modelo de crescimento até então adotado, embora responsável por significativos avanços econômicos, havia falhado em resolver questões fundamentais como a desigualdade de renda. Segundo Bielschowsky (2010), um dos principais intelectuais que contribuiu para esse debate foi Celso Furtado. Ele argumentava que o Brasil estava em um ponto crítico em que era necessário combater de forma mais efetiva as profundas disparidades econômicas. Furtado (2005) acreditava que a desigualdade de renda era o grande obstáculo para a continuidade do crescimento econômico sustentável do país. Ele defendia que, sem enfrentar essa questão de maneira decisiva, o desenvolvimento econômico não poderia ser plenamente alcançado.

Assim, esse período foi marcado por uma reflexão profunda sobre os rumos do país, com a identificação de desafios estruturais que precisavam ser enfrentados para garantir não apenas o crescimento econômico, mas também uma distribuição mais equitativa dos frutos desse crescimento (BIELSCHOWSKY, 2010).

Tavares e Serra (1977) argumentaram que o crescimento econômico no Brasil seguiu

uma lógica perversa, na medida em que a concentração de renda era característica central do tipo de capitalismo que se desenvolveu no país. Nesse contexto, o processo de substituição de importações, que deveria ter impulsionado o desenvolvimento industrial e a geração de empregos, foi conduzido de maneira a atender prioritariamente às demandas de consumo das famílias de renda alta. Como resultado, a industrialização não conseguiu absorver de forma significativa a vasta mão-de-obra disponível no Brasil, composta majoritariamente por trabalhadores sem qualificação. Essa dinâmica reforçou o ciclo de exclusão social e concentração de renda, pois as oportunidades de emprego criadas pela nova indústria eram limitadas e muitas vezes inacessíveis para a maioria da população, perpetuando assim as desigualdades econômicas e sociais existentes.

Nesse contexto, Jânio renuncia, sua renúncia é aceita pelo Parlamento e se dá início a um período parlamentarista. Cabe ressaltar que nesse período herda-se uma crise econômica de Juscelino: aceleração inflacionária, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos, denunciada por Jânio. Depois de muita indefinição política toma posse João Goulart, para descontentamento dos militares. A inflação chega a quase 100%. O plano trienal de Celso Furtado fracassou e é importante ressaltar que apesar de elaborado pelo mais notório economista Cepalino do Brasil, o plano era bastante ortodoxo e gradualista. O quadro de crise era imenso. O presidente Jango era visto como uma ameaça pelos militares, falava-se em Reformas de base, como Reforma Agrária, por exemplo. Veio então o Golpe que instalou a ditadura civil-militar que durou por 21 anos.

O novo regime ditatorial instaurado em 1964, com o intuito de promover a estabilidade política e econômica, deu início a um programa abrangente de estabilização e reformas que se estendeu até 1967. Nesse contexto, um dos principais instrumentos de planejamento econômico criados foi o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado logo no primeiro ano do governo militar. O PAEG tinha como principais objetivos acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, conter os índices inflacionários que ameaçavam a estabilidade econômica, reduzir os desníveis econômicos entre diferentes setores e regiões, e implementar uma política de investimentos que favorecesse a geração de empregos. Além disso, o plano buscava corrigir os déficits na balança de pagamentos, frequentemente causados pela incapacidade do país de sustentar seu nível de importações. Caracterizado por uma abordagem considerada heterodoxa para a época, o PAEG combinava medidas de austeridade fiscal com incentivos ao crescimento econômico, representando uma tentativa de equilibrar a necessidade de ajuste econômico com a promoção do desenvolvimento (REZENDE, 1990).

O período foi marcado por uma política salarial de correção monetária, aumento das despesas e receitas públicas e com uma importante reforma no sistema financeiro. A criação do Banco Central é um forte exemplo dessa reforma. O impacto da reforma financeira sobre a dinâmica economica foi permitir expansão do crédito de curto prazo para capital de giro e de consumo. Ao longo prazo, cabe destacar o papel do Banco Nacional de Habilitação. (BIELSCHOWSKY, 2010). Nesse período houve grande investimento e reforma institucional com a criação e fortalecimento de autarquias e estatais que induziam e regulavam setores estratégicos do desenvolvimento econômico.

Com relação à política ambiental, após o golpe militar de 1964, o então ditador Castelo Branco encaminhou no ano de 1965 ao Congresso, o resultado do grupo de trabalho que tinha iniciado em 1961 com a função de elaborar estudos sobre a Lei Florestal, que tinha sido interrompido com a renúncia de Jânio Quadros, mas retomado no ano seguinte. O projeto do Novo Código Florestal estava alinhado com os interesses do Ministério da Agricultura e foi bem recebido e aprovado, inclusive por setores ruralistas. Esse Novo Código representava mais um passo no projeto de modernização iniciado por Vargas, continuado pelo regime militar. A concepção do novo Código era de que ele seria necessário para reduzir e impor limites às atividades predatórias do setor agrícola, garantindo assim a perpetuação da atividade, preservando a fertilidade do solo e o suprimento de madeira.

O Novo Código Florestal foi aprovado após apenas três meses de tramitação no Congresso, em 1965. O Novo Código fortaleceu alguns aspectos do de 1934 e estabeleceu regras claras para a criação das Áreas de Preservação Permanente (APPs). A norma estabeleceu um maior detalhamento para a criação dessas áreas o que dava subsídios ao governo para melhor fiscalização. A falta desse detalhamento e critério era uma das críticas direcionadas ao Código de 1934. De acordo com o novo Código Florestal de 1965, as Áreas de Preservação Permanente devem ser estabelecidas com base na largura do rio e proteger as áreas ao redor de lagoas, nascentes, topos de morros, encostas, restingas e regiões com altitude superior a 1.800 metros. Esse detalhamento é crucial, pois a ineficácia do Código Florestal de 34 foi, em grande parte, atribuída à necessidade de definir as florestas protegidas em todo o país por meio de decretos do Ministério da Agricultura.

Com as mudanças trazidas pelo Código Florestal de 1965, o poder público passou a ter critérios para fiscalização no nível da propriedade, sem a necessidade de mapas oficiais para indicar as APPs. Diferente do código anterior, os proprietários perderam o direito à indenização pelas limitações de uso das APPs, mesmo que a recuperação fosse realizada pelo governo. O

Código Florestal de 1965 estabeleceu um regime de uso limitado dos imóveis rurais, exigindo a manutenção de um percentual mínimo de cobertura arbórea, conceito posteriormente denominado “Reserva Legal” pela Lei nº 7.803, de 1989 (BRASIL, 1989). Além disso, o novo Código Florestal reduziu o percentual de vegetação arbórea a ser mantida de 25% para 20% na maior parte do território nacional. Nas áreas ainda incultas e sujeitas a novos desbravamentos, o limite para desmate em corte raso foi fixado em 50% do imóvel, distinguindo entre áreas já consolidadas e aquelas além da fronteira agrícola, aplicável a qualquer bioma (RAJÃO *et al.*, 2021).

Um outro marco importante foi a A Lei de Proteção aos Animais de 1967, Lei n° 5.197/1967 (BRASIL, 1967) voltada para a proteção da fauna. Os principais avanços dessa lei incluem a Proteção e Conservação da Fauna, estabelecendo diretrizes para a proteção e preservação da fauna silvestre brasileira, proibindo a caça, captura, e comercialização de animais silvestres sem a devida autorização dos órgãos competentes; avanços signifcativo também com relação ao controle da caça e comércio de animais pois regulamenta impondo restrições para essas atividades; um avanço importante também é a definição de fauna silvestre especificando e incluindo todos os animais nativos, migratórios e outros que vivem naturalmente fora de cativeiro. Com relação às penalidades estabelece para quem violar o que está disposto na lei, multas e outras sanções administrtativas (BRASIL, 1967).

> Art. 5º. Compete ao Conselho Nacional de Proteção à Fauna:
> I - estabelecer as categorias de animais a serem protegidos e elaborará a respectiva lista;
> II - regulamentar, em nível nacional, as normas de proteção à fauna, fixando épocas e métodos de caça e apanha permitidos;
> III - regulamentar e fiscalizar a exportação e a importação de animais e produtos da fauna, vivos ou mortos;
> IV - propor ao Poder Executivo a criação de reservas, parques e estações biológicas destinados à proteção de exemplares da fauna;
> V - fixar os requisitos indispensáveis para a concessão de registros, licenças, alvarás e autorizações relacionados à proteção da fauna;
> VI - elaborar e divulgar programas educativos relativos à proteção da fauna. (BRASIL, 1967, art. 5º).

A partir da década de 70, começa a haver no país algumas iniciativas da sociedade com relação à proteção do meio ambiente como o relatório do Clube de Roma. Em 1972 é realizada a Conferência de Estocolmo tendo o Brasil participado com a argumentação de que os países mais ricos deveriam pagar pelos esforços de proteger o ambiente, deixando o caminho livre para os países em desenvolvimento seguir com sua busca pelo crescimento das suas economias. Interessante notar que em 73, sob a ditaduta militar, é criado o primeiro órgão para tratar exclusivamente da questão ambiental, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA),

vinculada ao Ministério do Interior e que se concentrava mais no controle da poluição causada principalmente pela atividade industrial (MOURA, 2016).

As ações da Secretaria, típicas da administração direta, eram muito mais no sentido de orientação do que de execução de políticas públicas. Apesar disso, nessa fase da industrialização conhecida como "marcha forçada" em que o crescimento econômico ainda era prioridade, alguma resposta deveria ser dada no sentido do controle dos poluentes. O objetivo dessa estratégia era reduzir as degradações ambientais que poderiam comprometer o bom andamento das atividades produtivas (MONOSOWSKI, 1989).

Até o final dos anos 1970, apenas pequenas alterações foram feitas na legislação ambiental e florestal. Durante esse período, já havia preocupações com os impactos locais do desmatamento, como a redução das chuvas e a erosão dos solos. No entanto, o desmatamento em larga escala na Amazônia ainda não era considerado um problema público, tanto no Brasil quanto no exterior. A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) desempenhava um papel secundário nessa fase da política ambiental brasileira. As ações de controle ambiental começaram a se tornar mais explícitas com o advento do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1974. O Plano incluiu um capítulo sobre desenvolvimento urbano, controle de poluição e preservação do meio ambiente, dando prioridade ao controle da poluição industrial. Foram adotados padrões de emissão de poluentes e implementada uma política para incentivar a localização industrial em regiões densamente urbanizadas. Essa estratégia foi reforçada com medidas que permitiam a criação de sistemas de licenciamento nos estados e municípios para a instalação de atividades industriais potencialmente poluidoras. Em 1976, foram estabelecidos padrões de qualidade mínima das águas para diferentes usos, parâmetros de emissão de efluentes, normas para o tratamento de esgotos e parâmetros de qualidade do ar, servindo de base para essa política ambiental (FERREIRA, 2017; RAJÃO *et al,*. 2021).

Na década de 1980 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) com uma certa tendência à descentralização da gestão ambiental através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que estabelecia diretrizes e princípios para a atuação dos entes federativos na gestão ambiental. Dentre as inovações do dispositivo legal estão: estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, e o licenciamento ambiental (BRASIL, 1981).

Cabe ressaltar que nesse período, já na chamada abertura política "lenta, gradual e

segura" promovida pela Ditadura, o país passava por uma crise econômica com o fim do chamado milagre econômico e, com isso, houve uma queda na demanda por recursos naturais. Logo, os investimentos necessários para a efetiva implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e seus arranjos institucionais, não foram realizados de maneira imediata. Outro marco importantíssimo dessa década foi a Constituição de 1988, com um artigo tratando exclusivamente do meio ambiente e com uma tendência descentralizadora reforçando o papel dos estados e municípios na política ambiental. Em 1989 vários órgãos que tratavam de políticas ambientais foram reunidos em só: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA).

Nessa perspectiva, importante ressaltar, na questão dos avanços da institucionalização das políticas ambientais a relevância da própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) que, no seu artigo 225, parágrafo 4º, reconhece a importância ambiental e social do bioma Mata Atlântica, onde está inserido o Parque Nacional de Itatiaia e que sofreu especialmente um processo de devastação que dialoga diretamente com a História do Brasil, cujo processo será analisado mais a frente nessa dissertação. A Lei nº 11.428, denominada Lei da Mata Atlântica (BRASIL, 2006b) regulamenta o seu uso e proteção, além de regulamentar, ainda, o artigo da Carta Magna que define a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional. O estado do Rio de Janeiro, assim como os de Santa Catarina e Espírito Santo, têm 100% da sua área abrangida pela Lei da Mata Atlântica.

Na década de 1990, o país ainda enfrentava uma crise econômica e assim como na década anterior, havia uma redução na atividade produtiva e no investimento estatal no setor produtivo. Logo, num cenário de crise e de discurso liberal, os investimentos que uma Política Nacional do Ambiente demanda para se efetivar, não foram realizados. Num cenário de crise da dívida externa, desequilíbrios fiscais e de redução de gastos públicos é ilusório propor um aumento nos gastos para a preservação do meio ambiente (SUNKEL, 2001). No entanto, a preocupação com as questões ambientais e debates sobre desenvolvimento sustentável já ganhavam mais terreno a nível mundial, tanto que em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Rio-92, uma Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) que para discutir a problemática ambiental que reuniu representantes de 175 países.

Em 1997, houve a efetiva regulamentação do licenciamento ambiental através da Resolução Conama nº 237/97 (CONAMA, 1997). Com isso, o licenciamento ambiental fica instituído como procedimento, em última instância, para avaliar os impactos ambientais de

projetos com potencial de degradação ambiental. No entanto, apenas na década de 2000 que o licenciamento foi utilizado em larga escala, uma vez que as duas décadas anteriores, foram caracterizadas por baixa demanda ambiental devido a um quadro de baixo investimento no setor produtivo. Já no início dos anos 2000, houve uma expansão econômica devido principalmente aos países asiáticos, beneficiando economias também economias exportadoras de bens primários. Isso resultou numa demanda maior por recursos naturais para colocar em prática a estratégia do governo de ser então um indutor da expansão econômica voltada a atender a demanda por commodities (FERREIRA, 2017).

Cabe enfatizar que, na mesma década, outros dois importantes pactos nacionais possibilitaram a institucionalização de mecanismos de proteção da natureza, no Brasil, com enfoque em áreas protegidas. Primeiramente o SNUC (BRASIL, 2000), principal arcabouço nacional dirigido à agenda em foco, regulamentado dois anos após a sua pactuação (BRASIL, 2002), cujas diretrizes passaram a orientar os processos de criação, implementação e gestão de unidades de conservação no país. Posteriormente, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2006a) teve como propósito fortalecer as ações do SNUC, com vistas ao estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado até 2015. Essa política pública teve vinculação direta com compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo governo brasileiro, como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Tabela 1 - Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à criação de Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000)

Categoria	Instrumento de Criação
Parque Nacional	Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23793 de 23/01/1934)
Floresta Nacional	IDEM
Áreas de Preservação Permanente	Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/1965)
Reserva Legal	IDEM
Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5197 de 03/01/1967)
Parque de Caça Federal	IDEM
Estações Ecológicas	Lei nº 6902 de 27/04/1981
Áreas de Proteção Ambiental	IDEM
Reservas Ecológicas	Decreto nº 89336, de 31/01/1984
Áreas de Relevante Interesse Ecológico	IDEM

Fonte: MEDEIROS, IRVING, GARAY (2004b, p. 85).

2.2 O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A dificuldade em sistematizar a criação e o gerenciamento de Unidades de Conservação (UCs) no Brasil foi evidenciada pelo longo processo de aprovação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002). Essa lei regulamenta o art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal e define UC como: "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (DRUMMOND, FRANCO, OLIVEIRA, 2010, p. 348).

Durante a tramitação do Projeto de Lei do SNUC preservacionistas e socioambientalistas travaram uma batalha, porém o texto final pode ser considerado um consenso entre esses dois grupos. Antes da Lei do SNUC as normas de políticas de unidades de conservação eram bastante atomizadas. Após a referida Lei houve a instituição de uma série de categorias de manejo que vão desde as com restrição quase total do uso até as mais permissivas em que são autorizadas quase todo o tipo de atividades econômicas.

Antes da Lei do SNUC houve duas tentativas de sistematização da política de criação e gestão de Unidades de Conservação. O IBDF lançou essa primeira tentativa em 1979 com a Primeira Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, cuja Segunda Etapa foi lançada em 1982. A segunda tentativa de sistematização foi realizada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1997. Em 1992 foi encaminhado ao Congresso um anteprojeto de lei, instituindo um sistema nacional de unidades de conservação que tramitou por 8 anos até a edição da Lei do SNUC. Durante o período houve grandes debates entre socioambientalistas e preservacionistas, com os dois lados fazendo algumas concessões.

Alguns avanços podem ser bem observados na Lei do SNUC, de acordo com Leuzinger, Campanha e Souza (2020, p. 13-14):

> 1) a definição de quais espaços constituem unidades de conservação, dentro do universo de espaços territoriais especialmente protegidos, previstos pelo inciso III do § 1º do art. 225 da CF/88; 2) a sua situação dominial, ou seja, quais UCs requerem domínio público e quais são compatíveis com o domínio privado; 3) quais são as principais características de cada categoria de manejo; 4) quais categorias de manejo admitem a presença de populações tradicionais residentes; 5) que providências devem

> ser tomadas pelo Poder Público quando a categoria de manejo não permite a permanência de grupos tradicionais, mas há populações residentes; 6) quais são os requisitos para a instituição de unidades de conservação; quais são os requisitos para a instituição de zonas de amortecimento e corredores ecológicos e quais categorias de manejo devem instituí-los; 7) quais categorias devem elaborar planos de manejo e instituir conselhos gestores e em que prazo.

A CF/88 estabeleceu que todas as federações criassem espaços territoriais especialmente protegidos. Contudo, Unidades de Conservação já era termo utilizado antes e o SNUC veio tratar especificamente dessas áreas. As outras áreas que não se enquadram na categoria de UC não são reguladas pelo SNUC; porém, já que são Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs), são regidas por normas esparsas mas ainda sob responsabilidade de proteção por parte do poder público (LEUZINGER, CAMPANHA, SOUZA, 2020).

Quanto à situação dominial, a Lei do SNUC também pode ser considerada um grande avanço, uma vez que estabeleceu quais categorias de manejo devem ser criadas em áreas públicas, quais em áreas privadas e quais são compatíveis quanto ao domínio público e privado. Isso resolveu questões envolvendo desapropriações e pedidos de indenizações. Esse é considerado um avanço do SNUC pois as UCs eram, até então, regidas por normas esparsas, não havia de certeza quanto à necessidade de serem instituídas em áreas públicas e, assim, da desapropriação de eventuais áreas privadas localizadas no seu perímetro.

Tabela 2 - Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo SNUC

Categoria	Grupo	Objetivos
Estação Ecológica (ESEC)	Proteção Integral	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.
Reserva Biológica (REBIO)	Proteção Integral	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Parque Nacional (Parna), Parque Estadual ou Parque Natural Municipal	Proteção Integral	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Monumento Natural (MN)	Proteção Integral	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Proteção Integral	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Área de Proteção Ambiental (APA)	Uso Sustentável	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Uso Sustentável	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta Nacional (Flona), Floresta Estadual ou Municipal	Uso Sustentável	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
Reserva Extrativista (RESEX)	Uso Sustentável	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Uso Sustentável	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.
Reserva de Fauna (Refau)	Uso Sustentável	Manter populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Uso Sustentável	Conservar a diversidade biológica.

Fonte: Elaboração própria, com base em BRASIL (2000).

O SNUC definiu cada categoria, mostrando que as mais restritivas são as estações ecológicas e as reservas biológicas, não sendo permitido nem a visitação, apenas pesquisas científicas. E assim como os Parques Nacionais, são de domínio público, porém nos Parques são permitidas visitações e outras atividades, sempre observando o que está normatizado no

plano de manejo de cada Unidade de Conservação. As outras duas categorias de proteção integral são refúgios da vida silvestre e monumentos naturais. Estas podem compatibilizar o domínio público e privado por atingir geralmente apenas uma parte da propriedade (BRASIL, 2000).

As categorias de manejo mencionadas se enquadram nos critérios estabelecidos pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o que confere ao sistema brasileiro uma conformidade com padrões e normas internacionais. Essa adequação traz diversos benefícios, tais como a facilidade na definição de estratégias para a captação de recursos financeiros. Além disso, facilita a realização de pesquisas científicas, promovendo o intercâmbio de informações e experiências com outras nações e agências internacionais.

A conformidade com os padrões da UICN também favorece o diálogo e a cooperação internacional, permitindo ao Brasil adotar práticas de gestão diferenciadas e eficientes, alinhadas com as melhores práticas globais. Esse alinhamento é particularmente importante para a gestão de áreas transfronteiriças, onde a colaboração entre países é essencial para a conservação eficaz dos ecossistemas que se estendem além das fronteiras nacionais. Assim, a integração aos critérios da UICN fortalece a capacidade do Brasil de proteger sua biodiversidade, promovendo uma gestão ambiental mais robusta e reconhecida globalmente.

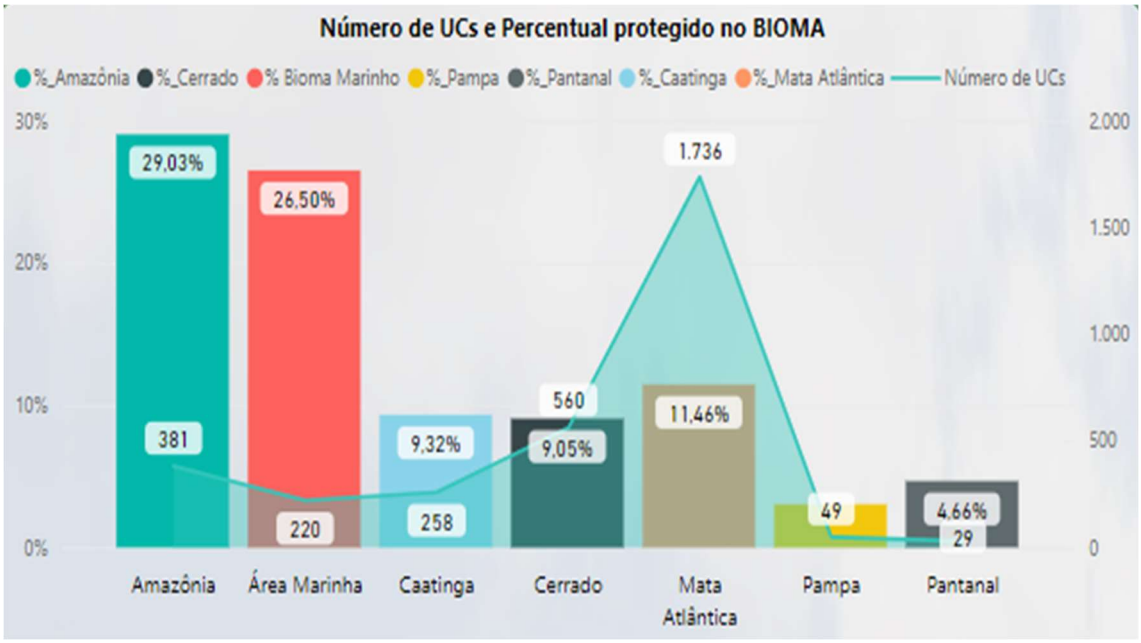
As categorias de manejo de uso sustentável também se assemelham e se diferenciam em vários pontos. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) por exemplo são parecidas, similares, porém diferenciam-se no tamanho e grau de ocupação. As áreas de proteção ambiental são extensas e com relativa ocupação humana. Já as áreas de relevante interesse ecológico são pequenas e com pouca ou nenhuma ocupação humana. Ambas são compatíveis com o domínio privado e uso direto dos recursos naturais.

Ainda nas UCs de uso sustentável, as florestas nacionais poderiam ser verdadeiros laboratórios para exploração mais sustentável dos recursos naturais, porém as mesmas vêm sendo exploradas através de concessões a empresas privadas. As Reservas Extrativistas (RESEXs) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) visam compatibilizar a proteção da natureza com a proteção de culturas tradicionais, onde são celebrados contratos para a exploração econômica por parte das comunidades tradicionais, sempre respeitando os limites impostos pelo plano de manejo da UC. Já as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são áreas privadas e apenas turismo ecológico e pesquisa científica são permitidos (BRASIL, 2000).

Uma questão sensível, mas que a Lei do SNUC tratou e avançou relaciona-se com a presença de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação. O SNUC definiu cada categoria que permite ou não a presença dessas comunidades. Nas mais restritivas como as Estações Ecológicas (ESECs), Reservas Biológicas (REBIOs) e Parques Nacionais não admitem a presença dessas populações. Para as de uso sustentável, cada categoria tem suas restrições e formas de tratar a questão da ocupação nas UCs. Cabe ressaltar que as RESEXs e as RDSs foram criadas justamente para proteção do modo de vida dessas populações.

Somando as categorias de manejo, o Brasil conta com 2.945 unidades de conservação federais, estaduais e municipais, totalizando 2.588.829,11 quilômetros quadrados, abrangendo 19,07% de área continental e 26,50% de área marinha. Essas UCs estão distribuídas nos biomas brasileiros da seguinte forma: Amazônia (29,03%); Caatinga (9,32%); Cerrado (9,05%); Mata Atlântica (11,46%); Pampa (3,03%); e Pantanal (4,66%)5. Do contingente mencionado, 75 são Parques Nacionais.

Figura 1 - Número de UCs e Percentual protegido no BIOMA



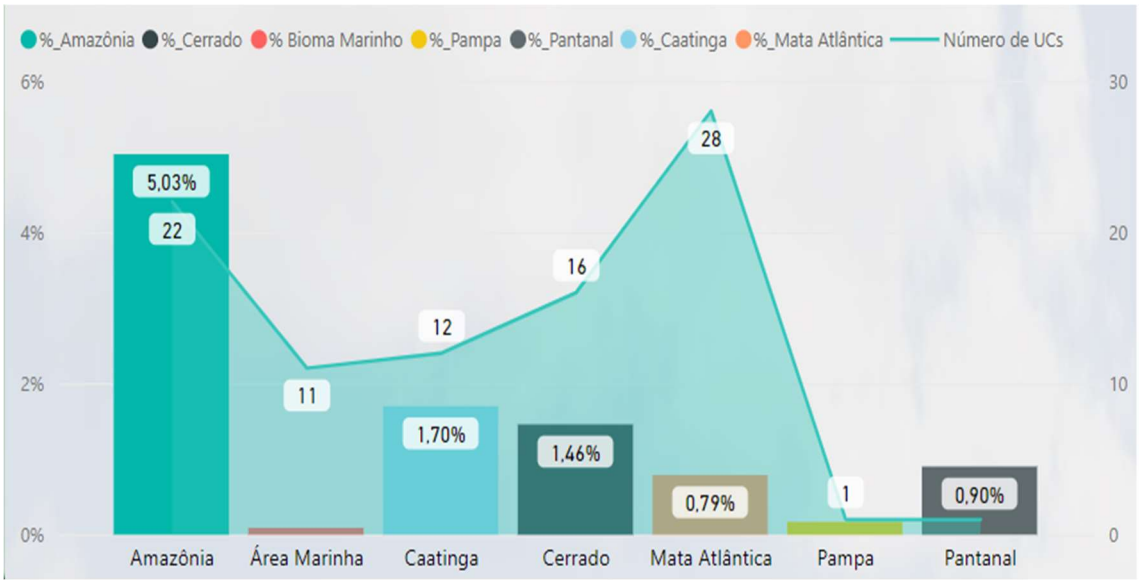
Fonte: BRASIL (2024).

Cabe aqui para essa dissertação reforçar que, de acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), os Parques, sejam nas esferas federal, estadual ou municipal, têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo

ecológico.

Nesse debate, entretanto, não se pode desconsiderar que em uma sociedade capitalista e, mais ainda, em um país que se moldou e se inseriu no mundo como grande provedor de produtos primários para os grandes centros globais, a exploração da natureza se deu de forma intensiva. Considerando esse contexto histórico de um processo de desenvolvimento socioeconômico insustentável, antes e mesmo durante toda a trajetória supracitada dos avanços e retrocessos da institucionalização da questão ambiental e mais precisamente da proteção da natureza, a Mata Atlântica quase desapareceu, tornando imprescindível a criação de áreas protegidas para proteger os remanescentes desse bioma fundamental.

Figura 2 - Número de Parques Nacionais e Percentual protegido no BIOMA



Fonte: BRASIL (2024).

Partindo dessa inspiração, no contexto desta dissertação buscou-se analisar as atividades que contribuíram para a degradação da Mata Atlântica na região do Vale do Paraíba e a principal estratégia de proteção da natureza no Brasil que é a criação de áreas protegidas. Sob essa perspectiva, o Parque Nacional do Itatiaia representa um importante objeto de estudo, uma vez que foi o primeiro a ser inaugurado pelo governo federal, em um período turbulento, marcado por mudanças na configuração do papel do Estado em diversas áreas, inclusive em relação às questões ambientais.

3 O PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA EM UM CONTEXTO HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E DO VALE DO PARAÍBA – UM BREVE HISTÓRICO

Nesse contexto, é importante relacionar a degradação da Mata Atlântica e, principalmente, na região do Vale do Paraíba, com a posição do Brasil no papel de exportador de produtos primários com cada contexto histórico desde a chegada dos europeus e início das atividades de exploração colonial, em 1500, que marcou o início de profundas transformações socioeconômicas, culturais e ambientais. Uma das primeiras atividades econômicas exploradas pelos colonizadores foi a extração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), árvore nativa da Mata Atlântica, cujo impacto foi bastante significativo, e posteriormente a cana-de açúcar. A colonização portuguesa no Brasil foi essencialmente uma colonização de exploração. Isso significa que o principal objetivo dos colonizadores portugueses era a exploração dos recursos naturais para benefício da metrópole, Portugal, e não o desenvolvimento da colônia em si (PRADO JÚNIOR, 2011).

Os colonizadores portugueses iniciaram a derrubada de vastas áreas de floresta para plantar cana-de-açúcar, que rapidamente se tornou um pilar da economia colonial. As técnicas rudimentares de cultivo, que muitas vezes não se adequavam às condições ambientais da Mata Atlântica, provocava a degradação do solo e a perda de biodiversidade. A monocultura de cana-de-açúcar exigia a destruição de grandes extensões de floresta, promovendo um desmatamento extensivo.

A corrida pelo ouro também provocou uma intensa pressão sobre as florestas da Mata Atlântica. A extração do metal precioso também provocou a derrubada de grandes extensões de vegetação nativa para abrir espaço para minas e povoados. As técnicas rudimentares de mineração, muitas vezes, envolviam a escavação de grandes áreas de terra, resultando em um desmatamento.

Contudo se dará nesta dissertação um enfoque maior no papel do café como principal produto de exportação responsável pela devastação de um grande extenção de Mata Atlântica e principalmente no Vale do Paraíba, onde está situado o Parque Nacional do Itatiaia.

3.1 A CHEGADA DOS EUROPEUS E O IMPACTO NA MATA ATLÂNTICA – BREVE HISTÓRICO

Esta seção tem como objetivo explorar o impacto ambiental decorrente dos primeiros

anos de colonização portuguesa no Brasil, principalmente em território fluminense na perspectiva principalmente, mas não somente, de autores do campo da história ambiental. Serão analisadas as práticas de uso da terra e exploração dos recursos naturais implementadas na empresa colonial portuguesa, como a extração do pau-brasil, a monocultura da cana-de-açúcar e a mineração, além da exploração madeireira. Essas atividades não apenas modificaram drasticamente a paisagem natural, mas também introduziram novos elementos ao ecossistema, resultando inclusive em desequilíbrios ambientais significativos.

No período colonial houve atividades predatórias no território colonial no sentido de fornecer produtos primários para a metrópole e essas atividades de monoculturas extensiva teve impacto na floresta atlântica que predominava no nosso litoral. Sobre esse tipo de ocupação do território podemos citar Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 132) "o que seria absolutamente exato se se tratasse apenas do Império português da era quinhentista, era em que, mesmo no Brasil, andavam os colonos arranhando as praias como caranguejos".

Neste sentido, o ano de 1500 marcou um ponto crucial na história do território que, mais tarde, seria conhecido como Brasil. A chegada da frota de Pedro Álvares Cabral e o subsequente estabelecimento das primeiras colônias portuguesas iniciaram um período de profundas transformações sociais, culturais e, também, ambientais. Este primeiro contato entre europeus e o imponente bioma da Mata Atlântica deu início a um processo de exploração e modificação da paisagem e reconfiguração de toda a sociedade.

Segundo o relato de Pero Vaz de Caminha, escrivão da primeira expedição que chegou ao novo continente, o encontro foi totalmente harmonioso – ambas as partes puseram suas armas de lado e mutuamente trocaram comida, bebida e suvenires. Os indígenas ajudaram de bom grado os portugueses a se reabastecerem de água e, ao final, pegaram seus instrumentos musicais e dançaram juntos. Cabral sugeriu que se raptassem alguns deles mais por considerações práticas que morais: semelhante procedimento, opinou ele, poderia mostrar-se útil na aquisição de noções sobre sua língua. Para isso, decidiu deixar com eles dois membros de sua tripulação de degredados, cujas sentenças de morte haviam sido reduzidas para exílio e que haviam sido agregados à expedição apenas com esse objetivo (DEAN, 1996).

Os colonizadores portugueses estabeleceram um sistema de extração que envolvia a cooperação e a coerção de populações indígenas, que inicialmente coletavam e transportavam o pau-brasil em troca de ferramentas e outros bens. Com o tempo, a demanda crescente por pau-brasil levou a uma exploração cada vez mais intensa, resultando em vastas áreas desmatadas ao longo do litoral brasileiro. A remoção das árvores afetou a estrutura do solo e a biodiversidade

local, contribuindo para a degradação do habitat natural e a perda de muitas espécies endêmicas.

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 25-26).

Houve implicações sociais da exploração do pau-brasil, incluindo o impacto sobre as comunidades indígenas. Inicialmente, a relação entre colonizadores e indígenas era baseada na troca de bens, mas rapidamente se transformou em exploração e violência, à medida que os europeus pressionavam por mais recursos. Esse período marcou o início de um padrão de exploração intensiva dos recursos naturais brasileiros, que continuaria a caracterizar a história econômica e ambiental do país.

> Os europeus não conseguiram, ou evitaram, compreender que, para os tupis, a troca não era mera forma primitiva de comércio mas sinal material de aliança, que incluía a ajuda mútua em combate. Reconheciam graus variáveis de relação e obrigação, dos quais o mais íntimo era o selado pelo casamento intergrupal. Desta forma, quando ofereciam suas mulheres núbeis aos europeus – que obviamente não tinham mulheres para oferecer em troca – envolviam-nos em um jogo mortalmente sério, tão importante para eles quanto o era a busca de riquezas para os europeus. Não obstante, apenas leves responsabilidades de parentesco eram atribuídas aos gêneros estrangeiros, talvez por astúcia, ou por ignorância das implicações de sua participação nessas trocas. Seja como for, os tupis exploravam sua posição da forma mais completa possível para extrair da guerra interaldeias o máximo de bens comerciais. Os europeus tinham suas próprias razões para participar na guerra interaldeias e até para estimulá-la como meio de expulsar seus rivais – portugueses ou franceses – da costa e para aumentar seu saldo de escravos (DEAN, 1996, p. 66).

Figura 3 - Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500 (Oscar Pereira da Silva, 1922)

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2024).

De acordo com Cabral (2014), com a concessão territorial das capitanias a donatários particulares em 1534, o pau-brasil foi expressamente declarado monopólio régio; contudo, outorgava-se 20% da produção (“vintena”) ao donatário das terras. A instituição do Governo Geral, em 1549, não modificou essa legislação. O regimento entregue ao primeiro governador, Tomé de Souza, mandava apenas que o provedor-mor fiscalizasse as operações de corte de modo que ocorressem “com o menos prejuízo da terra” e, ao mesmo tempo, com os menores custos possíveis.

Apesar das regulamentações, o contrabando e as práticas de derrubada pouco cuidadosas logo ameaçaram as populações de pau-brasil próximas à costa. Muitas dessas derrubadas eram feitas com fins agrícolas, resultando em uma rápida escassez. Em resposta a esses problemas, em 1605, o rei Filipe II promulgou o Regimento do Pau-Brasil, que reiterava o monopólio régio e proibia “roças em terras de matas de pau-brasil”, estabelecendo severas penas para aqueles que desobedecessem as regulamentações (CABRAL, 2014).

Com relação ao Rio de Janeiro, a exploração do pau-brasil foi uma das primeiras atividades econômicas coloniais que deixaram marcas profundas na história ambiental e social da região. Este processo não só impulsionou a ocupação e consolidação do domínio português, mas também desencadeou um ciclo de devastação ambiental que continuaria com outras atividades econômicas.

Drummond (1997) discute a transformação do pau-brasil, uma planta nativa da América do Sul, de uma espécie desconhecida e aparentemente sem valor para os nativos em um bem comercial valioso na Europa. Esse recurso se tornou economicamente viável a ponto de justificar o fretamento e o envio de navios da Europa à costa brasileira, apesar dos riscos significativos, como pirataria, erros de navegação, tempestades e nativos hostis. O autor destaca que, embora o pau-brasil não possuísse renome ou características extraordinárias, ele rapidamente se inseriu na história econômica europeia e fomentou rivalidades violentas entre colonizadores portugueses e franceses e seus aliados indígenas.

A expressão de que o Brasil é "o único país do mundo com nome de árvore" não deve ser interpretada como um sinal de consciência ambiental. Na realidade, o interesse dos colonizadores portugueses pelo pau-brasil era exclusivamente econômico, impulsionado pela ausência de outras riquezas valiosas, como ouro e especiarias, no território recém-descoberto. A exploração intensiva e descontrolada dessa madeira, que quase resultou na extinção da espécie, revela uma postura marcadamente mercantilista dos portugueses, voltada unicamente para o lucro. Essa atitude predatória, desprovida de qualquer consideração ambiental, levou a

graves consequências ecológicas, e somente no século XX surgiram as primeiras iniciativas de replantio e conservação, impulsionadas por uma crescente preocupação com a preservação dos recursos naturais do país (DRUMMOND, 1997).

Durante as primeiras décadas do século XVI, o Brasil ocupava uma posição secundária no projeto colonial português, que priorizava suas possessões na África, Índia e Extremo Oriente. Entrepostos foram estabelecidos em pontos estratégicos do litoral fluminense, como Cabo Frio em 1502 e talvez também na baía de Guanabara em 1503, com foco na exploração de recursos locais como o pau-brasil. A intensa exploração do pau-brasil teve consequências ambientais significativas. As florestas atlânticas, que cobriam mais de 90% do território do atual Estado do Rio de Janeiro, começaram a ser devastadas. A extração indiscriminada da madeira, sem qualquer preocupação com a regeneração florestal, resultou na degradação de vastas áreas de mata nativa (DRUMMOND, 1997).

De acordo com Cabral (2014), apesar da importância econômica do pau-brasil no século XVII, este monopólio só foi efetivamente implantado no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real no início do século XIX. Isso pode ser atribuído à qualidade superior do pau-brasil de Pernambuco, valorizado por sua cor vermelha intensa, e à administração regionalizada do Brasil pela metrópole, que dificultava a implementação homogênea das leis florestais em todo o território colonial. Além disso, a administração regionalizada do Brasil pela metrópole dificultava a implementação homogênea das leis florestais.

Um outro fator de grande importância e determinate para a devastação da Mata Atlântica foi a introdução da monocultura de açúcar no Brasil. Iniciada no século XVI, a produção açucareira não apenas moldou a estrutura agrária e as relações de trabalho, mas também teve profundas implicações para a demografia, a economia, o meio ambiente e a cultura do Brasil colonial. O sistema de plantation, baseado em grandes latifúndios monocultores voltados para a exportação, teve um impacto profundo não apenas na economia, mas também no meio ambiente. A expansão das plantações de cana-de-açúcar levou ao desmatamento de vastas áreas de Mata Atlântica, alterando ecossistemas locais e contribuindo para a degradação ambiental.

A cana-de-açúcar, introduzida como espécie exótica, não prejudicou diretamente um recurso natural específico, mas colocou a Mata Atlântica sob intensa pressão de maneira geral. A produção de cana-de-açúcar causou um desmatamento significativo nas áreas férteis do litoral nordestino, onde as florestas foram derrubadas para dar lugar às plantações e para a produção de lenha utilizada como combustível nos engenhos de açúcar. Embora o solo altamente adequado da região fosse ideal para o cultivo da cana-de-açúcar, que ainda hoje é a base

econômica da área, a organização fundiária que sustentava essa produção fomentava tanto o desmatamento quanto a criação de grandes desigualdades sociais. Mesmo após a abolição da escravatura, que havia sido fundamental para o cultivo e processamento da cana-de-açúcar, as condições sociais dos trabalhadores nos canaviais continuaram entre as piores do país. Muitos dos focos de pobreza no Brasil são consequência de cinco séculos de cultivo contínuo da cana-de-açúcar(YOUNG, 2005).

Para Furtado (2005), a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Mesmo mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira. O autor chama atenção também para a importância da mão-de-obra escrava de indígenas pelo fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos. No processo de acumulação de riqueza, quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa colonial, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

> Superadas essas dificuldades da etapa de instalação, a colônia açucareira se desenvolve rapidamente. Ao terminar o século XVI, a produção de açúcar muito provavelmente superava os dois milhões de arrobas, sendo umas vinte vezes maior que a quota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico. A expansão foi particularmente intensa no último quartel do século, durante o qual decuplicou (FURTADO, 2005, p. 49-50).

A plantação de cana-de-açúcar exigia o recrutamento compulsório de uma força de trabalho escrava, essencial para a operação dos engenhos. A decisão de introduzir a cana-de-açúcar teve profundas implicações econômicas e sociais, resultando em uma economia baseada na exploração e no uso intensivo de mão-de-obra escrava.

Na Mata Atlântica, os impactos foram significativos, com a substituição da flora nativa por plantações e a necessidade contínua de desmatamento para cultivo. A sociedade colonial não considerava os efeitos ambientais, concentrando-se apenas na produtividade e no lucro. A essência da *plantation* era o uso de mão-de-obra compulsória em um ambiente estranho e hostil, com plantações exóticas dominando a paisagem. Esse sistema criou uma dinâmica de exploração intensiva que ignorava os efeitos ambientais e sociais a longo prazo, perpetuando uma estrutura socioeconômica baseada na exploração tanto dos recursos naturais quanto da mão-de-obra escrava tanto nativa quanto africana (DEAN, 1996).

Durante o século XVI, o comércio de escravos nativos no Brasil se intensificou. Após a

derrota da colônia francesa no Rio de Janeiro em 1560, a zona oeste da Baía de Guanabara passou a se dedicar à produção de açúcar. Os tupis, que haviam se aliado aos franceses, foram capturados e usados como escravos. No entanto, os escravos indígenas eram considerados rebeldes e de baixo valor comercial, frequentemente escapando para a floresta. Apenas no Nordeste, especialmente em Recife e Salvador, os fazendeiros conseguiram prosperar com o uso de escravos africanos. A demanda por escravos levou ao aumento das operações de guerra e ao desenvolvimento de expedições punitivas para capturar mais indígenas (DEAN, 1996).

A relação entre os humanos e a Mata Atlântica se modificou, principalmente porque a maior parte dos seus habitantes humanos originais havia desaparecido e o número de invasores era insuficiente para sustentá-los. Ao longo da costa, após um século de guerras constantes, escravização e epidemias, apenas sete dos donatários conseguiram estabelecer algum tipo de assentamento; a Coroa consolidou quatro das capitanias. A capitania de São Tomé foi abandonada após duas tentativas de invasão nos anos 1550. Apenas doze povoados portugueses haviam sido contemplados com o status de vila, e diversos assentamentos já estavam decadentes. Nas capitanias do Sudeste, apenas quinze engenhos estavam operando: seis em Santos, seis no Rio de Janeiro e três no Espírito Santo.

Ainda de acordo com Dean (1996), o plano dos jesuítas de construir uma sociedade baseada em aldeias foi um fracasso demográfico; as aldeias não se expandiram em número ou em população, mesmo que novos recrutas fossem esporadicamente atraídos ou arrebanhados ao longo do século. Em 1600, cerca de 21 aldeias estavam associadas aos assentamentos portugueses nas capitanias do Sudeste. No Espírito Santo, cinco estavam ao redor de Vitória e outras seis se dispersavam ao longo da costa. Duas estavam próximas ao Rio de Janeiro e três perto de São Vicente. Circundando São Paulo, havia doze aldeias tupis quando os portugueses chegaram, mas essas se fundiram à medida que os indígenas iam morrendo, e apenas seis continuavam a existir em 1600.

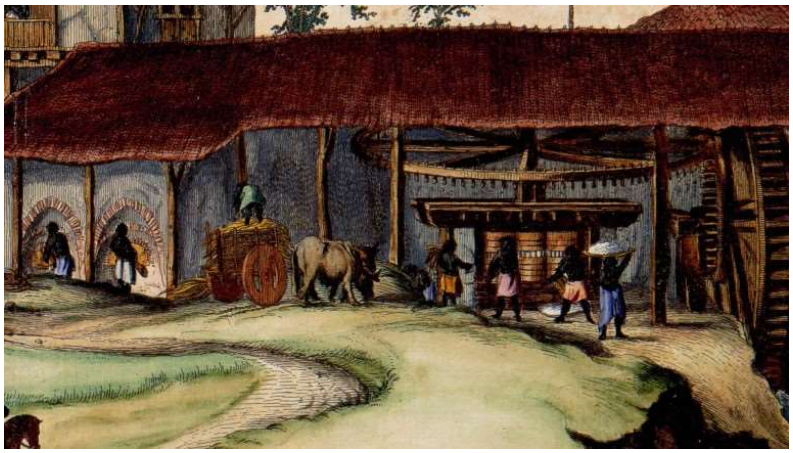
A população do Brasil sob controle português em 1600 pode ter chegado a menos de 65 mil pessoas, das quais menos de 10 mil eram europeus ou mestiços. A área de ocupação efetiva pode ser estimada em 16 mil km², com cerca de quatro pessoas por quilômetro quadrado, incluindo as populações das vilas. Quanto à população nativa sobrevivente que habitava a área da Mata Atlântica fora dos limites portugueses, pode-se apenas estimar (DEAN, 1996).

A Mata Atlântica, com sua população drasticamente reduzida em grande parte de seus territórios, entrou em uma fase em que as necessidades dos invasores diminuíram. Os colonizadores portugueses destruíram descuidadamente uma significativa realização cultural,

da qual tinham apenas uma vaga noção e à qual não conseguiam reconhecer nenhum valor: a habilidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu ambiente natural.

> A ecologia fluminense não foi alterada radicalmente pelas pequenas feitorias, vilas e fazendas europeias do século XVI. O processo de alteração humana do ambiente fluminense se acelerou a partir de três empreendimentos relativamente distintos: as fazendas-engenhos de cana-de-açúcar nos Campos dos Goitacazes e outros trechos da Planície Costeira no final do século XVI, as rotas de mineração entre os portos costeiros e as Minas Gerais no século XVIII e, principalmente, as fazendas de café do século XIX. Foram esses três conjuntos de atividades que, após o ano de 1600, forjaram os novos padrões mais intensivos de uso dos recursos e distribuíram a população através do território fluminense (DRUMMOND, 1997, p. 82-83).

Figura 4 - Engenho de Itamaracá (Frans Post, 1647)



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2024).

Figura 5 - Vista sobre um vale (Frans Post, 1667)

Fonte: Instituto Moreira Salles (2014a).

Contudo, antes de se falar do café, cabe fazer uma análise do papel do Rio de Janeiro como rota do ouro. O início do ciclo do ouro no Brasil representa um dos momentos mais transformadores da história colonial do país. A descoberta das jazidas auríferas nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no final do século XVII marcou o início de uma era de intensa atividade econômica e social, cujos impactos moldaram profundamente a estrutura da colônia e também tiveram impacto na Mata Atlântica. Cabe examinar os primeiros anos do ciclo do ouro, os desdobramentos imediatos e as implicações mais amplas para a sociedade colonial brasileira, mais especificamente a sociedade fluminense e a Mata Atlântica.

Souza (1982) enfatiza a vida dos indivíduos marginalizados e a complexa estrutura social emergente nas áreas de mineração. Ela observa que a sociedade das minas era caracterizada pela mobilidade e pela fluidez social, onde os desclassificados desempenhavam papéis cruciais no desenvolvimento econômico. Revela ainda como a corrida pelo ouro não apenas atraiu uma diversidade de pessoas em busca de fortuna, mas também criou uma sociedade hierarquizada e tensionada, onde a mobilidade social era limitada, mas possível. A autora destaca ainda o papel crucial do trabalho escravo e das formas de resistência e adaptação dos trabalhadores, sejam eles escravos, libertos ou livres pobres, oferecendo uma leitura rica e multifacetada do início do ciclo do ouro.

Caio Prado Júnior (2011) argumenta que a descoberta de ouro foi um fator decisivo para a consolidação do sistema colonial e interiorização da colônia. A mineração intensificou a centralização do poder colonial e aumentou a dependência econômica em relação à metrópole portuguesa. Além disso, ele explora as consequências da mineração para a urbanização e a formação de novas dinâmicas sociais que, embora promovessem alguma mobilidade social, também reforçavam as desigualdades estruturais.

O autor fala que ao contrário da agricultura e outras atividades econômicas na colônia, a mineração foi submetida desde o início a um regime especial e rigorosamente disciplinado. Este regime foi projetado para assegurar um controle direto e eficiente sobre a extração de ouro, garantindo que a Coroa Portuguesa pudesse maximizar sua receita com essa atividade econômica. As primeiras notícias seguras de ouro datam dos últimos anos do século XVI, com uma mineração inicial em São Paulo que não avançou significativamente. Em 1603, a Carta-Régia estabeleceu a primeira legislação sobre a mineração, fixando princípios que incluíam a livre exploração do ouro e a reserva de um quinto de todo o ouro extraído para a Coroa. No final do século XVII, as grandes descobertas de ouro em Minas Gerais levaram à criação de um novo regimento em 1702. O Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais

Deputados para as Minas de Ouro estabeleceu um conjunto de regras detalhadas e rigorosas que se manteriam, com algumas modificações, até o período imperial.

Houve um controle rigoroso e centralizado que a Coroa Portuguesa implementou sobre a mineração, refletindo a preocupação da metrópole em garantir que a exploração do ouro fosse realizada de maneira a maximizar os lucros para a Coroa. Esse controle era essencial não apenas para a arrecadação de impostos, mas também para evitar o contrabando e a evasão fiscal. O regime especial imposto à mineração teve impactos profundos na estrutura econômica e social da colônia. A necessidade de supervisão direta e o pagamento do quinto influenciaram a organização do trabalho e a distribuição da riqueza.

> As grandes descobertas de ouro e diamante no Brasil do século XVIII foram as mais importantes ocorridas no Novo Mundo colonial. De 1700 a 1800, 1 milhão de quilos de ouro foram oficialmente registrados e talvez outro milhão tenha escapado ao fisco real. Cerca de 2,4 milhões de quilates de diamantes foram extraídos, segundo registros oficiais e uma quantia adicional desconhecida e incalculável foi contrabandeada. O impacto dessa fartura sobre a colônia foi imenso. Chegavam, por fim, enormes contingentes de portugueses, talvez 450 mil no curso do século, conferindo à colônia um tom europeu mais marcante. A população e os recursos locais fluíram para as áreas auríferas, que se situavam em pleno sertão, ao longo da fronteira interna da Mata Atlântica. O setor de mineração foi afluente o bastante para poder comprar escravos africanos – de fato, para fazer com que seus preços se elevassem. Com isso, a colônia passou a depender mais dos cativos africanos e estes, com seus descendentes, passaram a ter participação preponderante na tarefa de interpretar e destruir a Mata Atlântica. Quase toda a riqueza mineral extraída era exportada, a maior parte para Lisboa, onde escorava o poder e estabilidade da Coroa, aumentava os investimentos na agricultura, indústria e comércio e reacendia a cupidez dos vizinhos mais poderosos de Portugal. Com a descoberta do ouro, o Brasil se tornou muito mais estratégico para Lisboa, como se depreende da decisão de 1720 que o elevou do status de governadoria-real para o de vice-reino. Convencida, enfim, da ineficácia das capitanias hereditárias, a Coroa aboliu todas as que ainda existiam em 1759. (DEAN, 1996, p. 108)

A mineração atraiu um grande número de trabalhadores e imigrantes, criando novos centros urbanos e uma infraestrutura voltada para a exploração e escoamento do ouro. Apesar das modificações ao longo do tempo, os princípios fundamentais estabelecidos no início do século XVII permaneceram em vigor até o Império, demonstrando a persistência do modelo de exploração e controle que a Coroa Portuguesa considerava eficaz para a extração de recursos na colônia.

De acordo com Furtado (2005) faz uma análise de cunho mais econômica sobre o ciclo do ouro. A economia do ouro proporcionou a Portugal apenas uma aparência de riqueza, uma situação similar à que a Espanha havia experimentado no século anterior. Essa riqueza era, na visão de Furtado, ilusória, pois não se traduzia em um desenvolvimento econômico real para Portugal. O ouro, apesar de abundante, não beneficiava diretamente o pequeno reino português

de maneira substancial e duradoura.

Furtado (2005) destaca a observação aguda do Marquês de Pombal, que reconheceu na segunda metade do século XVIII que o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal. Ele ilustra isso ao mencionar que até os escravos negros que trabalhavam nas minas de ouro no Brasil precisavam ser vestidos com produtos ingleses, sublinhando a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Esta dependência era tão profunda que nem mesmo Pombal, com sua visão clara da situação e sua determinação férrea, conseguiu alterar fundamentalmente as relações entre Portugal e Inglaterra.

Não é a intenção desse capítulo um debate exaustivo e uma análise complexa em torno do chamado ciclo do ouro, mas contextualizar historicamente que essa atividade teve também impacto na devastação da Mata Atlântica e como toda atividade de exploração no Brasil colonial e, também, como veremos no Império, foi numa lógica de transferência de riqueza para a metrópole através da exploração intensiva e descomedida de recursos naturais.

> Era inevitável que uma população mais numerosa, uma atividade econômica mais intensa, o aumento da vigilância governamental e a rivalidade europeia afetassem a integridade das florestas brasileiras. Essas pressões não se reduziram com o declínio da produção de ouro e diamante na metade do século, em parte porque, por longo período, a diminuição da produtividade quase não reduziu a atividade mineradora. Quando os garimpeiros finalmente perderam a esperança e adotaram a lavoura e a pecuária, contudo, estenderam seus domínios cada vez mais para o interior da floresta ainda intocada. O século XVIII, então, representou o início de uma tendência irreversível e cumulativa na exploração da Mata Atlântica (DEAN, 1996, p. 111).

A descoberta de ouro e diamantes aumentou significativamente a população na Mata Atlântica. Em 1800, essa população era de aproximadamente 1.800.000 indivíduos, tendo sextuplicado ao longo do século, com um crescimento anual de cerca de 1,8%. Na região de mineração, metade dos habitantes eram escravos africanos e mais da metade dos restantes eram pessoas de origem africana ou mestiças. Durante o século XVIII, as demandas alimentares da população mineradora eram atendidas quase totalmente pela agricultura de derrubada e queimada, resultando na destruição média anual de mais de quinhentos quilômetros quadrados de floresta. Grande parte dessas queimadas ocorria na floresta secundária, próxima às vilas e fazendas. A degradação florestal tornava a agricultura itinerante cada vez menos viável, forçando o abastecimento das áreas densamente povoadas a partir de distâncias cada vez maiores. Ouro Preto, por exemplo, dependia em grande parte de lavouras localizadas a cem quilômetros de distância em 1800 (DEAN, 1996).

O aumento populacional reduziu o intervalo entre queimadas nas áreas próximas às minas e vilas maiores, diminuindo assim a pressão sobre a floresta primária. Contudo, o

crescimento da floresta secundária era limitado, pois permanecia em um estado imaturo, reforçando a tendência de que não se regenerasse plenamente. A exploração mineradora do século XVIII, com remoções exploratórias hidráulicas e manuais, teve um impacto muito maior na Mata Atlântica do que os primeiros dois séculos de agricultura de subsistência e plantações de trigo e açúcar. A degradação do solo nas áreas desmatadas foi tão intensa que a vegetação regenerada carecia de muitas espécies essenciais para reconstituir a floresta original sem interferência humana.

O Rio de Janeiro, como rota de mineração no Brasil colonial, desempenhou um papel vital no escoamento de riquezas minerais, contribuindo significativamente para a economia da colônia e para o desenvolvimento urbano e social da cidade. A posição estratégica, a infraestrutura desenvolvida e a dinâmica comercial estabelecida durante esse período, consolidando-o como um dos principais centros econômicos e políticos do Brasil.

De acordo com Drummond (1997), as rotas de mineração estabelecidas para transportar o ouro das minas até os portos do Rio de Janeiro desempenharam um papel crucial nesse processo de transformação da dinâmica econômica e social do Rio de Janeiro. Essas rotas, também conhecidas como "Caminhos do Ouro", foram essenciais para o escoamento do ouro extraído nas regiões montanhosas de Minas Gerais até o porto do Rio de Janeiro, de onde seria exportado para Portugal. As principais rotas incluíam o Caminho Novo, que passava por regiões como Paraíba do Sul e Petrópolis, e o Caminho Velho, que ligava Paraty a Minas Gerais.

O impacto ambiental das rotas de mineração foi significativo. A abertura dessas rotas envolveu o desmatamento de vastas áreas de floresta atlântica para a construção de estradas e infraestrutura necessária para o transporte. Este processo não apenas destruiu habitats naturais, mas também alterou drasticamente o ecossistema local. A retirada de vegetação para a criação de estradas levou à erosão do solo e ao assoreamento dos rios, impactando negativamente a qualidade da água e a biodiversidade aquática. A degradação do ambiente natural foi um custo direto da infraestrutura necessária para sustentar a exploração aurífera.

A criação das rotas de mineração transformou o Rio de Janeiro em um importante centro econômico e administrativo. A cidade se beneficiou economicamente ao se tornar o principal porto de exportação de ouro, atraindo investimentos e migrantes. Esse crescimento econômico, entretanto, veio à custa da exploração ambiental e da intensificação do uso de mão de obra escrava, necessária tanto para a mineração quanto para a construção e manutenção das rotas. A economia da região tornou-se cada vez mais dependente da exploração dos recursos naturais, criando um ciclo de exploração e degradação ambiental difícil de quebrar (DRUMMOND,

1997).

Os efeitos a longo prazo das rotas de mineração incluíram a degradação ambiental contínua e a transformação permanente da paisagem natural do Rio de Janeiro. As áreas desmatadas para as rotas e a infraestrutura associada não se recuperaram rapidamente, resultando em uma perda duradoura de biodiversidade e em problemas contínuos de erosão e qualidade da água (DEAN, 1996). Além disso, a economia da região tornou-se cada vez mais dependente da exploração dos recursos naturais, criando um ciclo de exploração e degradação ambiental difícil de quebrar (DRUMMOND, 1997).

Compreender de forma sistêmica o padrão de exploração dos recursos naturais e a inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de bens primários, em diferentes momentos históricos, é essencial para entender a dinâmica da degradação da Mata Atlântica. Historicamente, a demanda por recursos desse bioma variou, ora exercendo maior pressão sobre a Mata Atlântica, ora um pouco menos, dependendo das necessidades econômicas da colônia quanto da metrópole. No Rio de Janeiro, essa dinâmica foi particularmente evidente, refletindo o impacto da economia e do aumento populacional sobre os recursos naturais locais.

Durante o período colonial e posteriormente com a independência, o Brasil tornou-se um importante fornecedor de produtos como o açúcar, o ouro e mais tarde no período imperial o café, que analisaremos numa seção abaixo pois representou um momento de grande importância para o Rio de Janeiro e mais precisamente no vale do paraíba onde está situado o Parque nacional do Itatiaia.

Cada um desses ciclos econômicos implicava na devastação de grandes áreas de Mata Atlântica para abrir espaço para plantações, mineração e infraestrutura. A exploração descontrolada e a falta de políticas ambientais eficazes resultaram em uma significativa perda de biodiversidade e na degradação dos ecossistemas.

A compreensão dessa dinâmica histórica é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes de proteção da natureza. A análise histórica da exploração e conservação da Mata Atlântica oferece valiosos elementos de inspiração para a formulação de estratégias que equilibram desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

3.2 O PAPEL DO CAFÉ NA DEVASTAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

A chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 foi muito importante inclusive para o processo de devastação da Mata Atlântica, como veremos a seguir. Este evento marcou um ponto de inflexão significativo na história do Brasil. A vinda da corte portuguesa não só

transferiu a sede do Império Português para o Brasil, mas também desencadeou uma série de transformações que pavimentaram se desenvolveram passando pela independência e certo desenvolvimento econômico.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João VI foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, através da assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Esta decisão foi crucial, pois quebrou o exclusivo sistema colonial que restringia o comércio do Brasil apenas à metrópole portuguesa. Com a abertura dos portos, o Brasil passou a comercializar diretamente com outras nações, especialmente com a Inglaterra, que na época era a principal potência econômica e marítima do mundo.

Outra medida importante foi a criação do Banco do Brasil em 1808, o primeiro banco do país, que visava regular o crédito e facilitar as transações comerciais. A criação do banco representou um passo significativo para o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, proporcionando maior estabilidade econômica e fomentando a atividade comercial. Uma burguesia nascente foi apoiada pelo Estado desde cedo.

A reintegração do Brasil na economia global foi amplamente impulsionada pelo cultivo e exportação do café. No século XIX, o café tornou-se a principal fonte de receita do Império, exportada em grandes quantidades para mercados internacionais. A economia cafeeira não só trouxe prosperidade econômica, mas também promoveu o desenvolvimento de infraestrutura, como estradas de ferro e portos, que eram essenciais para o transporte do café das regiões produtoras até os mercados consumidores.

A economia cafeeira mercantil-escravista do Brasil foi moldada pelo capital mercantil nacional. As fazendas de café, especialmente as mais significativas, foram organizadas com capitais provenientes do setor mercantil, que financiou essa economia. As primeiras terras adequadas para o cultivo do café estavam próximas ao Rio de Janeiro, e os primeiros escravos vinham da decadente economia mineira. A ocupação dessas terras ocorreu ao longo dos "Caminhos do Ouro" para o Rio de Janeiro, onde havia uma agricultura alimentícia para bastecimento interno e onde sítios e pousos de tropeiros forneciam gêneros agrícolas, como feijão, milho e mandioca, para a cidade do Rio de Janeiro. Nessa região, também existiam alguns engenhos produtores de açúcar e os primeiros cafezais.(VIEIRA, 2000)

Essa expansão não ocorreu de maneira pacífica, pelo contrário, às custas do genocídio dos índios Puris e Coroados, que habitavam a região, e na expulsão, muitas vezes violenta, dos posseiros sem títulos que cultivavam lavouras de subsistência nas terras que ocupavam. Essas terras foram destinadas aos privilegiados pela Coroa Portuguesa, especialmente durante o

período de D. João VI, como elementos da burocracia governamental, agricultores, antigos mineradores de Minas Gerais e comerciantes do Rio de Janeiro com grandes extensões de terras próximas à Corte. Esses indivíduos conheciam os trâmites legais para a obtenção de terras e eram suficientemente abastados para adquirir as sesmarias (DRUMMOND, 1997).

Os sitiantes foram relegados às áreas periféricas, onde desenvolviam a produção de abastecimento para o mercado local, utilizando trabalho escravo. Através da venda de gêneros alimentícios, conseguiam lucros e tentavam adquirir as terras que ocupavam. No entanto, isso causou muitos conflitos entre as partes, levando o governo português, em 1817, a tentar normatizar as propriedades por meio de demarcações e registros de todas as propriedades, independentemente da origem das ocupações.

Em 17 de julho de 1822, o Príncipe Regente D. Pedro decretou a extinção legal da concessão de sesmarias, devido às divergências existentes, especialmente nas terras do Vale do Paraíba (DEAN, 1996). Essa região, vale ressaltar novamente, é de grande importância para a presente dissertação por ser o centro da economia cafeeira e também onde está situado o PNI. Essa medida, contudo, não anulou os conflitos entre os detentores de títulos e os posseiros na região. Entre 1822 e 1850, a posse tornou-se a única forma de aquisição e domínio das terras, pois se entendia que a Resolução se aplicava apenas às sesmarias, e não às posses. Com isso, muitos fazendeiros ampliaram seus domínios, tornando-se também posseiros.

O café emergiu como um elemento central na configuração econômica e social do Brasil no século XIX, estabelecendo-se como a principal produto agrícola do país e catalisando transformações socioeconômicas de larga escala. Essa transição da economia brasileira, de uma estrutura dominada pela cana-de-açúcar e também em menor escala no algodão, para uma nova ordem econômica centrada na produção de café, representa uma mudança paradigmática que redefiniu os rumos da nação.

É importante destacar que o *boom* do café no Rio de Janeiro, tanto na cidade quanto na região, teve início justamente quando a mineração em Minas Gerais começava a se esgotar. No entanto, diferentemente da distante mineração, a cafeicultura foi um empreendimento local, causando impactos ambientais diretos nas terras fluminenses. Esses impactos foram de uma magnitude jamais alcançada pela febre mineradora nas distantes Gerais (DEAN, 1996). Assim, uma análise da história ambiental do Rio de Janeiro requer uma atenção especial às características das plantações de café. A introdução do cultivo de café nas terras férteis do Vale do Paraíba, a partir da década de 1830, marcou o início de uma era de prosperidade econômica sem precedentes. Este fenômeno transformou o Brasil no maior produtor e exportador de café

do mundo, ao mesmo tempo em que impôs mudanças profundas no tecido social e nas dinâmicas ambientais, provocando grande devastação na Mata Atlântica (DRUMMOND, 1997).

Para compreender a complexidade desse processo, é necessário recorrer às obras de autores como Dean (1996), Furtado (2005), Drummond (1997) e Oliveira e Lazos (2018), entre outros, cujas análises fornecem uma base sólida para explorar as interconexões entre a economia cafeeira e o meio ambiente. Este capítulo pretende analisar os impactos ambientais específicos da monocultura do café na Mata Atlântica, focando principalmente no Vale do Paraíba, explorando práticas agrícolas do período, as respostas dos fazendeiros às mudanças ecológicas e as consequências o bioma. A análise crítica, à luz dos referidos autores, buscará desvendar a intrincada relação entre a expansão econômica propiciada pelo café e os custos ambientais associados, oferecendo uma visão abrangente sobre o legado da cafeicultura no Vale do Paraíba e suas implicações para o desenvolvimento sustentável.

É preciso resgatar e contextualizar a motivação econômica de se plantar café. O mercado de açúcar estava em crise era cada vez menos promissor. Algumas alterações vinham ocorrendo no comércio de produtos que eram explorados no país. Sobre isso, cabe ressaltar o que nos diz Celso Furtado (2005, p. 113):

> O mercado inglês continuava a ser abastecido pelas colônias antilhanas. Nos EUA, que constituíam o mercado importador em mais rápida expansão, se desenvolvia amplamente a produção da Louisiania, comprada dos franceses em 1803. Por último cabe referir que surgira no mercado do açúcar um novo supridor cujas possibilidades se definiam dia a dia como mais extraordinárias. Desfrutando de fretes extremamente baixos para os EUA, Cuba, que havia aberto os seus portos a "todas as nações amigas" ainda como colônia espanhola, constituíra-se em principal supridor do mercado norte-americano. Suas exportações que apenas alcançavam 20 mil toneladas em fins do século anterior, pela metade do século XIX já superavam as 300 mil, o triplo das vendas do Brasil na mesma época.

No século XVIII, o algodão desempenhou um papel significativo como segundo produto das exportações brasileiras, complementando a importância do açúcar, que dominava o comércio exterior do Brasil colônia. A crescente demanda mundial por algodão, especialmente após a Revolução Industrial na Inglaterra, fez com que o Brasil se tornasse um fornecedor relevante, embora em menor escala comparado ao açúcar. A expansão do cultivo do algodão ocorreu principalmente no Nordeste, em áreas como o Maranhão e Pernambuco, que ofereciam condições climáticas adequadas para a cultura. Embora o algodão nunca tenha alcançado a preeminência do açúcar, ele desempenhou um papel importante na diversificação da economia colonial. As exportações de algodão geraram receitas que ajudaram a aliviar a dependência do

Brasil em relação ao açúcar e ao tabaco, ambos sujeitos a flutuações de preço no mercado internacional. Além disso, o algodão serviu como uma alternativa econômica para regiões do Nordeste que enfrentavam a crise do açúcar, permitindo a essas áreas manterem uma participação ativa na economia de exportação:

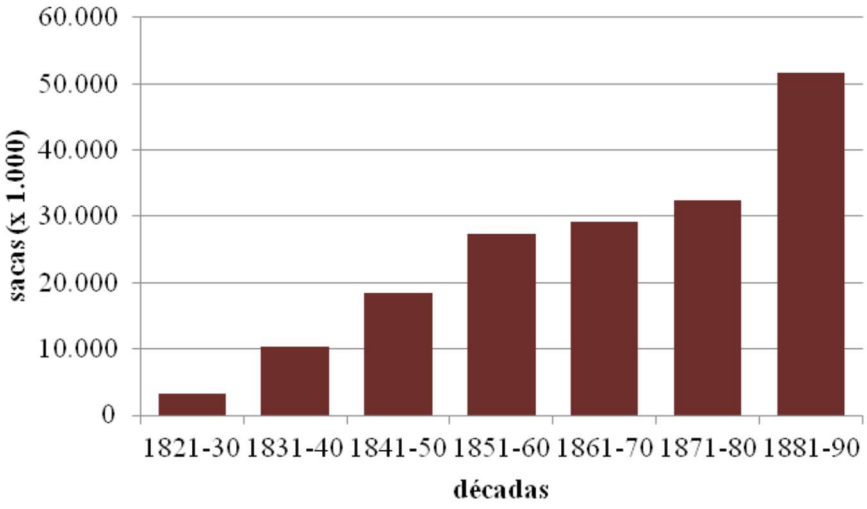
> A produção norte-americana, integrada nos interesses do grande mercado importador inglês, beneficiando-se do rápido crescimento da procura interna, desfrutando de fretes relativamente baixos, organizada no regime escravista com mão-de-obra relativamente abundante e dispondo de grande oferta de terras de primeira qualidade (que usava de forma destrutiva), dominava totalmente o mercado. A produção de algodão havia constituído um magnífico negócio para algumas regiões do Brasil, particularmente o Maranhão, numa época em que o produto se vendia a preços extremamente elevados. Ao iniciar-se a produção em grande escala nos EUA e ao transformar-se o algodão na principal matéria-prima do comércio mundial, os preços se reduziram a menos da terça parte e se mantiveram em torno desse patamar, com flutuações, a partirdo terceiro decênio do século passado. Com esse nível de preços a rentabilidadedo negócio algodoeiro era extremamente baixa no Brasil, constituindo para as regiões que o produziam um complemento da economia de subsistência (FURTADO, 2007, p. 113).

Infere-se dos trechos, apresentados acima, que os principais produtos exportados pelo Brasil passavam por uma crise. Havia, no país, um grande contingente de mão-de-obra escrava ociosa devido ao esgotamento das atividades mineradoras nas Minas Gerais. Não cabe aqui uma análise exaustiva da crise do ciclo do ouro, mas é importante relacionar, nesta dissertação, os fatores que "facilitaram" o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense no século XIX, frente à conjuntura de algumas atividades econômicas anteriores à empresa cafeeira, inclusive oferecendo recursos ociosos naquele contexto histórico. A região era rota para os tropeiros que descarregavam o ouro explorado nas minas, nos portos de Paraty e Angra dos Reis, principalmente. Sobre o desenvolvimento da cafeicultura especificamente em terras das serras fluminensese esses fatores socioeconômicos, mais uma vez recorremos às reflexões de Celso Furtado (2007, p. 115):

> Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problemado transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza combase num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados. A elevação dos preços, a partir do último decênio do século XVIII, determina a expansão da produção em várias partes da América e da Ásia. Essa expansão foi sucedida por um período de preços declinantes que se estende pelos anos trinta e quarenta. A baixa de preços, entretanto, não desencorajou os produtores brasileiros, que encontravam no café uma oportunidade para utilizar recursos produtivos semi-ociosos desde a decadência da mineração. Com efeito, aquantidade exportada mais que quintuplicou entre 1821-30 e 1841-50, se bem que os preços médios se hajam reduzido em cerca de 40 por cento,durante esse período.

Os grandes proprietários de terras do Brasil independente formavam uma classe bem poderosa, inclusive com poder de requererem terras para si. Contudo, a Independência do país de Portugal, não encerrou a lógica colonial: o capital para transformar as terras em riqueza material e poder efetivo dependia basicamente da exploração de produtos primários de valor de exportação com demanda na Europa. Portanto, uma vez que a exportação dos principais produtos (açúcar, algodão e ouro) declinava, o café então passou a ser uma opção para os grandes proprietários de terra. Este novo produto passaria a ser a base da economia do Império. Assim como o século XVIII havia sido para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café. Para a Mata Atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significaria uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento ocorrido nos trezentos anos anteriores (DEAN, 1996).

Figura 6 - Exportação brasileira de café em milhares de sacas entre 1820 e 1890



Fonte: OLIVEIRA, LAZOS (2018, p. 66).

O café, como dito acima, passou a ser o produto das grandes fazendas doadas em sesmarias, tendo representado a salvação do Império, uma vez que o regime passou a ser cada vez mais assediado por uma série de rebeliões regionais e com a necessidade de pagar as contas de uma burocracia civil e militar. O Império passou então a depender dos fazendeiros do Rio de Janeiro e as divisas geradas por eles com a exportação do café eram reconhecidas como uma solução adequada para a situação da Corte. Tudo isso somado ao modo rudimentar de produção, além da abundante mão-de- obra escrava e o fato de se acreditar que o café deveria ser plantado em solo coberto por florestas virgens, teve um grande impacto na degradação na

Mata Atlântica fluminense. No Rio de Janeiro, plantações mais antigas não eram replantadas, mas abandonadas, e novas faixas de florestas primárias eram então degradadas. Isso teve um efeito negativo sem precedentes nos remanescentes do bioma, principalmente nas áreas montanhosas onde era propícia a exploração cafeeira (DEAN, 1996).

Figura 7 - Colheita de café na Tijuca (Johann Moritz Rugendas, 1835)

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2024).

A Mata Atlântica das áreas montanhosas do Rio de Janeiro foi a que mais sofreu com a implantação das lavouras de café. Os fazendeiros sabiam dos benefícios de se plantar em terras de altitude e isso definiu o futuro da cafeicultura no Rio de Janeiro e, silenciosamente, assinou a sentença de morte das montanhas florestadas de todo o estado. No século XIX, cortar as florestas de encostase montanhas e substituí-las com vastas plantações de café se tornou o procedimento padrão nas vastas áreas montanhosas fluminenses. Esse padrão de desmatamento total teve impacto devastador e levou ao desflorestamento de todo o Vale do rio Paraíba do Sule outras áreas montanhosas do estado (DRUMMOND, 1997).

O Vale do Paraíba do Sul está localizado entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo, em seus primeiros trechos, as encostas das Serras do Mar e da Mantiqueira. Este extenso vale apresenta um relevo de colinas arredondadas, conhecidas como “mar de morros”, cujos picos atingem altitudes próximas de 500 a 550 metros. Geomorfologicamente, a região faz parte do planalto atlântico, sendo uma depressão de origem tectônica com variações na inclinação do terreno. A área possui um clima tropical, com temperaturas médias mensais de

16°C em julho e 23°C em fevereiro. A precipitação média anual é de 1.400 mm, concentrando-se em torno de 70% no período da primavera e verão, que vai de setembro a fevereiro. Este padrão climático pode ter sofrido mudanças significativas devido ao desmatamento (OLIVEIRA, LAZOS, 2018).

O Vale do Paraíba, caracterizado por seu clima propício e solos ricos, rapidamente se consolidou como o epicentro da produção cafeeira nacional. Em 1850, Vassouras chegou a ser considerada a capital do café do Brasil. A implantação de vastas fazendas resultou em um aumento demográfico significativo e na criação de uma infraestrutura robusta para sustentar essa indústria florescente. Contudo, a rápida expansão das plantações de café acarretou uma série de desafios ambientais. A derrubada extensiva de áreas de mata nativa para o estabelecimento de cafezais precipitou a degradação do solo, a perda de biodiversidade e alterações substanciais nos regimes hídricos da região.

> A região montanhosa acima da cidade imperial do Rio de Janeiro havia se mantido afastada do plantio comercial da cana-de-açúcar, devido à presença de apenas faixas isoladas de terras de aluvião adequadas para essa cultura. Entretanto, outro produto tropical de *plantation*, que prometia lucros maiores, atraiu a atenção dos proprietários de terras dessa área densamente florestada. A ausência de concorrência colonial estrangeira, que favoreceu o cultivo da cana-de-açúcar, também incentivou alguns proprietários a experimentar uma planta quase negligenciada pelos funcionários da Coroa e seus assistentes botânicos. Essa nova cultura, o café, se tornaria, nas primeiras décadas do império, a base da economia exportadora do Rio de Janeiro. O café, ou *Coffea arabica*, uma pequena árvore da família das rubiáceas, originária do sub-bosque da floresta do sudoeste do planalto da Etiópia, produzia sementes ricas em cafeína muito apreciadas pelos urbanos europeus. O surgimento oportuno do café resolveria brilhantemente a busca por um produto que o novo império poderia trocar por matérias-primas e luxos da Europa. Assim como o século XVIII foi para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café. Para a Mata Atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significaria uma ameaça mais intensa que qualquer outro evento dos trezentos anos anteriores (DEAN, 1996, p. 193).

Os plantadores rapidamente perceberam os efeitos benéficos do frescor da altitude. Inesperadamente definiu o futuro da cafeicultura e traçou o destino da Mata Atlântica, pois teve um grande impacto da devastação do bioma, ligada à atividade cafeeira. Nos 60 anos seguintes, desmatar as florestas de encostas e montanhas e substituí-las por vastas plantações de café tornou-se o procedimento padrão nas extensas áreas montanhosas do Rio de Janeiro. Esse padrão de desmatamento total levou ao desnudamento progressivo das faces oriental e ocidental da Serra do Mar, de muitas de suas partes mais altas e de todo o Vale do rio Paraíba do Sul (DRUMMOND, 1997).

De acordo com Dean (1996, p. 202), esse impacto no Vale do Paraíba era visível com a alteração na paisagem, transoformando a geografia da região graças às inúmeras fazendas de

café que ali se instalaram:

> Os proprietários de fazendas não dispunham dos recursos para colocar de imediato todas as suas propriedades na produção de café e, assim, o vale do Paraíba se tornou uma colcha de retalhos de cafezais e floresta primária. À medida que, em primeiro lugar, as encostas voltadas para o norte e, depois, os locais menos favoráveis, eram queimados e plantados. O rápido envelhecimento dos pés em seus poleiros precários aumentava o valor da floresta remanescente: "A riqueza de uma plantação consiste, portanto, menos na grande extensão de seus cafezais que nas terras disponíveis para o plantio futuro da rubiácea", como afirmou o naturalista Hermann von Buch. Os principiantes no negócio do café preferiam comprar terras mais acima do vale, ao longo da fronteira da província de São Paulo, ou na zona da Mata, a zona de florestas de Minas Gerais que mais recentemente havia sido despojada de sua população indígena, onde ficavam as nascentes dos rios Doce, Pomba e das Mortes. O café chegou um pouco mais tarde ao Espírito Santo, mas as condições de solo e crescimento eram menos favoráveis. Assim, o cultivo do café espalhou-se de modo extensivo e uma parcela considerável da região montanhosa da Mata Atlântica foi transformada em um mar encapelado de pés de café.

A empresa cafeeira manteve o padrão latifundiário, com mão-de-obra escrava, monocultura e produção de bens tropicais para o mercado externo, um empreendimento típico do colonialismo português no Brasil. No final do século XVIII, e no decorrer do século XIX, os cafeicultores da Serra do Mar e do Vale do Paraíba se tornaram o grupo político mais poderoso do Império.

> O auge da produção cafeeira no Vale do Paraíba ocorreu na década de 1850-1860. No ano de 1854, a produção anual de café no Vale do Paraíba foi de 2,73 milhões de arrobas. O café conferiu forte importância econômica ao país, ao mesmo tempo que mudou a paisagem de floresta para cafezais rapidamente. Na região, as lavouras que mais sobressaíam localizavam-se em Vassouras, Valença, Resende e São João Marcos – atual distrito de Rio Claro –, no estado do Rio de Janeiro, e Bananal e Areias, no estado de São Paulo, formando uma área onde a cultura cafeeira atingiu os maiores índices de produção em meados do século XIX. O estado do Rio de Janeiro foi, durante três quartos de século, o principal produtor, passando de 79 arrobas embarcadas para Lisboa e Porto, em 1779, para 822,45 mil, em 1806 (OLIVEIRA, LAZOS, 2018, p. 66).

O caráter nômade da cafeicultura fluminense e a sua adaptação em terras montanhosas fez de Resende uma área de recursos naturais exauridos e uma comunidade socialmente estagnada. O mesmo ocorreu com dezenas de outras localidades do Rio de Janeiro. Tanto as terras conservadas como as áreas abandonadas da Serra da Mantiqueira, em Resende e municípios mineiros próximos, com suas capoeiras e florestas nativas, sãoa base territorial ecológica do Parque Nacional do Itatiaia.

Figura 8 - Derrubada de uma floresta (Johann Moritz Rugendas, 1835)

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2024).

Vale sempre analisar como todo esse processo foi complexo moldando e configurando a sociedade do século XIX, principalmente na região do Vale do Paraíba. A riqueza gerada pela produção de café era altamente concentrada nas mãos de poucas famílias poderosas, conhecidas como barões do café. Essas famílias utilizavam sua riqueza e influência para adquirir títulos nobiliários, o que lhes conferia maior poder político e a capacidade de moldar políticas públicas em seu favor. O sistema econômico era baseado no trinômio "escravismo-latifúndio-monocultura" (PRADO JÚNIOR, 2011) que promovia uma economia dual: um setor exportador lucrativo e um setor de produção de subsistência isolado das oportunidades de acumulação de capital. Esse controle econômico era mantido através de estratégias como casamentos arranjados, alianças familiares e consórcios, que garantiam que a terra e a riqueza permanecessem dentro das mesmas famílias. A concentração de riqueza resultou em uma sociedade altamente desigual, onde a maioria da população vivia em condições de pobreza enquanto uma elite agrária desfrutava de opulência e poder (OLIVEIRA, LAZOS, 2018).

Figura 9 - Partida para a colheita de café (Marc Ferrez, 1882)

Fonte: Instituto Moreira Salles (2014b).

Segundo Drummond (1997), a intensa produção de café provocou profundas transformações na sociedade, impactando também o bioma da Mata Atlântica. O primeiro passo para iniciar uma nova plantação de *Coffea arabica* era obter uma concessão de terras. Tanto a Coroa portuguesa quanto os governos imperiais adotaram consistentemente uma política de distribuir grandes extensões de terras desocupadas aos 'homens bons' – súditos leais, católicos e de posses (comerciantes, proprietários de escravos, pequenos nobres, etc.). A atividade cafeeira perpetuou esse modelo latifundiário ou 'oligárquico', incorporando a escravidão, a monocultura e a produção de bens tropicais voltados para o mercado externo. Dessa forma, o empreendimento cafeeiro se consolidou como um exemplo típico do colonialismo português no Brasil.

A expansão incessante da cafeicultura, sempre impulsionada pela busca de novas terras virgens, resultou na destruição da Mata Atlântica no Vale do Paraíba do Sul já em meados do século XIX, restando como refúgios ecológicos apenas as serras mais altas. A falta de florestas virgens se tornou um dos principais obstáculos no ciclo vicioso de desmatamento para o plantio de café. Esse ciclo consistia em empenhar as safras futuras para obter dinheiro, comprar mais escravos, desmatar novas áreas e plantar mais café (OLIVEIRA, LAZOS, 2018).

Dean (1996, p. 203) traz um panorama sobre a produção de café, escravidão e devastação da Mata Atlântica – como esses elementos se relacionam e quais efeitos produziram sobre a biodiversidade e riqueza natural do bioma ainda no primeiro século de cultivo e como esse processo não fugiu aos olhos de observadores internacionais:

> O primeiro século do cultivo comercial do café na região da Mata Atlântica (1788 a 1888) foi também o último da escravidão. Durante esse período, o Brasil produziu cerca de 10 milhões de toneladas de café, das quais passando pelos portos do Rio de Janeiro e Santos. Supondo-se que setecentos quilos fossem o rendimento médio por hectare, e supondo-se que o cafezal médio fosse economicamente produtivo durante vinte anos, então foi necessário desmatar para esse fim uns 7200 km² de floresta primária, ou equivalente a trezentos milhões de toneladas de biomassa florestal consumida em fumaça. Essa área representava aproximadamente 18% da superfície da província do Rio de Janeiro, onde quatro milhões de sacas de café foram plantados. A essa área deve-se acrescentar a floresta derrubada para subsistência da força de trabalho escrava, que deve ter chegado, em média, a 140 mil pessoas. Uma parcela desconhecida de roças de subsistência, talvez nas encostas voltadas para o sul, pode ter sido coberta de floresta primária.
>
> Na época do colapso da escravidão, as terras consideradas adequadas para o cultivo de café estavam quase exauridas no Rio de Janeiro. O quanto eram biologicamente únicas essas zonas da Mata Atlântica? Infelizmente, não se trata de uma questão que possa ser objeto de investigação retrospectiva: embora seja historicamente verificável que poucas de suas espécies foram coletadas antes de virarem fumaça. Auguste de Saint-Hilaire achava que a zona ocidental do vale do Paraíba abrigava a vegetação mais diversificada que ele vira em todas as suas viagens pela Mata Atlântica. Bem se pode perguntar, portanto, se algumas das criaturas, especialmente do dossel, que davam sombra a ele e a seus colegas cientistas, mas que eles não dispunham de meios para investigar, já não estariam desaparecendo para sempre. Parece ao menos possível que as extinções eram parte do preço para se levar 10 milhões de toneladas de café ao mercado, mesmo que as espécies cujos representantes estão armazenados em frascos de conserva e prensadas em lâminas no Jardin des Plantes e no Bayerische Botanische Gesellschaft tenham até agora sobrevivido. Esses primeiros investigadores não dispunham nem do tempo nem dos recursos para fazer mais que recolher amostras das formas de vida das florestas que atravessavam. Quase todos eles se mantinham nas mesmas trilhas de mulas, e, na maioria, evitavam as florestas altas, que eram demasiado impenetráveis e problemáticas, e, as expedições, após o início do século XIX, limitavam-se às zonas abertas da floresta.

A floresta original foi destruída em uma escala sem precedentes no país, impulsionada pelo lucro certo e fácil proporcionado pela lavoura cafeeira, aliada a técnicas agrícolas extremamente rudimentares. Estas técnicas exigiam constantemente a "conquista" (desmatamento) de novas áreas para o plantio. Em 1863, observadores notaram que diversos municípios já haviam destruído todas as suas reservas florestais e estavam fadados ao declínio econômico. A extinção da floresta e a erosão do solo não foram as únicas consequências do cultivo de café. O desmatamento causou um desequilíbrio ecológico que favoreceu a proliferação de pragas, como a formiga saúva, ausente em ambientes florestais devido à presença de predadores naturais (OLIVEIRA, LAZOS, 2018).

Para o ecossistema das florestas tropicais do Rio de Janeiro, a diferença crucial entre a agricultura indígena de coivara e a monocultura latifundiária portuguesa era tecnológica. Os indígenas careciam de instrumentos metálicos para controlar o surgimento das ervas daninhas em seus lotes por muito tempo, mas possuíam outras fontes de alimentos, o que reduzia a pressão sobre as mesmas áreas. Em contraste, os colonos portugueses, com enxadas e foices metálicas e o trabalho árduo dos escravos, conseguiam controlar a invasão de ervas daninhas

nas áreas desmatadas, garantindo a prevalência da cultura comercial. Isso permitia a continuidade do cultivo por muitos anos ou até décadas, esgotando o húmus e expondo os solos instáveis e pouco férteis das montanhas fluminenses (DRUMMOND, 1997).

De acordo com Oliveira e Lazos (2018), as plantações comerciais de café, mais duradouras e extensas que as modestas culturas alimentares nativas, prejudicavam seriamente a recuperação espontânea da floresta pelo processo de sucessão vegetal após o abandono do cultivo. Outra consequência significativa foi a transformação da dinâmica hidrológica e climática regional, além do processo de assoreamento dos fundos de vales fluviais. Em um período de trinta a quarenta anos, a cafeicultura alterou irreversivelmente o regime hidrológico típico de uma floresta pluvial para o de uma savana.

O Vale do Paraíba Fluminense, um dos principais polos produtores de café no Brasil, sofreu um declínio acentuado na produção cafeeira a partir do final do século XIX, causado por uma combinação de fatores, resultando em uma crise e transformação profunda na região. A degradação do solo foi um dos principais responsáveis. A monocultura do café, praticada intensivamente sem técnicas adequadas de manejo e conservação, esgotou os nutrientes do solo. O desmatamento maciço para abrir espaço para o cultivo e a ausência de rotação de culturas contribuíram para a perda de fertilidade do solo. A erosão, resultante da remoção da cobertura vegetal, agravou a situação, transformando solos férteis em áreas pobres e improdutivas.

Além dos problemas ambientais, a produção de café no Vale do Paraíba foi impactada por crises econômicas. A queda dos preços internacionais do café no final do século XIX e início do século XX, devido à superprodução global e à concorrência com outras regiões produtoras, reduziu a rentabilidade das plantações no Vale. As políticas econômicas do governo brasileiro, que incentivavam a diversificação econômica e a industrialização, também contribuíram para o declínio da monocultura do café na região.

De acordo com Oliveira e Lazos (2018), a abolição da escravatura em 1888 teve um impacto significativo na economia cafeeira do Vale do Paraíba. A mão de obra escrava, que sustentava a produção, foi substituída por trabalhadores assalariados, aumentando os custos de produção. A dificuldade em adaptar-se a esse novo modelo de trabalho exacerbou a crise nas fazendas de café. O esgotamento dos solos e o fim do tráfico negreiro foram decisivos para a decadência da economia cafeeira no Vale do Paraíba. Com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que impedia a entrada de escravos africanos no Brasil, os produtores do Vale começaram a comprar escravos nos engenhos decadentes do Nordeste, criando um tráfico interno.

A diminuição da mão de obra para manter as plantas e o envelhecimento dos cafezais

também contribuíram para a queda de produção. Os descendentes de grandes produtores de café lamentavam, gerações depois, os solos depauperados que haviam recebido como herança. A abolição da escravatura, em 1888, foi o golpe final para o desmoronamento da economia agroexportadora na região, decretando a ruína da economia aristocrática e escravocrata local. Contudo, essa deterioração da economia cafeeira ocorreu de forma conturbada devido à resistência dos cafeicultores do Vale do Paraíba que, apesar de economicamente falidos, ainda detinham extraordinário poder político durante o Segundo Império e os governos da República Velha. O Convênio de Taubaté (1906) serviu como instrumento de manutenção dos privilégios desses fazendeiros e de suas plantações de café, que persistiam numa atividade econômica falida. Alves, em 1934, relatou que, após o declínio dos cafezais, a paisagem deveria se transformar em pastagens para produção de gado leiteiro, visto que a agricultura se tornara impraticável nas "zonas velhas" (OLIVEIRA, LAZOS, 2018).

A degradação do solo e a erosão provocadas pelo cultivo intensivo do café deixaram cicatrizes profundas no meio ambiente do Vale do Paraíba. Áreas que antes eram cobertas por florestas e vegetação nativa transformaram-se em solos erodidos e inférteis, incapazes de sustentar a agricultura ou a regeneração natural. A perda de cobertura vegetal não só afetou a fertilidade do solo, mas também a biodiversidade local, que foi drasticamente reduzida.

Com o declínio da cafeicultura, muitas áreas anteriormente dedicadas ao café foram abandonadas ou convertidas para outros usos, como pastagens e agricultura de subsistência. Essa mudança no uso da terra teve impactos variados. Em algumas áreas, permitiu a recuperação parcial dos ecossistemas nativos, enquanto em outras perpetuou a degradação ambiental devido a práticas inadequadas de manejo da terra.

A perda de vegetação e a erosão do solo também afetaram os recursos hídricos da região. A capacidade de infiltração do solo diminuiu, resultando em menor recarga dos aquíferos e em regimes de fluxo mais irregulares nos rios e córregos locais. Esse desequilíbrio hídrico afetou tanto o abastecimento de água para consumo humano quanto a disponibilidade de água para irrigação e outros usos agrícolas.

O declínio da produção de café no Vale do Paraíba Fluminense não foi apenas um fenômeno econômico, mas também ambiental. Os impactos ambientais deixados pela monocultura do café continuam a influenciar a paisagem e a ecologia da região. A história do café no Vale do Paraíba oferece lições valiosas sobre a importância de práticas agrícolas sustentáveis e de políticas de manejo ambiental que possam prevenir a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação dos ecossistemas afetados.

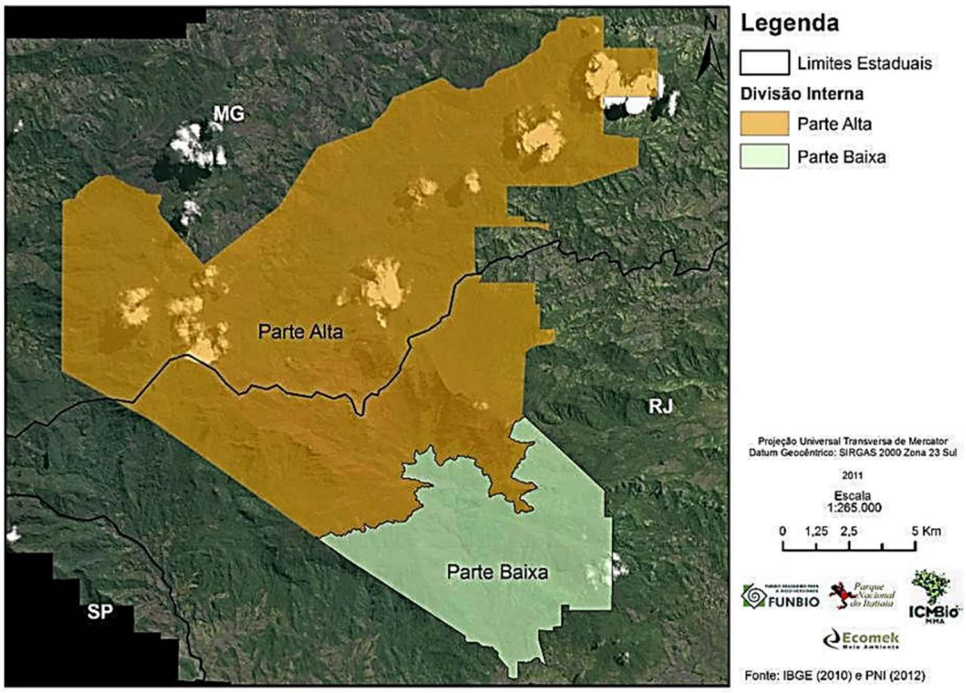
4 O PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA EM UM CENÁRIO DE OCUPAÇÃO IRREGULAR

O Parque Nacional do Itatiaia (PNI) foi criado em 1937 e localiza-se no sudoeste do Estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área de aproximadamente 30.000 hectares. Trata-se de um parque bi-estadual, pois seu território abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, além de Bocaina de Minas e Itamonte, em Minas Gerais. Algumas características dessa importante unidade de conservação são destacadas por Drummond (1997).

> O PNI se localiza no trecho em que a interiorana Serra da Mantiqueira mais se aproxima da litorânea Serra do Mar (..). Entre as duas serras, o rio Paraíba do Sul escavou o seu leito, num vale apertado e acidentado. Dos picos mais altos de Itatiaia até o fundo do vale as diferenças de altitude variam por vezes mais de 2.000m, com gradientes fortíssimos. A altitude mais baixa do PNI é de 831m acima do nível do mar. A mais alta é de 2.787m, correspondendo ao pico de Itatiaiaçu, o ponto culminante do Estado do Rio de Janeiro e um dos picos mais altos do Brasil. O PNI abrange outros cinco picos com mais de 2.400m de altitude (DRUMMOND, 1997, p. 145).

O grupo étnico dos indígenas Puri foi o primeiro a habitar a região do PNI, regularmente explorada pelos europeus desde o início do século XVI, principalmente, nos primórdios das bandeiras. Com a chegada dos colonizadores europeus e os primeiros movimentos de ocupação permanente, os Puri foram rapidamente escravizados, dispersados ou fugiram dessa região. O declínio geral da mineração, em torno de 1780, fez da região de Resende e Itatiaia uma opção conveniente para ex-donos de minas interessados em investir em fazendas. Por volta de 1780, algumas mudas de café tinham sido introduzidas experimentalmente, oriundas de Paraty. Em 1802, seus cafezais foram citados em contratos comerciais e de arrendamento, inventários e testamentos. Resende esteve na vanguarda da cafeicultura do Vale do Paraíba, sendo que as primeiras grandes fazendas datam de 1780 (DRUMMOND, 1997).

Figura 10 - Divisão ilustrativa da Parte Baixa e Parte Alta adotadas no diagnóstico da Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia



Fonte: ICMBio (2013).

Diferentemente de países precursores da política de criação de parques, o Brasil estabeleceu seus primeiros parques em áreas já alteradas, seja pela expansão agrícola ou pelo processo de urbanização, o que fez com que essas áreas já nascessem com problemas na sua origem, dentre os quais, as ocupações irregulares.

Outro aspecto a ser considerado nesse debate se refere à questão dos espaços de lazer, muito valorizada no momento de se pensar na criação de um parque. Mas, até a década de 1970, pouca importância era dada à criação de áreas protegidas no interior do país. Ainda que essas áreas tivessem relevância ecológica, eram consideradas pouco atrativas em termos de beleza cênica e, longe dos grandes centros urbanos, eram tidas como de difícil acesso, o que dificultava o turismo nesses ambientes. Com isso, a criaçãode Parques se deu, principalmente, nas regiões mais povoadas e, consequentemente, com maior grau de alteração pela presença humana e suas práticas socioeconômicas.

Cabe ressaltar que a região onde se localiza o PNI sofreu intensa pressão antrópica, seja com o ciclo do café, a formação de pastagens e a implementação de ferrovias ou com o desenvolvimento de projetos de colonização. A sua flora primitiva foi fortemente impactada pela interferência humana, principalmente, durante a época em que existiu na área uma colônia

agrícola, entre1908 e 1918.

No ano de 1908, a Fazenda Federal adquiriu as terras onde hoje se situa o PNI para a criação de dois núcleos coloniais. Devido à alta declividade do local, esses núcleos não tiveram o resultado esperado e as terras foram repassadas ao Ministério da Agricultura. Era um momento de esvaziamento da região pelo fim da cafeicultura e escassez de mão-de-obra escrava. Mas, havia uma certa crença de que colonos europeus prosperariam quase que naturalmente, como discute Drummond (1997, p. 154-155):

> Um projeto de colonização relativamente tardio, de responsabilidade do governo federal, afetou terras depois incorporadas ao parque. Entre 1908 e 1918 os Núcleos Coloniais de Itatiaia e Visconde de Mauá atraíram algumas centenas de famílias de imigrantes estrangeiros (italianos e escandinavos) para desenvolver "culturas de pequena escala" exatamente nas íngremes encostas de Campo Belo, onde se concentravam as poucas terras 'virgens' de Resende.

Ainda segundo o autor:

> Essa rara e anacrônica iniciativa governamental de estabelecer pequenos proprietários livres num estado marcado pelo latifúndio e pela herança da escravidão teve o efeito de ampliar os já grandes estragos à ecologia local, atingindo áreas até então pouco ou nada alteradas. Deve ser levado em conta, no entanto, que plantações de café, pelo menos em alguns trechos do lado mineiro do PNI, galgaram altitudes comumente sujeitas a geadas e provocaram o desmatamento muito antes desses dois projetos de colonização (DRUMMOND, 1997, p. 155).

O projeto de colonização fracassou, mas os colonos não se desfizeram dos seus lotes e alguns deles continuam como propriedades privadas dentro do Parque nos dias de hoje, embora não se tenha informação sobre a real situação fundiária da UC. Dentro do PNI há casas particulares, imóveis de aluguel e pequenos hotéis, nos lotes remanescentes dos projetos de colonização (BRASIL, 2009). O próprio decreto de criação do Parque já fazia referência ao problema. Esses lotes deveriam ter sido adquiridos, posteriormente, pelo governo federal:

> Art. 1º A área atualmente ocupada pela Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sem prejuízo da existência e finalidades desta, passa a constituir o Parque Nacional de Itatiaia ficando as respectivas terras com a flora a fauna nelas existentes,subordinadas ao regime estabelecido pelo Código Florestal para os monumentos públicos dessa natureza.
> Art. 2º A área atual da Estação será acrescida da que fôr desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes.
> Parágrafo único. Das terras devolutas do Domínio da União, existentes nas proximidades do Parque, serão reservadas as que forem necessárias para a localização de hoteis e instalações que facilitam o movimento turístico na região (BRASIL, 1937, art.1º e 2º)

No entanto, algum tempo depois, o governo propôs que os lotes poderiam ser arrendados para construção de hospedaria para os visitantes do PNI. Cabe ressaltar que o uso dos lotes para apoiar o turismo estava presente na proposta de criação do PNI, conforme mencionado anteriormente, o que fornece argumento para a manutenção da ocupação irregular dentro do Parque. O fato de as construções serem bem próximas à sede administrativa da UC, dificulta a implementação de uma proposta visando à separação da área do Parque Nacional que seria Parque Natural, de forma a buscar solucionar a questão dos lotes. O Plano de Manejo destaca que muitas das principais instalações do PNI se localizam perto das terras particulares. Nesse sentido, mesmo se a unidade de conservação fosse de fato dividida em Parque Nacional e "parque natural", tal como o próprio Plano sugere, todos os seus prédios administrativos ficariam na fronteira com o "parque natural", o que, certamente, não seria ideal e desejável. O Plano apontou, ainda, que muitos lotes tinham sido subdivididos e que o número de casas aumentou muito nos últimos anos, com a consequente multiplicação dos impactos negativos sobre o PNI (DRUMMOND, 1997).

Enquanto na década de 1940 o Exército inaugura a Academia Militar das Agulhas Negras, que afetava trechos do PNI, na década de 1980, houve uma intervenção e a área do Parque Nacional teve um aumento considerável de mais de 100% do tamanho original da UC, passando de 11.943 hectares para 30.000, por meio do Decreto nº 87.586 de 20 de setembro de 1982 (BRASIL, 1982). Esta expansão territorial se deu mediante aquisição, via desapropriação, de lotes de terras pertencentes a particulares, e não ao Estado. Não eram terras devolutas, mas sim, terras de culturas, sendo que algumas faziam parte do antigo Núcleo Colonial de Itatiaia (PEREIRA, 2013), que assim como o de Visconde de Mauá, atraiu imigrantes estrangeiros.

Essas terras foram adquiridas pelo governo e postas à venda aos colonos. Atividades agrícolas, e a construção da estrada de ferro no Vale do Paraíba, deram o tom das ações antrópicas na região. Nesse contexto, atividades predatórias, incluindo a devastação das matas para a agricultura e o uso da madeira na construção da via férrea, tornaram-se frequentes.

Em 2008, a Associação dos Amigos do Itatiaia (AAI), que representa proprietários da parte baixa do PNI, encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) uma proposta de desmembramento dessa área do Parque. O MMA solicitou ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) uma avaliação da proposta e ficou decidido que seria realizada uma monitoria do Plano de Manejo do PNI. Já em 2009, foi apresentado o novo planejamento da parte baixa do PNI, tendo sido descartada a proposta de desmembramento.

Nessa parte baixa do PNI, dos 68 lotes (de 25-30 hectares, cada) pertencentes ao ex-

núcleo colonial de Itatiaia, 32 foram vendidos a particulares e 36 lotes (mais de 50% da área do ex-núcleo colonial de Itatiaia), permaneceram até 2012, pelo menos, de posse e domínio públicos. Do total de 32 lotes particulares no interior do Parque Nacional do Itatiaia, doze não têm qualquer edificação, apenas vegetação. Os 32 lotes perfazem 131 propriedades, resultado de parcelamento. Entre as propriedades particulares, apenas quinze são ocupadas por proprietários particulares residentes no Parque. As demais são de segunda residência, ou seja, têm uso temporário, sendo chamadas casas de campo ou de veraneio. Do total de 85 propriedades particulares com edificações, muitas estão construídas dentro de Área de Preservação Permanente (APP), em desrespeito ao Código Florestal vigente (BRASIL, 2009).

De acordo com Diegues (2001) uma "natureza intocada" que não sofre pressão alguma de populações humanas é um "mito moderno". Inclusive, trata-se de um erro não considerar os conhecimentos que as populações tradicionais têm das áreas onde habitam. Ainda que a criação de áreas protegidas seja reconhecida internacionalmente como a melhor estratégia para a conservação da biodiversidade, principalmente em países em desenvolvimento, não considerar a existência de práticas de manejo sustentáveis por parte das populações tradicionais locais é tido como um equívoco por este autor.

No caso do Parque Nacional do Itatiaia, os habitantes mais antigos, os indígenas, foram expulsos ou dizimados diante do avanço do processo de colonização sobre as terras do Vale do Paraíba, fenômeno que se insere em um contexto mais amplo de expansão territorial e exploração econômica que marcou a história do Brasil colonial. Com a formação de Núcleos Coloniais e a subsequente distribuição de lotes particulares, a ocupação humana da região se consolidou, estabelecendo uma realidade fundiária complexa que precede a criação do parque.

A gestão do PNI enfrenta o desafio constante de equilibrar os objetivos de conservação com as demandas e os direitos das comunidades locais. Embora existam esforços por parte do Estado para regularizar os lotes e as propriedades dentro do parque, esses esforços são frequentemente marcados por avanços e retrocessos, refletindo as complexas dinâmicas de poder e os interesses divergentes envolvidos entre a necessidade de conservação ambiental e os direitos de posse e uso da terra (ANDRADE *et al.*, 2023).

Quando o PNI foi criado, em 1937, ele já enfrentava desafios significativos em relação à regularização fundiária (BRASIL, 1937), uma vez que essas terras abrigavam propriedades particulares que, na prática, entravam em conflito com o conceito de proteção integral que o parque deveria representar. Este cenário ilustra um paradoxo fundamental na política de proteção da natureza no Brasil: a criação de parques muitas vezes esteve mais alinhada aos

interesses do desenvolvimento turístico e econômico do que à proteção integral da natureza. Embora pioneiro como unidade de conservação de proteção integral, o PNI nasceu comprometido por pressões antrópicas que desafiam a sua gestão até os dias atuais.

Tendo em vista a temática aqui contextualizada, esta dissertação foi motivada a analisar a criação do PNI à luz da história ambiental, com o intuito de discutir a política de proteção da natureza adotada em parques, em particular, a gestão desta UC, focando, principalmente, na questão fundiária. Sendo este o primeiro parque de proteção integral do país, mas com problemas de origem associados à pressão antrópica, e considerando ainda que a criação de parques visava mais o potencial de exploração turística do que a proteção da natureza, a função de parque natural já nasceu bastante comprometida, como atestam as ocupações e os lotes de particulares. E esta anomalia persiste ainda hoje.

Apresentaremos, nos tópicos que seguem, caracteristicas atuais da gestão do PNI, e como está sendo conduzido o processo de regularização dos lotes e propriedades dentro dele, com ânfase nos esforços dos Estado neste processo.

4.1 A Gestão do Parque Nacional do Itatiaia e a Regularização Fundiária

Para abordar, especificamente, a questão da regularização fundiária do PNI, convém mencionar que esta temática é reconhecidamente uma das mais desafiadoras do processo de gestão de unidades de conservação no Brasil, como já sinalizado pelo próprio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em referências que têm acompanhado os desdobramentos dessa problemática nas últimas décadas, conforme discutido nas páginas a seguir. Neste sentido, uma breve contextualização faz-se necessária.

O ICMBio reconhece a consolidação territorial como elemento-chave para o processo de implementação do manejo efetivo das UC, tendo em vista que nas áreas não indenizadas são mantidas pelos seus proprietários atividades econômicas, a exemplo da agropecuária. Essa realidade vai de encontro aos objetivos tanto de conservação da biodiversidade, como de restauração de áreas degradadas por processos produtivos ao longo do tempo (ICMBio, 2023).

No entanto, o processo de regularização fundiária, além de enfrentar inúmeras questões de ordem legal e de demandar recursos financeiros disponíveis para este fim, esbarra em limitações da máquina burocrática estatal, o que se reflete em processos que atravessam longos períodos de duração, não sendo diferente no caso do PNI. Para ilustrar esta realidade brasileira, segundo o ICMBio (2023), foram desapropriados 26 mil hectares entre 2019 e 2022, no Brasil, representando uma média de 6,6 mil hectares por ano, ao custo de R$ 119 milhões, enquanto

no mesmo período, cerca de 139 mil hectares foram incorporados, em função de decisões administrativas.

Na referida publicação, o órgão ambiental estima que, se mantido este ritmo de aquisições, serão necessários 490 anos para regularizar o passivo existente envolvendo as UC federais, da ordem de 5,2 milhões de hectares ao ano, em média. Isso equivale à extensão territorial do Estado do Rio Grande do Norte, ilustração que contribui para que se tenha uma dimensão da problemática em foco.

Tendo em mente a perspectiva de que o tema em questão envolve uma grande complexidade, é possível observar que, apesar dos desafios enfrentados ao longo de décadas, alguns avanços têm sido registrados no que se refere ao caso do PNI. Em março de 2023, o Ministério Público Federal (MPF, 2023) divulgou que havia recebido do ICMBio a informação técnica de que a abrangência do processo de regularização fundiária era de aproximadamente 90% dos imóveis particulares existentes no interior do parque.

Até então, estavam em tramitação 369 processos administrativos, referentes a 458 propriedades particulares no PNI, cuja extensão totalizava 28 mil hectares. Por outro lado, 57 propriedades, correspondendo a 3,2 mil hectares, já haviam sido adquiridas pelo ICMBio. Na ocasião, o órgão ambiental informou ao MPF que dispunha de R$ 4,2 milhões para fins de desapropriação. Entre outras orientações, este instrumento de gestão estabelece as diretrizes para a destinação das áreas adquiridas pelo poder público.

Como resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (MPF-TAC, 2014), firmado com o MPF em 2014, visando a adequação do PNI às normas vigentes pelo SNUC (BRASIL, 2000), o ICMBio assumiu o compromisso de adotar medidas para a consolidação das ações de regularização fundiária desta unidade de conservação federal. Segundo o MPF (2023), com a consolidação do território do parque, o poder público poderá adotar medidas para a proteção do seu patrimônio ambiental, iniciativa de implementação efetiva da qual depende esse processo.

À época de pactuação do TAC, o órgão ambiental federal se comprometia a adotar medidas necessárias para a execução dos recursos financeiros existentes para o alcance desse objetivo, no prazo de de cinco anos. O referido TAC foi originado de um inquérito civil público, instaurado pelo MPF do Estado do Rio de Janeiro, para o acompanhamento de processos de regularização fundiária na unidade de conservação mais antiga do Brasil (MPF, 2023).

Além do TAC, a Instrução Normativa 05 (BRASIL, 2016), com vistas à regularização fundiária de imóveis privados localizados em UCs federais de domínio público, por meio de compensação de Reserva Legal, foi outro estímulo ao avanço do processo no PNI. Em 2016,

quando o PNI completou 79 anos, recebeu uma doação de 414 hectares de compensação de Reserva Legal, passando, naquela ocasião, de 49,7% para 51% de área pública de domínio federal regularizada, como informado à época pelo ICMBio5. Esse tipo de iniciativa foi apontada na referida divulgação como questão estratégica para a implementação de unidades de conservação no Brasil.

Para a elaboração desta dissertação, buscou-se junto ao ICMBio informações atualizadas sobre o processo de regularização fundiária do PNI. Em resposta aos questionamentos enviados por e-mail, foi esclarecido pelo Serviço de Apoio ao Cidadão (SIC) do ICMBIO através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal o "Fala. BR", em 12 de julho de 2024, que "as áreas particulares dentro de um Parque Nacional precisam ser incorporadas ao patrimônio público, conforme previsto em lei" e que "enquanto as propriedades particulares não forem indenizadas, os/as proprietários/as continuam a exercer seu direito de propriedade".

Para tal, foi informado ainda que "são abertos processos para todas as áreas particulares com matrículas identificadas parcial ou integralmente dentro do Parque Nacional do Itatiaia, além das áreas que já eram públicas". Na ocasião, foi reiterado que pelas estimativas do órgão ambiental, aproximadamente 90% das áreas particulares tinham processos em andamento, convergindo com as informações divulgadas pelo MPF, mencionadas anteriormente.

Conforme tabela a seguir, enviada pelo SIC do ICMBio, 95 propriedades inseridas em uma área de 15.898,44 hectares são consideradas de domínio público, mediante 67 processos. Por outro lado, 12.116,00 hectares são ainda de domínio privado, o que equivale a 363 propriedades, envolvidas em 302 processos passíveis de regularização fundiária. Desse total, dez propriedades envolvem processos de compensação de Reserva Legal.

Tabela 3 - Situação Fundiária do Parque Nacional do Itatiaia

	No de Processos	No de Propriedades	ÁREA (ha)
DOMÍNIO PÚBLICO	67	95	**15.898,44**
Adjudicação Judicial	2	2	41,75
Aquisição Administrativa	13	20	798,33

[5] Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/galeria-de-noticias/destaques-e-eventos/150-parque-nacional-do-itatiaia-atinge-51-de-area-regularizada.html
Acesso em: 29 de julho de 2024.

Compensação Reserva Legal	32	30	2.030,3135
Doação	2	2	382,77
Leilão Judicial	1	1	15,95
Originalmente Pública	16	39	12.628,63
Transferência SPU	1	1	0,71
DOMÍNIO PRIVADO	302	363	**12.116,00**
Aquisição Administrativa	284	333	9.393,86
Compensação Reserva Legal	10	10	1.207,05
Desapropriação Judicial	6	14	1.461,39
Doação	5	9	53,69
TOTAL	369	458	**28.014,44**

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do ICMBio, (2024)

Historicamente, essa temática tem gerado inúmeros debates e publicações acadêmicas e científicas que ressaltam, entre outros aspectos, a importância do processo de regulação fundiária da denominada Parte Baixa do PNI, visando conter pressões oriundas da especulação imobiliária, conforme sinaliza o documento "Plano de Manejo Parque Nacional do Itatiaia Parte Baixa. Monitoria e Avaliação" (MMA; ICMBio, 2009). Este documento também enfatizou a prioridade dada à visitação como elemento central do processo de gestão da unidade de conservação, tendo em vista a sua capacidade de sensibilização ambiental e de fortalecimento das conexões entre a sociedade e o patrimônio natural existente.

A necessidade de monitoramento foi justificada à época, tendo em vista alguns fatores, como a falta de atualização do Plano de Manejo do PNI e os inúmeros problemas de gestão da UC, entre eles, a regularização fundiária. Outra motivação envolvia uma demanda da Associação dos Amigos do Itatiaia (AAI) junto ao MMA para a exclusão dos limites do PNI de áreas que integravam o ex-NCI, sob a argumentação de que, dessa forma, os problemas fundiários dessa área da UC seriam solucionados. A mencionada proposta sugeria, ainda, que

fosse criado um Monumento Natural na área desmembrada, sob a justificativa de que esta categoria permitiria que as moradias dos filiados da Associação fossem mantidas.

Nas conclusões do documento, entretanto, foi enfatizado que a equipe de especialistas dedicada ao trabalho de monitoria não concordava com a proposta de redução de área do PNI e a criação de outra categoria de área desmembrada, conforme demandado pela AAI. Foi reiterado que ações recomendadas no documento final poderiam contribuir para solucionar os principais problemas enfrentados pela gestão do PNI.

A mesma publicação mencionou que o primeiro Plano de Manejo (PM) do PNI foi elaborado em 1982. Posteriormente, dois outros planos foram concluídos: o Plano de Ação Emergencial (PAE), de 1994, e o Plano de Uso Público (PUP), de 2001, além do Sistema de Fiscalização, de 2002. Os planos têm demandas específicas, embora o Plano de Manejo seja considerado o instrumento mais completo. Até então, já havia perspectiva de elaboração de um novo PM com recursos de compensação ambiental (MMA; ICMBio, 2009), o que veio a se concretizar somente em 2014.

Dentre as recomendações para o enfrentamento dos problemas de gestão identificados pelo trabalho de monitoramento do PNI, com vistas à desocupação progressiva de propriedades de domínio privado existentes na unidade de conservação, a equipe responsável sugeriu a adoção de um modelo de documento de regularização fundiária por intermédio do qual fosse demonstrado interesse dos ocupantes na indenização, manifestação esta que poderia ser considerada como um dos critérios de priorização no pagamento dos imóveis. O horizonte para uma solução definitiva foi estimado em 50 anos, tendo em vista a complexidade envolvida neste tipo de processo, incluindo o apego dos proprietários à terra, além das dificuldades enfrentadas no âmbito da própria gestão pública, envolvendo, neste caso, limitações tais como a insuficiência de recursos humanos e financeiros.

Nas conclusões do documento resultante da monitoria foi reiterado que, embora áreas do PNI não tenham sido completamente regularizadas, este não seria um motivo para promover alterações nos limites da UC que enfrentava desafios semelhantes a outras UC brasileiras, sobretudo, quanto à demanda de regularização fundiária. Neste contexto, foi enfatizado também que as ameaças e pressões externas, apontadas na publicação como demonstração de falha institucional, deveriam ser encaradas como sinal de alerta no que tange aos critérios de priorização na aplicação de recursos para a solução dos problemas históricos existentes, consagrando assim, o fortalecimento do próprio SNUC (BRASIL, 2000).

As questões relacionadas às pressões geradas pela especulação imobiliária na área de

inserção do PNI, que foram abordadas no trabalho de monitoria mencionado anteriormente, também receberam destaque em uma publicação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS, 2000). Este estudo sublinhou a crescente preocupação com o impacto da valorização imobiliária e a expansão descontrolada de empreendimentos residenciais e comerciais nos arredores do parque, enfatizando os desafios enfrentados para a conservação do patrimônio natural e a manutenção do equilíbrio ecológico da região.

Na referida publicação, foi discutido que a atração de profissionais especializados para atuarem em indústrias estabelecidas em municípios do entorno do PNI, vinha contribuindo para a especulação imobiliária nas áreas próximas da UC, processo refletido, sobretudo, na elevação dos preços da terra na região. A FBDS (2000) também alertava para a importância de se buscar conter a massificação turística, defendendo a necessidade de crescimento turístico orientado por critérios ambientais.

No entanto, na referida publicação também se reconheceu a regularização fundiária como o principal problema existente no PNI, demandando, à época, a desapropriação de 20 mil hectares dos 30 mil hectares de extensão da UC. Para tal, foi recomendada a compra programada de terras (FBDS, 2000). Mas, essa foi uma estratégia que começou a ser consolidada somente nas décadas seguintes, com resultados mencionados anteriormente.

Outra estratégia proposta pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS, 2000) foi o fortalecimento da gestão participativa do PNI. A sugestão partiu da percepção de que, devido aos conflitos históricos relacionados à ocupação da terra na região, muitos proprietários de terras não mantinham um envolvimento significativo com a gestão do parque. Esta situação evidenciava a necessidade urgente de construir uma agenda comum de diálogo e cooperação, visando unir diferentes atores sociais em torno dos objetivos de conservação e proteção ambiental da UC. A FBDS acreditava que, ao incentivar a participação ativa dos proprietários e das comunidades locais, seria possível promover um maior compromisso com a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais do PNI, contribuindo, assim, para uma gestão mais eficaz e inclusiva.

Tendo em vista questões como esta, e outras referências consultadas, relativas à necessidade de controle da visitação turística, e as demandas relacionadas à importância do Plano de Manejo como instrumento fundamental à gestão de UCs no Brasil, não sendo diferente no caso do PNI, encaminhamos consulta ao ICMBio sobre esses dois enfoques centrais. Em resposta às solicitações de informações enviadas ao ICMBio, pelo **canal Fala Br**, foi esclarecido pelo SIC que “um contrato de concessão rege a gestão dos serviços de apoio à

visitação no Parque Nacional do Itatiaia", e que “este contrato foi assinado em 01-02-2019, com prazo de 25 anos, como resultado de uma concorrência na modalidade licitação”.

Quanto à demanda por esclarecimento referente ao Plano de Manejo, foi informado pelo SIC do ICMBio que “o primeiro Plano de Manejo do PNI foi elaborado no ano de 1982 e a segunda versão e mais recente foi elaborada no ano de 2014”[6]. Segundo a fonte, “não há previsão no momento de elaboração de uma nova versão do Plano de Manejo para o PNI, apenas de um monitoramento do alcance das metas estabelecidas”. Esta publicação será fundamental para o desdobramento de novas pesquisas, assim como para o acompanhamento por parte da sociedade sobre o processo de gestão desta importante unidade de conservação federal.

Os principais dilemas envolvendo historicamente o PNI foram também apresentados em dissertação de mestrado defendida por Fernandes (2010). Com base em uma pesquisa que, entre outros instrumentos metodológicos, realizou cerca de 200 entrevistas com atores representantes de inúmeros segmentos e interesses relacionados ao PNI, a autora advoga que a superação das dificuldades de gestão do Parque, assim como os desafios inerentes ao processo de cisão entre sociedade e natureza, são questões que demandam ações de mediação de conflitos.

Para tal, a pesquisadora defende a necessidade de compreender as diferentes percepções e perspectivas de uma gama de atores sociais, bem como dos inúmeros interesses envolvidos no processo de gestão do Parque, tendo em vista, sobretudo, as realidades locais. Sob esses direcionamentos, a autora acredita na possibilidade de se buscar ações de engajamento e sensibilização da sociedade para a construção participativa de soluções possíveis para os problemas existentes.

Para além de sua importância na conservação da biodiversidade e dos mananciais de recursos hídricos existentes na região onde o PNI se insere, fundamentais ao abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro, Fernandes (2010) destaca que esta UC tem também relevância central para o turismo, atividade socioeconômica da qual dependem inúmeros empreendimentos, locais e regionais. “O turismo surgiu como real opção econômica, quando da década de 1960/70, a crise da pecuária leiteira abriu outras portas”, afirma a pesquisadora. A autora destaca que “o histórico interesse e potencialidade turística de Itatiaia antecedem o conceito de ecoturismo”, argumentando que, na década de 1930, quando foi verificada a decadência de fazendas envolvidas com agropecuária, as propriedades começaram a ser transformadas em hotéis-fazenda, vocação que veio a se fortalecer nas décadas seguintes.

[6]Ambas as versões do Plano de Manejo do PNI estão disponíveis em: <www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia> Acesso em 25 de agosto de 2024.

Em linhas gerais, Fernandes (2010) apresenta em sua pesquisa a complexidade que envolve a gestão do PNI e advoga a necessidade de diálogo entre os atores diretamente interessados neste Parque Nacional, de forma a se buscar a conciliação de visões divergentes. Em seu percurso teórico-metodológico, a pesquisadora esclarece que, com raras exceções, não foi possível captar uma relação de afeto com o lugar por parte dos seus entrevistados.

Pela sua perspectiva, as diferentes motivações percebidas na relação das pessoas com o PNI devem ser melhor interpretadas e compreendidas, de forma a promover transformações necessárias a partir dos sentimentos e valores envolvidos. Tudo isso, segundo ela, tende a colaborar para a solução de impasses e divergências que, via de regra, reverberam no processo de gestão, não somente desta, mas de outras UC brasileiras. "A natureza transcende as divisões e contradições políticas e legais, devendo ser tratada em sua integridade, nos conduzindo ao esforço da união das intenções em função de todos aqueles que requeiram a integração", conclui Fernandes (2010).

Até então, a autora entendia que somente o processo de desapropriação das áreas privadas no interior do PNI poderia não ser suficiente como solução para os problemas existentes, sendo urgente, pela sua perspectiva, a construção de uma relação de parceria entre os gestores e os atores envolvidos. Para valorizar o elo existente entre as pessoas e o lugar onde onde a UC se insere, Fernandes (2010) ressaltou a necessidade de construção de um Plano de Manejo participativo.

Diante de todas as questões discutidas no âmbito da dissertação de Fernandes (2010), que buscou compreender as dinâmicas de gestão do Parque Nacional do Itatiaia pela perspectiva da história ambiental, foi possível revisitar o contexto histórico à época da sua criação, assim como os principais desafios que interferem na sua efetiva consolidação como unidade de conservação de proteção integral, sendo emblemático o fato de ser o primeiro Parque Nacional do país.

Ao lado da principal demanda por regularização fundiária, foram também sinalizados os inegáveis potenciais socioambientais e econômicos, que, pela perspectiva das inúmeras fontes de referência consultadas, despontam como diferenciais de garantia de qualidade de vida para as populações locais e regionais, assim como para os seus visitantes. Além disso, este vem sendo considerado um espaço aberto às descobertas no campo científico e de inúmeras possibilidades como elo capaz de promover a reconexão entre sociedade e natureza, face à crise civilizatória que vivemos.

Não se pode desconsiderar que, mesmo diante de cenários históricos de tantas limitações

de recursos humanos e financeiros, além de processos mais recentes de desmonte de políticas públicas ambientais que afetaram fortemente a gestão das unidades de conservação no Brasil, problemática expressa pelo ICMBio (2023), alguns avanços foram alcançados no que se refere ao desafio de regularização fundiária, uma das demandas mais urgentes do PNI, alongada por décadas desde a sua criação.

No entanto, permanece como questão para a qual esta pesquisa não tem resposta, em que medida será assegurada a efetiva consolidação do PNI, quando o processo de regularização fundiária estiver concluído, sem que para isso haja um fortalecimento da relação entre a sociedade e a gestão desta UC? Seriam os vínculos afetivos de alguns atores sociais, já percebidos por pesquisadores dedicados ao tema, suficientes para a garantia de diálogos e parcerias que se fazem necessários? Como pavimentar o caminho para ampliar não apenas as oportunidades de debates, mas tornar mais forte o sentimento de pertencimento de antigas e novas gerações relacionado a esse ambiente protegido? E, diante das inúmeras dificuldades de ordem burocrática da infraestrutura político-institucional, quais são as reais possibilidades de conclusão desse processo de regularização fundiária?

Ainda que não haja respostas para dar vazão a esses e outros questionamentos, as discussões sistematizadas no contexto desta dissertação tendem a contribuir para ampliar os debates centrais sobre o presente e o futuro do PNI, sem perder de vista as lições aprendidas que se tornaram possíveis a partir de um olhar atento para o seu passado e a sua história. Nesse sentido, entende-se como crucial que outros pesquisadores possam desdobrar novos temas de investigação acadêmica envolvendo essa importante unidade de conservação.

Acredita-se, também, que a gestão pública, por sua vez, precisará delinear novas estratégias de diálogo e aproximação com a sociedade, além de fortalecer ações em curso com enfoque na sensibilização ambiental e na difusão de informações sobre a importância do PNI não somente para o equilíbrio ecológico, mas, sobretudo, para o bem-estar humano.

5 CONCLUSÃO

No capítulo introdutório desta dissertação, foram estabelecidos o problema de pesquisa, seu contexto e o quadro teórico adotado. O estudo abordou a urgência da proteção ambiental no contexto de uma crise ecológica global, situando a criação do PNI como um caso ilustrativo da criação de áreas protegidas no Brasil e no mundo. Foi realizada uma discussão sobre a história ambiental e sua contribuição para a compreensão da relação sociedade e natureza através do tempo, baseada em autores como Worster (1991) e Pádua (2010), entre outros foi essencial para compreender os processos históricos de exploração e para entender como essas interações moldaram a paisagem atual. O diálogo com o neoinstitucionalismo forneceu uma estrutura para analisar como as instituições influenciam as políticas de conservação, uma vez que por essa perspectiva teórica, o Estado não seria mais um agente neutro arbitrando interesses concorrentes, mas sim um complexo de instituições capazes de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre diferentes grupos (HALL, TAYLOR, 2003).

A metodologia de pesquisa, também descrita no primeiro capítulo, foi de caráter qualitativo, combinando uma revisão bibliográfica extensa, análise de documentos históricos e consulta direta ao órgão gestor, o ICMbio, sobre questões relativas à gestão e, principalmente, à questão fundiária. Esta metodologia permitiu uma análise aprofundada dos múltiplos aspectos que influenciam a gestão do parque, desde a sua criação até os desafios contemporâneos, proporcionando uma visão abrangente e crítica das práticas de conservação.

O segundo capítulo abordou o histórico da criação de áreas protegidas no Brasil, e a criação do Parque Nacional do Itatiaia em 1937. A análise incluiu o desenvolvimento das políticas ambientais no país, influenciadas por movimentos internacionais de preservação e pela necessidade de proteger áreas de grande valor ecológico. Buscou-se analisar a evolução das políticas ambientais, desde o período colonial até a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Foi mostrado que a criação de áreas protegidas pode ser vista em perspectiva longínqua, desde práticas antigas de preservação realizadas por Assírios, Persas, Indianos e Russos até a institucionalização moderna de Parques Nacionais no século XIX, como o Parque Nacional de Yellowstone.

Foram trazidas para a discussão as duas correntes principais no debate de proteção da natureza: os preservacionistas, que buscavam proteger a natureza de atividades humanas, e defendiam a criação de áreas protegidas para preservar a natureza da degradação humana. Já o conservacionismo, iniciado por Gifford Pinchot, buscava a conservação dos recursos através de princípios que promoviam o uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, beneficiando a

maioria da população e prevendo a sustentabilidade para gerações futuras. Viu-se que apesar das diferenças ideológicas, ambas as correntes contribuíram para a formação de uma consciência global sobre a importância de proteger a biodiversidade e os ecossistemas.

Ao longo da história do Brasil, as políticas ambientais e a criação de áreas protegidas evoluíram em resposta às demandas de cada período, refletindo as mudanças no papel do Estado e na visão sobre desenvolvimento econômico. Buscou-se analisar criticamente as primeiras medidas coloniais que visavam controlar a exploração de recursos naturais, passando pelo estabelecimento de um arcabouço legal mais estruturado na Era Vargas, até a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A Era Vargas foi um marco devido à centralização política e à criação de leis como o Código Florestal e o Código de Águas, que começaram a institucionalizar a proteção ambiental de forma mais concreta, embora ainda priorizando os interesses econômicos.

A trajetória das políticas de conservação ambiental no Brasil mostra um gradual reconhecimento da importância de preservar áreas naturais, que culminou com a criação do SNUC, consolidando um sistema abrangente de áreas protegidas no país. Esse movimento foi impulsionado tanto por pressões internas, como o aumento da consciência ambiental e a mobilização de grupos científicos e intelectuais, quanto por compromissos internacionais, como os acordos resultantes da Conferência do Rio em 1992. A evolução dessas políticas reflete a complexidade de gerir um território vasto e biodiverso, equilibrando a exploração econômica com a conservação dos recursos naturais, essencial para o desenvolvimento sustentável do país.

Na seção 2.2 o SNUC é apresentado como um marco significativo na proteção dos ecossistemas brasileiros. Drummond (1998) e outros autores discutem como o SNUC formalizou as práticas de conservação no Brasil, estabelecendo categorias e diretrizes para a criação e gestão de unidades de conservação. Apesar dos desafios de implementação, o SNUC representa um avanço importante na proteção ambiental do país sendo um marco na política ambiental brasileira, estabelecendo diretrizes claras para a criação e manejo de unidades de conservação. Contudo, a dissertação destacou os desafios de sua implementação, especialmente em áreas já ocupadas.

No terceiro capítulo refletimos sobre como a exploração econômica colonial e imperial contribuiu para a devastação ambiental na região. A chegada dos europeus em no século XVI marcou o início de um processo contínuo de exploração, começando com a extração do pau-brasil, seguido pela monocultura da cana-de-açúcar e a mineração, cada uma exercendo grande pressão sobre a Mata Atlântica. No século XIX, o ciclo do café se destacou como o principal

agente da devastação, particularmente no Vale do Paraíba, onde o Parque Nacional do Itatiaia está localizado e teve uma seção específica nesta dissertação.

Foi mostrado como ao longo da História do Brasil, a Mata Atlântica foi submetida a um ciclo de exploração descontrolada, com pouca consideração pelos impactos ambientais. A exploração dos recursos naturais foi realizada de forma insustentável, resultando na perda significativa de biodiversidade e na degradação dos ecossistemas. Esse histórico de exploração é fundamental para compreender os desafios atuais na preservação do Parque Nacional do Itatiaia e para a formulação de estratégias de conservação que busquem equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

Assim, o estudo histórico da degradação ambiental no Brasil não só esclarece as raízes dos problemas atuais, mas também oferece lições valiosas para a construção de um futuro mais sustentável para a Mata Atlântica e outras áreas de conservação no país.

Ainda no terceiro capítulo, na seção que trata especificamente do café, mostra como no século XIX rapidamente se tornou a principal exportação do país, promovendo um período de prosperidade econômica. Contudo, esse crescimento veio acompanhado de um intenso desmatamento, principalmente no Vale do Paraíba, uma área central para a produção cafeeira.

A expansão das plantações de café, caracterizada pela monocultura e uso intensivo de mão de obra escrava, resultou em impactos ambientais profundos. As áreas de floresta nativa, especialmente nas encostas e montanhas, foram devastadas, levando ao esgotamento dos solos, erosão e perda significativa de biodiversidade. Esse modelo de produção, focado na maximização dos lucros, apoiado em técnicas rudimentares (Dean, 1996), perpetuou um ciclo de exploração e degradação que alterou irreversivelmente a paisagem e a ecologia da região. A análise desse período histórico evidencia a complexa relação entre desenvolvimento econômico num país fornecedor de bem primário e a devastação da Mata Atlântica, ressaltando a necessidade urgente de políticas de conservação que possam mitigar os danos causados pela expansão agrícola descontrolada e preservar os remanescentes do bioma.

No quarto capítulo, discutiu-se o histórico da criação do PNI, marcado por uma série de desafios relacionados à ocupação irregular. Diferentemente de outros países nos quais os parques foram criados em áreas intocadas, o PNI foi estabelecido em uma região já alterada pela ação humana, como a expansão agrícola e os projetos de colonização. Entre 1908 e 1918, a instalação de núcleos coloniais levou à ocupação por imigrantes europeus, cujas atividades resultaram em impactos ecológicos significativos, incluindo desmatamento e degradação ambiental. Esses colonos mantiveram suas propriedades mesmo após a criação do parque,

gerando uma situação de conflito fundiário que persiste até hoje. A presença de propriedades privadas, muitas delas usadas como residências ou pousadas, dentro dos limites do parque, contraria os princípios de proteção integral e dificulta a gestão eficiente da área. O histórico de conflitos e a tentativa contínua de regularização fundiária evidenciam um dilema central na política de conservação do Brasil: a necessidade de harmonizar a proteção ambiental com os direitos de posse e o uso da terra, uma tarefa que se mostra complexa e de difícil resolução.

Por fim, a última seção tratou especificamente da regularização fundiária no Parque Nacional do Itatiaia, assim como em outras Unidades de Conservação do Brasil, que continua sendo um dos desafios mais complexos e persistentes enfrentados pelos gestores. Conforme demonstrado, a regularização fundiária é essencial para garantir a consolidação territorial dessas UCs, permitindo a proteção efetiva da biodiversidade e a restauração de áreas degradadas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Coalizão Pró-UCs (2023) destacam que "a consolidação territorial é fundamental para a implementação do correto e efetivo manejo da Unidade de Conservação". Entretanto, a realidade mostra que muitas dessas áreas ainda não foram plenamente regularizadas e que, segundo um estudo do ICMBio, levaria quase 500 anos para regularizar todas as UCs, se mantido o ritmo atual.

No caso do Parque Nacional do Itatiaia, há sinais de progresso significativo, com cerca de 90% das propriedades particulares envolvidas em processos de regularização. No entanto, a situação ainda exige atenção contínua. Em 2023, havia 369 processos administrativos em tramitação, cobrindo 458 propriedades, com uma área total de 28 mil hectares. O ICMBio relatou possuir R$ 4,2 milhões disponíveis para desapropriações, quantia insuficiente para resolver todos os casos pendentes.

Os desafios enfrentados pela regularização fundiária das UCs são variados e incluem não apenas a necessidade de recursos financeiros, mas, também, as providências burocráticas e legais. O ICMbio (2023) destaca que "as áreas não indenizadas permanecem sob domínio dos antigos proprietários, que mantêm atividades econômicas como lavouras e pecuária, o que prejudica a conservação e impede a restauração das áreas convertidas à produção". Além disso, há desafios específicos relacionados à definição clara da titularidade das terras e à necessidade de georreferenciamento preciso para resolver disputas sobre limites de propriedade.

Em resumo, esta dissertação balizada na história ambiental tentou revelar que, uma questão originada no passado, envolvendo opções de desenvolvimento através do uso insustentável dos recursos naturais e a criação de uma área protegida com grande alteração antrópica, gerou um problema que se arrasta até o presente. É consenso que a regularização

fundiária representa um passo essencial para a consolidação das Unidades de Conservação no Brasil. A experiência do Parque Nacional do Itatiaia ilustra a importância de um esforço contínuo e coordenado para superar os obstáculos atuais. Ao avançar com medidas concretas, será possível proteger os valiosos recursos naturais dessas áreas e promover um futuro mais sustentável e equilibrado para a sociedade e para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE C.A.S.; PEREIRA A.R.; SALVIO G.M.M.; JUNIOR W. J. S. Conflitos Fundiários em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369375303_Conflitos_Fundiarios_em_Unidades_de_Conservacao_Estudo_de_Caso_da_Parte_Baixa_do_Parque_Nacional_do_Itatiaia.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro:UERJ, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 212 p.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. (org.). A Era Vargas – Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: UNESP, 2012.

BENSUSAN, N. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: BENSUSAN, N.; PRATES, P. L. (org.). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. p. 30-81.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. 484 p.

BIELSCHOWSKY, R. e Mussi. C, Padrões de investimento e de transformação estrutural na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois (1981-2003 e 2004-2010), Brasilia, CGEE-CEPAL, mimeo, 2012

BIELSCHOWSKY, R, Schonerwald, C. e Vernengo, M. América Latina, Ásia e Rússia (1950-2006): elementos para uma visão de conjunto dos padrões de desenvolvimento de quatorze países. Brasilia, CGEE-CEPAL, mimeo, 2012

BRASIL. Instrução Normativa N 05 de 13 de maio de 2016, que estabelece procedimentos para Compensação de Reserva Legal em imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação federais de domínio público. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/dcom_icmbio_instrucao_normativa_05_de_19_de_maio_de_2016.pdf Acesso em 30 de julho de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: 1937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20o%20Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Amplia%C3%A7%C3%A3o).

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC,

e dá outras providências. Brasília: 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: 2006a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Brasília: 1934a. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm.
BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Brasília: 1934b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm.

BRASIL. Decreto nº 87.586, de 20 de setembro de 1982. Amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto n. 1713, de 14 de janeiro de 1937 e dá outras providências. Brasília: 1982. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87586-20-setembro-1982-437906-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília: 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm#:~:text=1%C2%BA.,%2C%20destrui%C3%A7%C3%A3o%2C%20ca%C3%A7a%20ou%20apanha.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

BRASIL. Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. Brasília: 1989. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7803-18-julho-1989-367693-norma-pl.html.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm?msclkid=d836f862bb2e11ecb0a39fd92b1c868.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília: 2006b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm.

BRASIL. Ministério das Cidades. Comitê Interministerial de Saneamento Básico - CISB. www.gov.br, 2023f. Disponivel em: https://www.gov.br/cidades/ptbr/assuntos/saneamento/comite-interministerial-de-saneamento-basico-cisb. Acesso em: 7 mar. 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Departamento de Áreas Protegidas. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**, 2024. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br/powerbi.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo Parque Nacional do Itatiaia Parte Baixa**. Brasília: 2009. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/2598_20090624_114223.pdf.

BRAUDEL, F. ***La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II***. Paris: Armand Colin, 1949.

CABRAL, D. C. **Na presença da floresta:** Mata Atlântica e história colonial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 536 p.

CABRAL, D. C.; CESCO, S. Árvores do rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial. ***Luso-Brazilian Review***, v. 44, n. 2, p. 50-86, 2007. Disponível em: https://lbr.uwpress.org/content/44/2/50.

CASTRO, C. F. A. **Gestão Florestal no Brasil Colônia**. 2002. 199 f. Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

COLHEITA de Café na Tijuca. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5759/colheita-de-cafe-na-tijuca. Acesso em: 19 de agosto de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Resolução, n. 237, de 19 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 30841-30843.

DAMASCENO, A.F.; MYLONAS, G.F.; CARDOSO-LEITE, E. Panorama da presença de populações humanas dentro dos Parques Nacionais brasileiros. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.12, n.5, nov 2019-jan 2020, p.804-817

DEAN, W. A Conservação das Florestas no Sudeste do Brasil, 1900-1955. Revista de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 133, dezembro de 1995.

DEAN, W. **A ferro e fogo:** a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 484 p.

DERRUBADA de uma Floresta. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16320/derrubada-de-uma-floresta. Acesso em: 19 de agosto de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

DESCOBERTA do Brasil. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6248/descoberta-do-brasil. Acesso em: 19 de agosto de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. 169 p.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas depesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 171-197, 1991. Disponível em: https://www.academia.edu/3384669/A_Hist%C3%B3ria_ambiental_temas_fontes_e_linhas_de_pesquisa.

DRUMMOND, J. A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente e sociedade**, v. 2, n. 4., 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/42617688/A_Legisla%C3%A7%C3%A3o_ambiental_brasileira_de_1934_a_1988_coment%C3%A1rios_de_um_cientista_ambiental_simp%C3%A1tico_ao_conservacionismo.

_____. **Devastação e preservação ambiental:** os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro.

Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 302 p.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas. 1ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 341-385.

FERNANDES, P. V. O lugar do homem na natureza, a natureza do homem no lugar: gestão e conflitos no Parque Nacional do Itatiaia - RJ. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2010. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13280

FERREIRA, M. B. M. **Uma análise histórico-institucionalista da política ambiental brasileira:** proposições rumo ao desenvolvimento. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil:** anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 272 p.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FRANS Post. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9982/frans-post. Acesso em: 19 de agosto de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FBDS). Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). **O Parque Nacional do Itatiaia**. Rio de Janeiro: Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável – 3 ed., 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 237 p.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002, cap.3.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n. 3, maio/jun, p.20-29, 1995.

HALL P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMPr4fj75gb/?lang=pt#.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 221 p.

ICMBIO E COALIZÃO PRÓ-UCs. Desafios e oportunidades para avançar na regularização fundiária de unidades de conservação. Brasília, 2023.

ICMBIO. Parque Nacional do Itatiaia atinge 51% de área regularizada. ICMBio. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/galeria-de-noticias/destaques-e-eventos/150-parque-nacional-do-itatiaia-atinge-51-de-area-regularizada.html

Acesso em: 29 de julho de 2024.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Encarte 3 - Análise da Unidade de Conservação. Brasília: 2013.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). ***Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services***. Alemanha: 2019.

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, v. 4, n. 12, p. 122-147, jan-abr. 2010. Disponível em: https://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/bruna-rancao-conti/disciplina-gestao-turistica-de-recursos-naturais/bibliografia-basica/artigo-irving.

IRVING, M. A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C; SANCHO A. Governança e políticas públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil. ***Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina***, p. 79-106, 2007. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/pt-br/agora/governanca-e-politicas-publicas-desafios-para-gestao-de-parques-nacionais-no-brasil.

LAGO, A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo:** O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006. 274 p.

LEUZINGER, M. D.; CAMPANHA, P. S.; SOUZA, L. R. História e Relevância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: os 20 anos da Lei nº 9.985/00. In: LEUZINGER, M. D.; CAMPANHA, P. S.; SOUZA, L. R. (org.). **Os 20 Anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2020. p. 8-26.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. *How Many Species Are There in Brazil?* ***Conservation Biology***, São Paulo, v.19, n.3, p. 619-624, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229719401_How_Many_Species_Are_There_in_Brazil.

_____. Síntese do Conhecimento Atual da Biodiversidade Brasileira. In: LEWINSOHN, T. M. (ed.). **Avaliação do estado do conhecimento da biodiversidade brasileira**. Brasília: MMA, 2006, p. 21-109.

MARTINS, A. L. **História do café**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 320 p.

MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, v. 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza & Rede Pró Unidades de Conservação, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt.

_____. A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

_____. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 1, p. 41-64, jun. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 9, p. 83-93, 2004b.

MILLER, S. W. ***Fruitless trees:*** *Portuguese Conservation ans Brazil's Colonial Timber*. Califórnia: *Stanford University Press*, 2000. 344 p.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Plano de Manejo Parque Nacional do Itatiaia Parte Baixa. Monitoria e Avaliação. Brasília. 2009.

Ministério Público Federal (MPF). Processo de regularização fundiária do Parque Nacional do Itatiaia avança e já abrange 90% dos imóveis particulares da área. 16 de março de 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/processo-de-regularizacao-fundiaria-do-parque-nacional-do-itatiaia-avanca-e-ja-abrange-90-dos-imoveis-particulares-da-areaAcesso em 30 de julho de 2024.

Ministério Público Federal (MPF). MPF/RJ assina acordo para regularização fundiária do Parque Nacional do Itatiaia. 10 de outubro de 2014. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-assina-acordo-para-regularizacao-fundiaria-do-parque-nacional-do-itatiaia-rj Acesso em 30 de julho de 2024.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: **Cadernos FUNDAP**, p. 15-24, 1989.

MOURA, Adriana M. M. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, Adriana M. M. (org.). **Governança Ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016. c. 1, p. 13-43.

MULLER, P. **As políticas públicas**. Niterói: Eduff, 2018. 124 p.

NASH, R. ***Wilderness and the American Mind***. New Haven: *Yale University Press*, 1967. 412 p.

NEVES, E. M. S. C. Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 137-150, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/LKBmWppgNLLyCdHphwrMb5d/.

O'CONNOR, J. *What is environmental history? Why environmental history?* ***Capitalism, Nature, Society***, v. 8, n. 2, p. 3-29, jun. 1997.

OLIVEIRA, R.; LAZOS, A. (org.). **Geografia histórica do café no Vale do Rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018. 303 p.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshnKXN/abstract/?lang=pt#.

_____. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 438 p.

PÁDUA, J. A.; CARVALHO, A. I. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out.-dez. 2020, p. 1311-1340. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4ZNMfLkYp3mp7gwK3GnK4dg/?lang=pt#

PARTIDA para a colheita de café. In: **Instituto Moreira Salles (IMS)**, 2014b. Disponível em: https://ims.com.br/exposicao/marc-ferrez-mestre-da-fotografia-do-seculo-xix/. Acesso em: 19 de

agosto de 2024.

PEREIRA, M. M. **A descoberta do meio ambiente:** Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

POLANYI, K. **A Grande Transformação:** As origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337 p.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 464 p.

RAJÃO, R. *et al*. **Uma Breve História da Legislação Florestal Brasileira:** Contém a Lei nº 12.651, de 2012, com comentários críticos acerca da aplicação de seus artigos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Expressão, 2021. 192 p.

RESENDE, A.L. Estabilização e Reforma: 1964-1967, em *A ordem do Progresso*, Organização de Marcelo de Paiva Abreu, Editora Campus, 1990.

SECRETARIAT OF THE UN CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD). United Nations (UN). ***Global Biodiversity Outlook 5***. Montreal: 2020.

SECRETARIAT OF THE UN CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD). United Nations (UN). ***Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework***. Montreal: 2022.

SECRETARIAT OF THE UN CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD). United Nations (UN). ***Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and the Aichi Targets:*** *Living in Harmony with Nature.* Montreal: 2010.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasleira de após-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 2/2, n. 6, abr-jun. 1982, p 5-45. Disponível em: https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1953/1939.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Alpha-Omega, 1995. 120 p.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XIII. 2ª ed. Editora Graal, 1986. 237 p.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1974.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. c. 3, p. 153-208.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (UICN). ***Guidelines protected Area Management Categories***. Gland: UICN, 1994.

UNITED NATIONS (UN). ***Convention on Biological Diversity (CDB)***. 1992.

VIEIRA, Wilson. Apogeu e decadencia da cafeicultura fluminense (1860-1930). 2000. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia Campinas, SP.

VISTA sobre um vale. In: **Instituto Moreira Salles (IMS)**, 2014a. Disponível em: https://ims.com.br/por-dentro-acervos/frans-post/. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198- 215, 1991. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324.

YOUNG, C. E. F. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. In: LEAL, C. G.; CÂMARA, I. G. (ed.). **Mata Atlântica:** biodiversidade, ameaças e perspectivas. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional, 2005. c. 10, p. 103-118.